#### JUNTADA



Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, juntei, por órdem do Sr. Presidente da Comissão, diversos documentos que passaram a constituir as fôlhas de nrs. 2644 a 2871, formando o volume XII; 2872 a 3241, formando o volume XIII; 3242 a 3475, formando o volume XIV e 3476 a 3764, formando o volume XV. Do que, para constar, lavrei, na qualidade de Secretário da Comissão de Inquérito, o presente têrmo.

ZENDA PÚBLICA.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIRUITO DA VARA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA.

- IRMÃOS MAIA S/A, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, pessoa jurídica de direito privado, com séde na cidade de Ponta Grossa, Rua Carlos Ca-/valcânte, 853, Paraná, - por seu advogado infra assinado, inscrito / na GAB (PR) sob nº 1.708, procuração junto, com escritório à Rua Voluntários da Pátria nº 475, 22º andar, conjunto 4 do edifício "ASA", onde recebe intimações, - tendo em vista a defesa dos seus direitos, vem, com fundamento no artigo 141 e seus §§ 3º, 4º, 16º e 24º da - / Constituição Federal e artigos 1º e seguintes da Lei 1.533, de 31 de janeiro de 1.951, impetrar MANDADO DE SEGURANÇA contra o ato do sr./DIVAL JOSÉ DE SOUZA, CHEPE DO S RVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS da 7º. INSPETORIA REGIONAL, com séde nesta cidade, à Rua Ébano Pereira nº. 269, pelos motivos que passa a expor para, no final, requerer:

#### 1º - UM CONTRATO DE VENDA E COMPRA DE PINHEIROS.

- No ano de 1.948, o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, atra-/
  vés de sua 7ª. INSPETORIA REGIONAL, colocou à venda, por concorrên-/
  cia pública, pinheiros de sua propriedade, à qual foi vencedor o sr.
  REIAS ABDO BITTAR, que os comprou, por escritura pública lavrada no
  4º Tabelião desta cidade, livro de Notas nº 133, fls. 106, conforme/
  documento anexo;
- êsses pinheiros são os localizados no Posto Indígena antes denominado "Antonio Estigarribia", hoje "José Maria de Paula", que / foram marcados e entregues ao sr. ELIAS ABDO BITTAR que os pagou integralmente;
- tendo o sr. ELIAS ABDO BITTAR comprado por concorrência / pública, recebido a escritura e os pinheiros já marcados e entrado /

Jona Ja

na posse e domínio dos mesmos, no ano de 1.953, com a anuência dada pe lo S: I, fez cessão de 40.000 (quarenta mil) pinheiros à impetrante, de acordo com a escritura passada em 9 de janeiro de 1.953, no 4º Tabe-/ lião desta cidade, livro de Notas nº 237, fls. 144, documento anexo; - efetuada a compra por cessão, pela impetrante, dentro de/ todas as cautelas de direito, esta recebeu os pinheiros que lhe foram/ entregues, sobre os quais vem exercando legitimamente posse, jús e domínio, mansa e pacificamente; - no ano próximo passado, após a revolução março/abril, a / impetrante foi intimada a comparecer no S RVI 0 DE FROTEGÃO AOS INDIOS para uma revisão contratual de prêços, pois a alta direção desse Servi ço houve por bem de achar cabivel um aditamento ao contrato, com majoração de prêço contratual, apesar de os pinheiros já terem sido pagos, marcados e entregues à impetrante, negócio líquido e certo, acabado, / tanto assim que, nessa época, por sí e pelo seu antecessor, já estava/ a impetrante na posse dos pinheiros de ha mais de quinze anos; - naquele emocional instante da vida nacional, ni qual mais imperava o regime de fato, a impetrante submeteu-se a ĉese aditamento/ para o qual foi lavrada uma escritura pública no 209 Oficio de Notas./ livro 931, fls. 44 ve, em 25 de janeiro de 1.965, na cidade de Rio de aneiro, stado da Guanabara, documento anexo; - nesse aditamento, o S SVI TO 1 1 PGT QNO A S INDIOS ratifi cou as vendas feitas, mediante compensação em dinheiro de 3160.000.000 (cento e sessenta milhões de cruzeiros), quantin que está sendo paga / em prestações mensais de 65.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), de / acôrdo com os recibes anexos que ja atingem a 685.000.000 (oitenta e / cinco milhões de cruzeiros), além de, ainda por fôrça contratual, a im petrante ter construido, no l'esto Indígena, para moradia des selvico-/ las. 50 (cinquenta) casas. 2º - 0 ADITAMUNTO AO CONTRATO DE VINDA E COMPRA. - No aditamento ao contrato de venda e compra de inheiros. dentre outras clausulas, reza o seguinte: " 12 - 0 SIRVI: 0 n: PROT GÃO AOS INDIOS, resolve considerar boas, firmes e valiosas as vendas feitas / dos pinheiros, contrato feito entre êle outorgante/ vendedor e o comprador Alla ABD BITTAR, bem como/

" ... bem como as vendas feitas por este áltimo à firma IRMÃOS MAIA S/A, INDÚSTRIA E COMÉRCIO." " 2º - As árvores consideradas vendidas e de pro- / priedade dos outergades compraderes são aquelas / já marcadas e entregues pelo outorgante vendedor/ e se constituem no remanescente do adquirido pelo contrate citado e os recibes firmades pelo SERVI-ÇO DE PROT ÇÃO AGS INDIOS." " 5º - A outorgada compradora IRMÃOS MAIA S/A, IN-/ DESTRIA E COMERCIO, entra na posse efetiva das ár vores de pinheiro marcadas, como de fato entrou,/ nêste ato, podendo abate-las, retira-las e industrializa-las na forma do contrato original, renun ciando o outorgado comprador MLIAS ABDO BITTAR, em favor de IRMÃOS MAIA S/A, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, os seus direitos sôbre o referido contrato." - Assim: a venda foi efetuada pelo SERVICO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS (item 12); as árvores marcadas e entregues à impetrante, tam-/ bém, pelo SERVICO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS (iem 2º); e a impetrante IR-MÃOS MAIA, S/A, INDÚSTRIA E COMÉRCIO entrou na posse efetiva des árvo res de pinheiros marcadas, com direito a abate-las, retira-las e in-/ dustrializa-las (iem 5º), tudo de acôrdo com a escritura pública de / aditamento citada, anexa aos autos. - DIREITO AD UIRIDO POR ATO JUNÍDICO PERPLITO INCORPORADO/ AO PATRIMONIO DA IMPETRANTE; transação feita e acabada; pinheiros que foram do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, mas que são, presentemente./ da requerente IRMÃOS MAIA S/A, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, por ato solene / contrato de venda feito pelo SPI para a impetrante que é possuidora e proprietária, com amplo domínio da coisa, que se constitue, para sí,/ em direito líquido e corto. 3º - 0 NOVO CÉDIGO PLOR STAL. - No mesmo ano do aditamente ao contrate, em 1.965, 15 de setembro, foi instituido o novo Código Plorestal, criado pela Lei nº 4.771; " Art. 19 - As florestas existentes no território

"... no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os / habitantes do país, exercendo-se os direitos de / propriedade com as limitações em geral e especialmente esta Lei estabelecem." " Art. 3º - Consideram-se, ainda, de preservação per manente, quando assim declaradas por ato do Poder/ Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas: a) . . . g) a manter o ambiente necessário a vida das populações silvícolas; § 2º - As florestas que integram o Patrimônio Indí gena ficam sujeitas ao regime de preservação perma nente (letra g) pelo só efeito desta hei." Art. 22º - A União fiscalizará diretamente, pelo / órgão executivo específico do Ministério da Agri-/ cultura, ou em convênio com os Estados e Municí-/ pios, a aplicação das normas dêste Código, poden-/ do, para tanto, criar os serviços indispensáveis." " Art. 452 - 0 Poder Executivo promoverá, no prazo / de 180 dias, a revisão de todos os contratos, convênios, acôrdos e concessões relacionados com a / exploração florestal em geral, a fim de ajusta-las às normas adotadas por esta Lei." " Art. 47 - 0 Poder Executivo regulamentará a presen te hei, no que for julgado necessário à sua execução." - 4º - 0 AMBIENTE DE APGS O CÓDIGO FLORESTAL. - As arvores de pinheiros são consideradas parte da flores ta, não a floresta em si. Os pinheiros destinados ao corte constituem -se em uma outra parte da parte citada, pois em sua maioria, no seu / "habitat" estão, ainda em crescimento, não foram marcados, não se pres

264 ... não se prestam para a industrialização, não serão, pela impetrante, cortados, lá ficando para a preservação permanente da floresta a/ que integram, ajudando a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas, em conjunto com a densa vegetação restante, as casas construidas pela impetrante e demais benfeitorias edificadas com/ o dinheiro produzido pela venda dos pinheiros destinados ao corte; - no entanto, a impetrante, pacientemente, aguardou a revi são contratual prevista no art. 45, bem como a regulamentação prometi da no art. 47 do Código Florestal, mesmo porque o seu direito de propriedade e posse não sofrera, ainda, nos meses que se seguiram à promulgação da Lei, qualquer coação efetiva. 5º - UMA COAÇÃO PASSAGEIRA. - Eia que de súbite, sem qualquer chamada da parte do Poder Público, para um possivel estudo de revisão contratual, o encarregado do Pôsto Indígena, pelo ficio de nº 1, de 29 de março do corrente ano, enviou as gerente da impetrante, a ordem seguinte: " Cumprindo a determinação do sr. Chefe da 7º Inspetoria Regional do S.P.I., recebida em data de - / 28/3/66, comunico a V. Sa. que está suspenso o cor

te de pinheiros dentro desta área indígena até ulterior deliberação.

Nestas condições, solicito a V. Sa., o fiél desempenho, digo cumprimento da determinação em questão. Valhe-me da oportunidade, etc ... " (documento junto)

- lorem, em atenção as ponderações verbais feitas pela impetrante, junto ao S RVICO D PROT CÃO AOS INDIOS, que essa ordem não se revestia de legalidade, uma vez que havia direite adquirido a ser/ respeitado, e que o prorpio Código Florestal previa uma revisão con-/ tratual para não ferir esse direito adquirido pelas partes, houve uma suspensão à ordem dada, em 15 de abril do corrente ano, aficio de nº. 121, do sr. Chefe do SPI, 74. I.R., da maneira seguinte:

> " Comunico-vos que recebi ordem de representante de Exme. Sr. Ministro da Agricultura, cancelando a / proibição de corte de pinheiros por essa firma na área do Pôsto Indígena "José Maria de Paula", muni cípio de Guarapuava.

- "... município de Guarapuava.

Nestas condições, fica essa firma autorizada, a /

prosseguir a exploração de pinheiros da aludida á

rea indígena. Atenciosas saudações DANTON PINHEI
RO MACHANO - Major Chefe da Inspetoria. (documento junto).
- Com êsse oficio ficou sanada a coação que, felizmente,/
apresentou-se passageira e deu condições para a continuação de tra-/
balho para a impetrante.

62 - ISBOÇA-SE UMA NOVA COAÇÃO.

- Logo após êsse oficio, recebeu a impetrante, em 16 de /
junho de.1.966, do sr. Chefe da 7 IR do SPI, o oficio de nº 188, que
assim determinava:

"Atendendo o que foi determinado pelo sr. Diretor/

"Atendendo o que foi determinado pelo sr. Diretor/
deste Serviço, através da Ordem de Serviço Interna/
nº 59, do 27 de maio do corrente ano, solicito o /
com arecimento de V. Sa., na séde desta Inspetoria,
para fins de reajustamento do contrato, firmado entre este SPI e essa firma, para extração de pinho,/
na área do Pôsto Indígena "José Maria de Paula", municipio de Guarapuava, neste Estado, Unidade sob a
jurisdição desta Regional. Etc..."

- Nessa oportunidade já o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS/
mão mais demonstrava querer ajustar o contrato as normas ditadas pelo Código Florestal, pretendendo, então, novo reajuste de prêço dos
pinheiros, dando pouca ou nenhuma valía ao que firmara no aditivo ao
contrato, no qual vendera em definitivo as árvores, transmitindo à /
impetrante compradora toda posse, jus e domínio da coisa. Defendeu-/
se a impetrante, conforme documentos inclusos.

- Dentro dêsse clima de inquietude vem passando a impe-/
trante, sujeita as ameaças seguidas, já descritas e comprovadas, em
que a impetrada vem demonstrando, como demonstra ainda, uma absoluta
irresponsabilidade, nêste caso representando o próprio executivo de
um dos setores do Governo da União.

har forming the

7º - A COAÇÃO EFETIVA-SE. - Com data de 23 de agôsto do corrente ano, ofico de nº 234, oriundo da 7º I.R. do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, recebeu/ a impetrante a comunicação seguinte: " Sr. Gerente: Em obediência a Portaria Ministerial nº 358, de 29 de julho último, publicada no Diário Oficial da União, de 8 do corrente, comunico a V. Sa., para os devidos fins e efeitos legais, que foram cancela-/ dos todos os contratos firmados e autorizações con cedidas, para exploração de madeira nas áreas indí genas; cujo expediente, oriundo da Diretoria do / S.P.I., transcreve a seguir: Nº 1012 de 22/8/66 - CIRCULAR ACORDO PORTARIA MI-/ NISTERIAL TRÊS CINCO CITO VG DATADA 29 DE JULEO CI. TIMO VG PUBLICADA DIÁMIO OFICIAL DIA GITO MES A-/ TUAL VG FORAM CANCELAGOS TODOS CONTRATOS FIRMADOS/ ET AUTORIZAÇÕES CONCUDIDAS VG QUALQUER TITULO VG / REFERENT'S EXPLORAÇÃO PLORESTA ET DEMAIS FORMAS VE

GETAÇÃO NATURAL VG PERTENCENTES PATRIMONIO INDÍGR-NA VG CONSID RADAS PERMANENTES VG PREVISTA CODIGO/ FIGH STAL PT SDS CEL HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO -DIRETOR

Considerando o que ficou acima expôsto, fica pois, essa firma ciente da impossibilidade de continuar/ explorando madeira, isto é, abatendo pinheiros, na área indígena "José MARIA D. PAULA", no município/ de Guarapuava, neste Estado.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Sa. os pro-/ testos de estima e consideração.

> DIVAL JOSÉ DE SOUZA Chefe da Inspetoria.

(documento incluso)

- Assim, através de uma comunicação do sr. Chefe da 7º Ins petoria egional do Surviço de reteção aos Indies, ao sr. gerente/ da impetrada, quer o Poder Fúblico cancelar um contrato solenemente firmado.

- 0 ato reveste-se da mais discricionária iniciativa, nes ao proprio Código Florestal atendeu: " Art. 45 - 0 Poder Executivo promoverá, no prazo de 180 dias, a revisão de todos os contratos, convê-/ nios e concessões relacionados com a exploração / florestal em geral, a fim de ajusta-las às normas/ adotadas por esta lei." - O Código Civil Brasileiro, no seu artigo 15, estabelece/ que O ESTADO QUANDO CONTRATA FIGURA COMO QUALQUER PESSOA DE DIREITO PRIVADO. Fica sujeito às mesmas regras a esta aplicáveis. A revisão prevista no art. 45 do Código Florestal só poderia ser feita median te acôrdo entre as partes, ou a União provocando medida judicial ca bível, ou usando do poder desapropriativo previsto na Constituição/ Federal. De maneira alguma pode o executivo federal arrogar-se em / parte e juiz de uma causa. Felizmente ainda existe o Poder Judiciário para esse fim. Por ATO JURÍDICO PERF ITO EXISTE UM DIREITO AD-/ QUIRIDO, querer tira-lo através de uma simples portaria é ato nulo/ de pleno direito por não se revestir da forma prescrita em Lei. 89 - AS GARANTIAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. - A nossa CARTA MAGNA, no seu Capitulo II, que trata dos / direitos e das garantias individuais, diz: " Art. 141. A Constituição assegura aos brasileiros/ e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberda de, à segurança individual e à propriedade nos têr mos seguintes: " § 3º - A lei não prejudicará o direito adquirido.o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. " 4º - A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito indivi-/ dual. " 16º - É garantido o direito de propriedade, salvo/ o caso de desapropriação por necessidade ou utili-

" ... ou utilidade pública, ou por interesse social mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção in testina, as autoridades competentes poderão usar / da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior." - 0 que é DIREITO AD UIRIDO: " f tôda a vantagem que, proveniente de fato jurídico concreto que a determinou, consentâneo com a / lei então vigente, alguém incorpora definitivamente ao seu patrimônio, desde quando começa a produzir efeito útil, dêle não podendo ser subtraida / por mera vontade alheia." - 0 que é ATO JURÍDICO: " Manifestação da vontade, que tem por fim alcançar/ um efeito jurídico. Diz-se perfeito e acabado, o / que é concluido e completado com as formalidades / da lei então vigente. ( Pedro Nunes - "Dicionário de Tenolog. Jur." -- Visto está que o contrato feito entre a impetrante e o / SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS foi um ato jurídico perfeito e acaba do, gerando direito adquirido à impetrante, que a Lei posterior não pode prejudicar, nem o Código Florestal, nem a Portaria Ministerial e muito menos o oficio do sr. Chefe da 7ª I.R. do S.P.I. ao gerente da impetrante. - A Constituição Brasileira de 1.891, bem como as de 1.934 e 1.946 revestiram de caracter fundamental o princípio de não retro atividade das leis. Se o Poder Público pôde contratar a venda dos / pinheiros, transmitiu à impetrante um direito, através de ato jurídico perfeito e não existe lei posterior que possa prejudicar êsse/ direito.

- A portaria ministerial é genérica " foram cancelados todes contratos firmados ", não indica a impetrante ou qualquer outro
nome a ser atingido, quem iniciou e ultimou a execução da coação /
foi o Chefe da 7º Inspetoria Regional do Serviço de troteção aos In
dios, Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, lóggicamente em obediência à uma cir
cular baseada na citada portaria, assim, conforme determina a juria
prudência pacífica de nossos tribunais, configura-se o citado sr. /
DIVAL JOSÉ DE SOUZA como coator.

- " MANDADO DE S GUEANÇA Despacho genárico de determinada autoridade, lesivo a direito líquido e certo de terceiros - Segurança impetrada por estes / contra a autoridade que dera cumprimento àquela de terminação - Legitimidade passiva desta reconhecida.
  - O amparo judicial se dirige contra quem iniciou a execução da coação, não contra quem fez a lei, o / decreto, as instruções, a portaria, o aviso ou o / que quer que seja de caracter genérico." ( ac. do Trib. de Alçada de SP, de 1º de setembro de 1964,/ pub. na "Rev. dos Tribs." nº 363. fls. 569 ).-
- "MANDADO DE SEGURANÇA O mandado de segurança deve ser impetrado contra a autoridade que raticou o / ato ofensivo do suposto direito liquido e certo, / muito embora essa autoridade tenha obedecido à nor ma geral da lei, decreto, aviso ou instrução de au toridade superior; e assim, o juizo competente será o a que esteja sujeita a primeira autoridade, / que efetivamente praticou o ato impugnado." (ac./ do Trib. de Alçada de P, de 22 de setembro de / 1.964, pub. na "Rev. dos Tribs." nº 363, fls.395)

#### 109 - O HEMADIO LEGAL.

" Conceder-se á mandado de segurança para proteger / direito líquido e certo, não amparado por "habeas-

out of the

"... por "habeas-corpus", sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofre-la por parte de autorida de, seja de que categoria for e sejam quais forem/ as funções que exerças." ( Art. 1º da Lei nº 1.533 de 31/12/1951 ).quando se evidenciar a relevância do fundamento do pedido e puder do ato impugnado resultar lesão gra ve ou irreparável ao direito do requerente, o juiz mandará, desde logo, suspender o ato." (art. 324 / do Cod. do Proc. Civil) .-" Pouco importa, para a admissibilidade em tese do / mandado de segurança, que esteja em causa um direit to privado, se foi esse o direito atingido pela ilegalidade praticada por autoridade pública." (ac. do S.T.F. - "Rev. dos Tribs." vol. 266, fls.835).-" O mandado de segurança não está condicionado ao / uso prévio de tedos os recursos administrativos, / porque ao Judiciário, não se pode furtar o exame / de qualquer lesão de direito." ( ac. da 2º Turma do S.T.F., in ap. do D.J. de 24/VI/957, fls. 1.541).-119 - O REQUIRIMENTO. - Não existe a menor dúvida que o direito da requerente é líquido e certo de não atender a ordem da autoridade coatora que / determinou a suspensão do corte de pinheiros pertencentes à impe-/ tranto, ordem essa que se constitue em lesão grave do direito, pois pel nossa Carta Magna é proibitiva a retroatividade da lei. E po-/ der não tem o sr. Ministro da Agricultura para declarar cancelados os contratos assinados, atos jurídicos perfeitos que falam dos direitos adquiridos pela impetrante e garantidos pela Constituição / Fe eral. - lista ceação efetivada pelo Foder fúblico, paralisou a / indústria da impetrante, meio de vida da mesma, que tem ao seu encargo a responsabilidade de dar trabalho para mais de uma centena/ de operários, com folha de pagamento mensal para mais de vinte e /

mais de vinte e cinco milhões de cruzeiros e luta contra as dificuldades da crise atual, na qual, a menor interrupção pode lhe ocasio-/ nar prejuizos irreparáveis. - Isto posto, - pede e requer à V. Excia. que, recebendo o presente mandado, conceda a ordem de segurança "IN LIMINE" mandando oficiar / ao SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, 7º I.R., na pessoa do seu chefe / SR. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, nesta Capital, à Rua Ébano Pereira 269, que se abstenha de proibir c corte de pinheiros de propriedade da impe-/ trante, pela ilegalidade dos ordens por êle recebidas, antes de deci dido o presente pedido e passado em julgado, e, afinal, ampare o direito da requerente, concedendo, em definitivo a segurança, como é / de inteira JUSTIÇA! - Dá-se à presente o valor de 61.000.000 (hum milhão/ de cruzeiros), exclusivamente para os efeitos do pagamento da Taxa / Judiciária.

Curitiba, de setembro de 1.966

Advogado:

Miguel Maia Neto.

OAB(PR) sob nº 1.708.

Curitiba - Paraná.-

Rua Voluntários da l'átria, 475, 22º andar, c/4.-

#### PROCURAÇÃO:

- IRMÃOS MAIA S/A, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, pessoa jurídica de direito privado, com sede em Ponta Grossa, Rua Carlos Caval cante nº 853, Parana, por seu Diretor infra assinado, JORGE MIGUEL/ MAIA, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta cidade, por êste instrumento particular de procuração, nomeia e constitue ao DR. MIGUEL MAIA NETO, brasileiro, casado, advogado inscrito na CAB(PR) sob nº 1.708, com escritório nesta Capital, à / Rua Voluntários da Pátria nº 475, 22º andar, seu bastante procura-/ dor e advogado, com todos os poderes da cláusula ad judicia, em especial para impetrar em nome da outorgante um MANDADO DE SUGURANÇA/ contra o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, na pessoa do seu Chefe sr. DIVAL JOSE DE SOUZA, podendo alegar, transigir, desistir, interpor recursos, acompanhar em qualquer instancia ou fôro e substabelecer.

Curitiba, 10 de setembro de 1.966.-

Loje m mais

# CÓDIGO FLORESTAL

LEI N.º 4.771 de 15-IX-1965



EMBRO Stal.

#### LEI N.º 4.771 — DE 15 DE SETEMBRÓ DE 1965

Institui o nôvo Código Florestal.

#### O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interêsse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

Parágrafo único — As ações ou omissões contrárias às disposições dêste Código na utilização e exploração das florestas são consideradas uso nocivo da propriedade (art. 302, XI,b, do Código de Processo Civil).

- Art. 2.º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:
- a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 — de 5 (cinco) metros para os rios de

menos de 10 (dez) metros de largura;

2 — igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distância entre as margens;

3 — de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (du-

zentos) metros.

b) ao redor das lagoas, lagos ou reser-

vatórios d'água naturais ou artificiais:

c) nas nascentes, mesmo nes chamados "olhos d'água", seja qual fôr a sua situação topográfica;

d) no tôpo de morros, montes, monta-

nhas e serras;

- e) nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45.º, equivalente a 100% na linha de maior declive;
- f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapa-

das;

h) em altitude superior a 1800 (mil e oitocentos) metros, nos campos naturais ou

artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres.

Art. 3.º — Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

a) a atenuar a erosão das terras;

b) a fixar as dunas;

c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias:

d) a auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares;

e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;

f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção.

g) a manter o ambiente necessário à

vida das populações silvícolas;

h) a assegurar condições de bem-estar público.

- § 1.º A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando fôr necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interêsse social.
- § 2.º As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime

de preservação permanente (letra "g") pelo só efeito desta Lei.

Art. 4.º — Consideram-se de interêsse público:

a) a limitação e o contrôle do pastoreio em determinadas áreas, visando à adequada conservação e propagação da vegetação florestal;

b) as medidas com o fim de prevenir ou erradicar pragas e doenças que afetem a ve-

getação florestal;

c) a difusão e a adoção de métodos tecnológicos que visem a aumentar econômicamente a vida útil da madeira e o seu maior aproveitamento em tôdas as fases de manipulação e transformação.

#### Art. 5.0 — O Poder Público criará:

- a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;
- b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir àquele fim.

Parágrafo único — Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais.

Art. 6.º — O proprietário da floresta não preservada, nos têrmos desta Lei, poderá gravá-la com perpetuidade, desde que verificada a existência de interêsse público pela autoridade florestal. O vínculo constará de têrmo assinado perante a autoridade florestal e será averbado à margem da inscrição no Registro Público.

Art. 7.º — Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes.

Art. 8.º — Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em planos de colonização e de reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestadas de preservação permanente de que trata esta Lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.

Art. 9.º — As florestas de propriedade particular, enquanto indivisas com outras, sujeitas a regime especial, ficam subordinadas às disposições que vigorarem para estas.

Art. 10 — Não é permitida a derrubada de florestas situadas em áreas de inclinação entre 25 a 45 graus, só sendo nelas toleradas a extração de toros quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes.

- Art. 11 O emprêgo de produtos florestais ou hulha como combustível obriga o uso de dispositivo que impeça difusão de fagulhas suscetíveis de provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação marginal.
- Art. 12 Nas florestas plantadas, não consideradas de preservação permanente, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão. Nas demais florestas, dependerá de norma estabelecida em ato do Poder Federal ou Estadual, em obediência a prescrições ditadas pela técnica e às pecularidades locais.
- Art. 13 O comércio de plantas vivas, oriundas de florestas, dependerá de licença da autoridade competente.
- Art. 14 Além dos preceitos gerais a que está sujeita a utilização das florestas, o Poder Público Federal ou Estadual poderá:

a) prescrever outras normas que aten-

dam às peculiaridades locais;

b) proibir ou limitar o corte das espécies vegetais consideradas em via de extinção, delimitando as áreas compreendidas no ato, fazendo depender nessas áreas, de licença prévia, o corte de outras espécies;

 c) ampliar o registro de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à extração, indústria e comércio de produtos ou subprodutos florestais.

Art. 15 — Fica proibida a exploração sob forma empírica das florestas primtivas da bacia amazônica que só poderão ser utilizadas em observância a planos técnicos de condução e manejo a serem estabelecidos por ato do Poder Público, a ser baixado dentro do prazo de um ano.

Art. 16 — As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2.º e 3.º desta Lei, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições:

- a) nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente;
- b) nas regiões citadas na letra anterior, nas áreas já desbravadas e prèviamente delimitadas pela autoridade competente, ficam proibidas as derrubadas de florestas primitivas, quando feitas para ocupação do solo com

cultura e pastagens, permitindo-se, nesses casos, apenas a extração de árvores para produção de madeira. Nas áreas ainda incultas, sujeitas a formas de desbravamento, as derrubadas de florestas primtivas, nos trabalhos de instalação de novas propriedades agrícolas, só serão toleradas até o máximo de 50% da área da propriedade;

- c) na região Sul, as áreas atualmente revestidas de formações florestais em que ocorre o pinheiro brasileiro Araucaria angustifolia (Bert). O. Ktze, não poderão ser desflorestadas de forma a provocar a eliminação permanente das florestas, tolerando-se, sòmente, a exploração racional destas, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção.
- d) nas regiões Nordeste e Leste Setentrional, inclusive nos Estados do Maranhão e Piauí, o corte de árvores e a exploração de florestas só será permitida com observância de normas técnicas a serem estabelecidas por ato do Poder Público, na forma do art. 15.

Parágrafo único — Nas propriedades rurais, compreendidas na alínea "a" dêste artigo, com área entre vinte (20) a cinqüenta (50) hectares, computar-se-ão, para efeito de fixação do limite, além da cobertura florestal de qualquer natureza, os maciços de

porte arbóreo, seja frutícolas, ornamentais ou 1 industriais.

- Art. 17 Nos loteamentos de propriedades rurais, a área destinada a completar o limite percentual fixado na letra "a" do artigo antecedente, poderá ser agrupada numa só porção em condomínio entre os adquirentes.
- Art. 18 Nas terras de propriedade privada, onde seja necessário o florestamento ou o reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público Federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário.
- § 1.º Se tais áreas estiverem sendo utilizadas c. m culturas, de seu valor deverá ser indenizado o proprietário.
- § 2.º As áreas assim utilizadas pelo Poder Público Federal ficam isentas de tributação.
- Art. 19 Visando a maior rendimento econômico, é permitido aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em homogêneas, executando trabalho de derrubada a um só tempo ou sucessivamente, de tôda a vegetação a substituir, desde que assinem, antes do início dos trabalhos, perante a autoridade competente, têrmo de obrigação de reposição e tratos culturais.
- Art. 20 As emprêsas industriais que, por sua natureza, consumirem grandes quan-

266:

tidades de matéria prima florestal, serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam julgados econômicos, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção, sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento.

Parágrafo único — O não cumprimento do disposto neste artigo, além das penalidades previstas neste Código, obriga os infratores ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor comercial da madeira-pereira florestal nativa consumida além da produção da qual participe.

Art. 21 — As emprêsas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima vegetal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Parágrafo único — A autoridade competente fixará para cada emprêsa o prazo que lhe é facultado para atender ao disposto neste artigo, dentro dos limites de 5 a 10 anos.

Art. 22 — A União fiscalizará diretamente, pelo órgão executivo específico do Ministério da Agricultura, ou em convênio com os

Estados e Municípios, a aplicação das normas dêste Código, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis.

Art. 23 — A fiscalização e a guarda das florestas pelos serviços especializados não excluem a ação da autoridade policial por iniciativa própria.

Art. 24 — Os funcionários florestais, no exercício de suas funções, são equiparados aos agentes de segurança pública, sendo-lhes assegurado o porte de armas.

Art. 25 — Em caso de incêndio rural, que não se possa extinguir com os recursos ordinários, compete não só ao funcionário florestal como a qualquer outra autoridade pública, requisitar os meios materiais e convocar os homens em condições de prestar auxílio.

Art. 26 — Constituem contravenções penais, puníveis com três meses a um ano de prisão simples ou multa de uma a cem vêzes o salário mínimo mensal do lugar e da data da infração ou ambas as penas cumulativamente:

a) destruir ou danificar a floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas estabelecidas ou previstas nesta Lei;

- b) Cortar árvores em florestas de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente;
- c) penetrar em florestas de preservação permanente conduzindo armas, substâncias ou instrumentos próprios para caça proibida ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem estar munido de licença da autoridade competente;
- d) causar danos aos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, bem como às Reservas Biológicas;
- e) fazer fogo, por qualquer modo, em florestas e demais formas de vegetação, sem tomar as precauções adequadas;
- f) fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação;
- g) impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetações;
- h) receber madeira, lenha, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto, até final beneficiamento;
- i) transportar ou guardar madeiras, lenha, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem licença válida para todo o tem-

po da viagem ou do armazenamento, outorgazb da pela autoridade competente;

j) deixar de restituir à autoridade licenças extintas pelo decurso do prazo ou pela entrega ao consumidor dos produtos procedentes de florestas:

 empregar, como combustível, produtos florestais ou hulha, sem uso de dispositivos que impeça a difusão de fagulhas, suscetíveis de provocar incêndios nas florestas;

m) soltar animais ou não tomar precauções necessárias, para que o animal de sua propriedade não penetre em florestas sujeitas a regime especial;

- n) matar, lesar ou maltratar por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia ou árvore imune de corte;
- o) extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização; pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais;

#### p) VETADO.

Art. 27 — É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação.

Parágrafo único — Se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprêgo do fogo em práticas agropastoris ou florestas, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução.

- Art. 28 Além das contravenções estabelecidas no artigo precedente, subsistem os dispositivos sôbre contravenções e crimes previstos no Código Penal e nas demais leis, com as penalidades nêles cominadas.
- Art. 29 As penalidades incidirão sôbre os autores, sejam êles:
  - a) diretos;
- b) arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários das áreas florestais, desde que praticadas por prepostos ou subordinados e no interêsse dos preponentes ou dos superiores hierárquicos:
- c) autoridades que se omitirem ou facilitarem, por consentimento ilegal, na prática do ato.
- Art. 30 Aplicam-se às contravenções previstas neste Código as regras gerais do Código Penal e da Lei de Contravenções Penais, sempre que a presente Lei não disponha de modo diverso.
- Art. 31 São circunstâncias que agravam a pena, além das previstas no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais:
- a) cometer a infração no período de queda das sementes ou de formação das vegeta-

ções prejudicadas, durante a noite, em domingos ou dias feriados, em épocas de sêca ou inundações;

b) cometer a infração contra a floresta de preservação permanente ou material dela provindo.

Art. 32 — A ação penal independe de queixa, mesmo em se tratando de lesão em propriedade privada, quando os bens atingidos são florestas e demais formas de vegetação, instrumentos de trabalho, documentos e atos relacionados com a proteção florestal disciplinada nesta Lei.

Art. 33 — São autoridades competentes para instaurar, presidir e proceder a inquéritos policiais, lavrar autos de prisão em flagrante e intentar a ação penal, nos casos de crimes ou contravenções, previstos nesta Lei ou em outras leis e que tenham por objeto florestas e demais formas de vegetação, instrumentos de trabalho, documentos e produtos procedentes das mesmas:

a) as indicadas no Código de Processo Penal:

 b) os funcionários da repartição florestal e de autarquias, com atribuições correlatas, designados para a atividade de fiscalização.

Parágrafo único — Em caso de ações penais simultâneas, pelo mesmo fato, iniciadas

por várias autoridades, o Juiz reunirá os processos na jurisdição em que se firmou a competência.

- Art. 34 As autoridades referidas no item "b" do artigo anterior, ratificada a denúncia pelo Ministério Público, terão ainda competência igual à dêste, na qualidade de assistente, perante a Justiça comum, nos feitos de que trata a Lei.
- Art. 35 A autoridade apreenderá os produtos e os instrumentos utilizados na infração e, se não puderem acompanhar o inquérito, por seu volume e natureza, serão entregues ao depositário público local, se houver e, na sua falta, ao que fôr nomeado pelo Juiz, para ulterior devolução ao prejudicado. Se pertencerem ao agente ativo da infração, serão vendidos em hasta pública.
- Art. 36 O processo das contravenções obedecerá ao rito sumário da Lei n.º 1 508, de 19 de dezembro de 1951, no que couber.
- Art. 37 Não serão transcritos ou averbados no Registro Geral de Imóveis os atos de transmissão "inter-vivos" ou "causa mortis", bem como a constituição de ônus reais, sôbre imóveis da zona rural, sem a apresentação de certidão negativa de dívidas referentes a multas previstas nesta Lei ou nas leis estaduais supletivas, por decisão transitada em julgado.

Art. 38 — As florestas plantadas ou naturais são declaradas imunes a qualquer tributação e não podem determinar, para efeito tributário, aumento do valor das terras em que se encontram.

- § 1.0 Não se considerará renda tributável o valor de produtos florestais obtidos em florestas plantadas, por quem as houver formado.
- § 2.º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento serão deduzidas integralmente do impôsto de renda e das taxas específicas ligadas ao reflorestamento.
- Art. 39 Ficam isentas do impôsto territorial rural as áreas com florestas sob regime de preservação permanente e as áreas com florestas plantadas para fins de exploração madeireira.

Parágrafo único — Se a floresta fôr nativa, a isenção não ultrapassará de 50% (cinquenta por cento) do valor do impôsto que incidir sôbre a área tributável.

Art. 40 — VETADO.

Art. 41 — Os estabelecimentos oficiais de crédito concederão prioridades aos projetos de florestamento, reflorestamento ou aquisição de equipamentos mecânicos necessários aos serviços, obedecidas as escalas anteriormente fixadas em lei.

Parágrafo único — Ao Conselho Monetário Nacional, dentro de suas atribuições legais, como órgão disciplinador do crédito e das operações creditícias em tôdas suas modalidades e formas, cabe estabelecer as normas para os financiamentos florestais, com juros e prazos compatíveis, relacionados com os planos de florestamento e reflorestamento aprovados pelo Conselho Florestal Federal.

- Art. 42 Dois anos depois da promulgação desta Lei, nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos de educação florestal, prèviamente aprovados pelo Conselho Federal de Educação, ouvido o órgão florestal competente.
- § 1.º As estações de rádio e televisão incluirão, obrigatòriamente em suas programações, textos e dispositivos de interêsse florestal, aprovados pelo órgão competente no limite mínimo de cinco (5) minutos semanais distribuídos ou não em diferentes dias.
- § 2.º Nos mapas e cartas oficiais serão obrigatòriamente assinalados os Parques e Florestas Públicas.
- § 3.º A União e os Estados promoverão a criação e o desenvolvimento de escolas para o ensino florestal, em seus diferentes níveis.

Art. 43 — Fica instituída a Semana Florestal, em datas fixadas para as diversas regiões do País, por Decreto Federal. Será a mesma comemorada, obrigatòriamente, nas escolas e estabelecimentos públicos ou subvencionados, através de programas objetivos em que se ressalte o valor das florestas, face aos seus produtos e utilidades, bem como sôbre a forma correta de conduzí-las e perpetuá-las.

Parágrafo único — Para a Semana Florestal serão programadas reuniões, conferências, jornadas de reflorestamento e outras solenidades e festividades, com o objetivo de identificar as florestas como recurso natural renovável, de elevado valor social e econômico.

- Art. 44 Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, enquanto não fôr estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração a corte razo só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade.
- Art. 45 O Poder Executivo promoverá, no prazo de 180 dias, a revisão de todos os contratos, convênios, acôrdos e concessões relacionados com a exploração florestal em geral, a fim de ajustá-las às normas adotadas por esta Lei.

Art. 46 — Fica mantido o Conselho Florestal, com sede em Brasília, como órgão consultivo e normativo da política florestal brasileira.

Parágrafo único — A composição e atribuições do Conselho Florestal Federal, integrado, no máximo, por 12 (doze) membros, serão estabelecidas por decreto do Poder Executivo.

Art. 47 — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que fôr julgado necessário à sua execução.

Art. 48 — Esta Lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação, revogados o Decreto n.º 23 793, de 23 de janeiro de 1934 (Código Florestal) e demais disposições em contrário.

Brasília, 15 de setembro de 1965; 144.º da Independência e 77.º da República.

Ass. H. Castello Branco
Hugo Leme
Octavio Gouveia de Bulhões
Flávio Lacerda

Publicado no Diário Oficial, de 16 de setembro de 1965.

Retificado no Diário Oficial, de 28 de setembro de 1965.

### CÓDIGO FLORESTAL

Errata

Na página 10, limbas 13 a 15, leia-se:

(dez por canto) do velor cemercial da matéria-prime florestel nativa consumi da além da produção de qual participe.

# JOSÉ BENTO PARCUES .

A présente de reprocues de les de decumento apresentado neste cartório, ne data de la constitue de la constitu



7.a | R A quanta de Cise. . C. Proveniente de -/ Jing minita Al Bachitung Piriton de l'en trans de to guriture le com Importância que sera lancada no hvio «caixa» desta inspetoria. 7 a Ando SP! Tar + - r. TABELIAU 0 0.01 to 18 11 11 10 0 SATOM Attfreda Braz A. 1000 Pessos, 53 - Clba- H. S: TABELIA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SERVICO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

# SEUSAM OTNES SEOL

- 01090113H =

osesum whereath of the solution meste





#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 7.a I. R.

N° 503

de 19 66

Recebi do Gris TRMÃOS MAIA S/A. INDUSTRIA E COMÉRCIO.-----

A quantia de 05.5.000.000- (CINCO MILHOES DE CRUZEIROS) .

CALLERY

7 a 11 do SPI Guritiba-Pre em 27 de junho

Jival Jose de Souza

Dival Jose de Souza

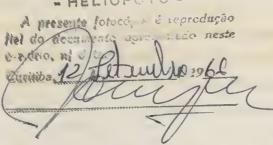
Deirothe dens ceriadaira a tirma feeta

A . Edd - Ed , 18258 18. Jan 182534, 53 - Elba. A.

S. TABELIAO

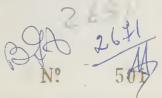
## JOSÉ BENTO MARQUES

- HELIOFOTO -





MINISTERIO DA AGRICULTURA SERVICO DE PROTECÃO AOS ÍNDIOS 7.a l. Fl.



IRMÃOS MAIA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Recebi do Sr(s.)
5.000.000( CINCO MILHURS DE CRUZETROS).~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~
A quantia de Cr5 / Cooperation   A quantia de Cr5 / Cr
Proveniente de s/ pagamento da 15ª (DECIMA QUINTA) prestação vencival nesta de
to da Escritura Publica de aditamento a um contrato de Escritura de com-
pra e venda de pinheiros da area do Poind "JOSE MARIA DE PAULA", conforme
chque n2598.111 c/ o Banco Comercial do Parana S.A
Importância que sera lançada no livro «caixa» desta inspetoria.
Importancia que la SPI Curitiba Pro en 25 de maio de 1966.
Resp. p/ expedi- Divar Jose Souza
THE XILHA
The second of th
TABELIAO.
Dou to total
CUR
ANABAG S. CFILLS DARANA
SATON 3 TO TO THE PROPERTY OF
This bold of the same of the s
- 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2 - 2
The state of the s
OKITAGAT "C

JOSÉ DE NETO MARQUES

JOSÉ DE NETO MARQUES

- H. L. 10 FOTO 
A presente fetocópia é reprodução

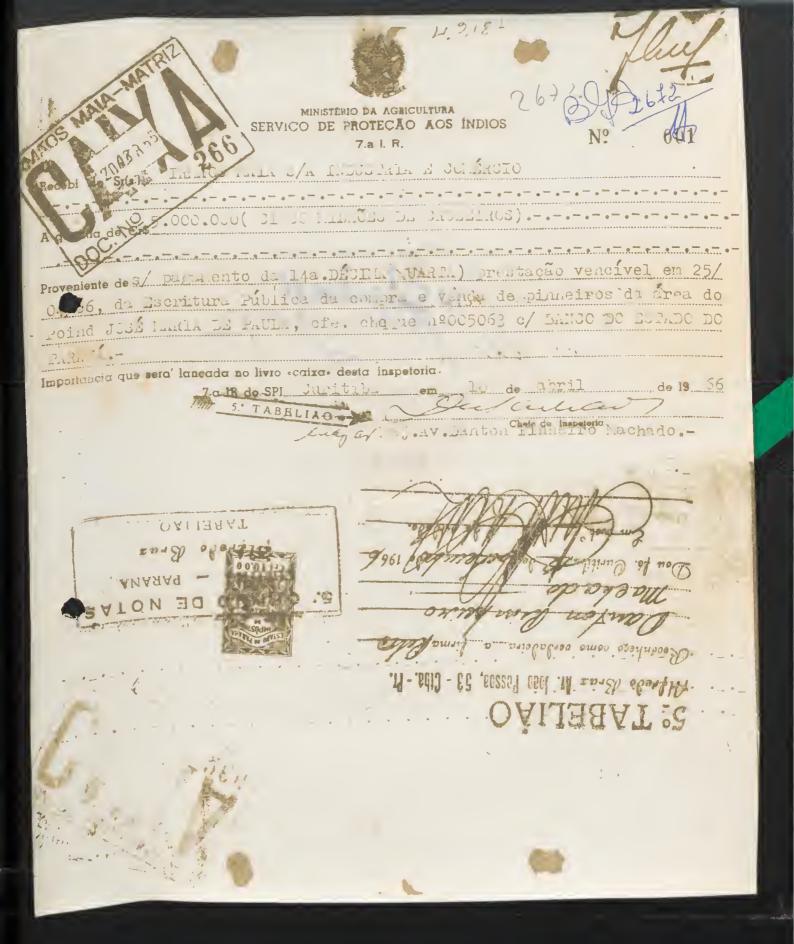
fiel do decamento apresentado nesta

cartório, n. data.

Curitiba, 12 José Para NOTAS

10° C. PARA NOTAS

Calaria Fr

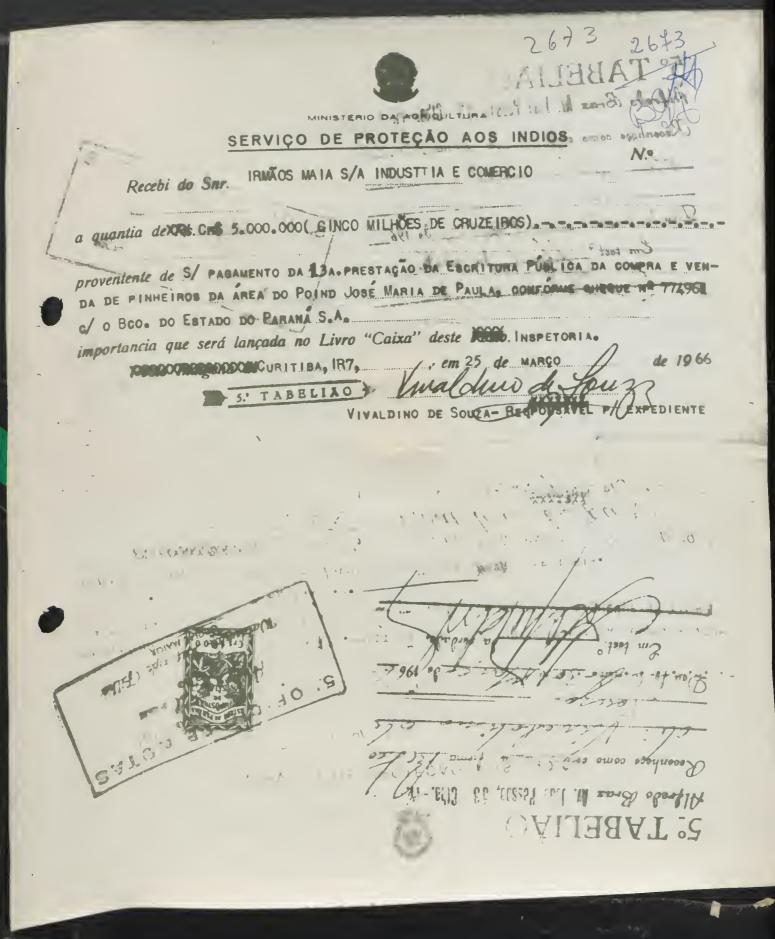


#### JOSÉ BENTO MARQUES 10.º TABELIAO

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, n. l. data.

Curtiba 30/ mareo / 19 60.

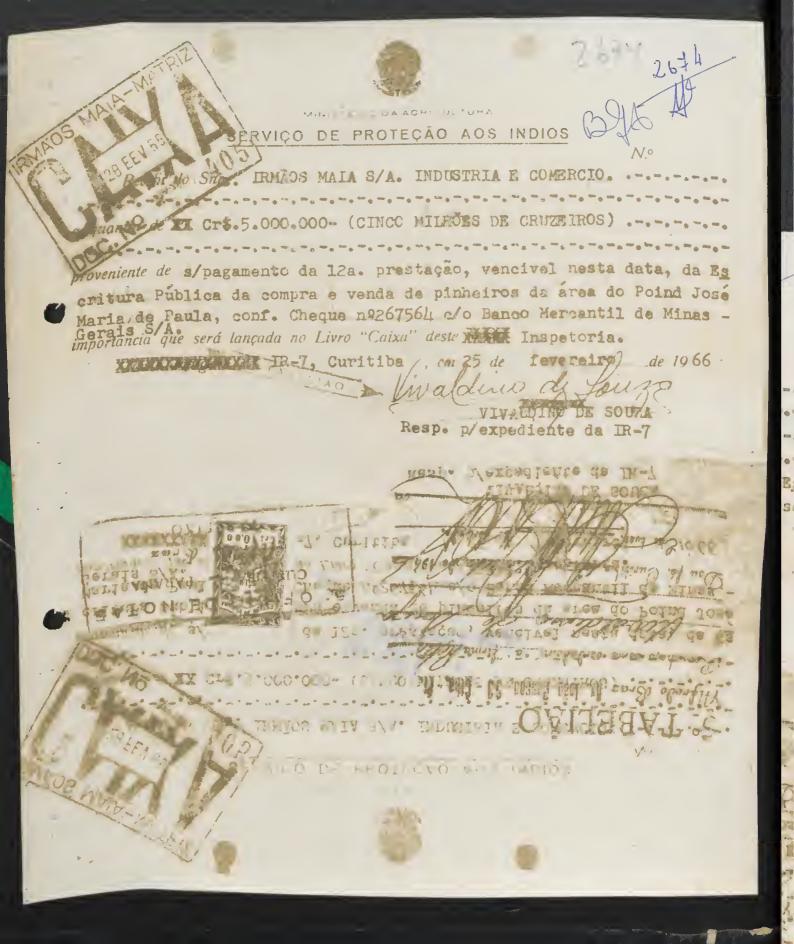




- OTOROTA ON JERVE 101 SHUGALM OTHER MEOL

h presents forcopia e reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, n data

- guill sireled 200 138 1801 T SATO TO TO TO TO



- HELIOFOTO -

lel do documento apresentado neste cartório, ni data.

Curielba, 12/5 et eure No 66



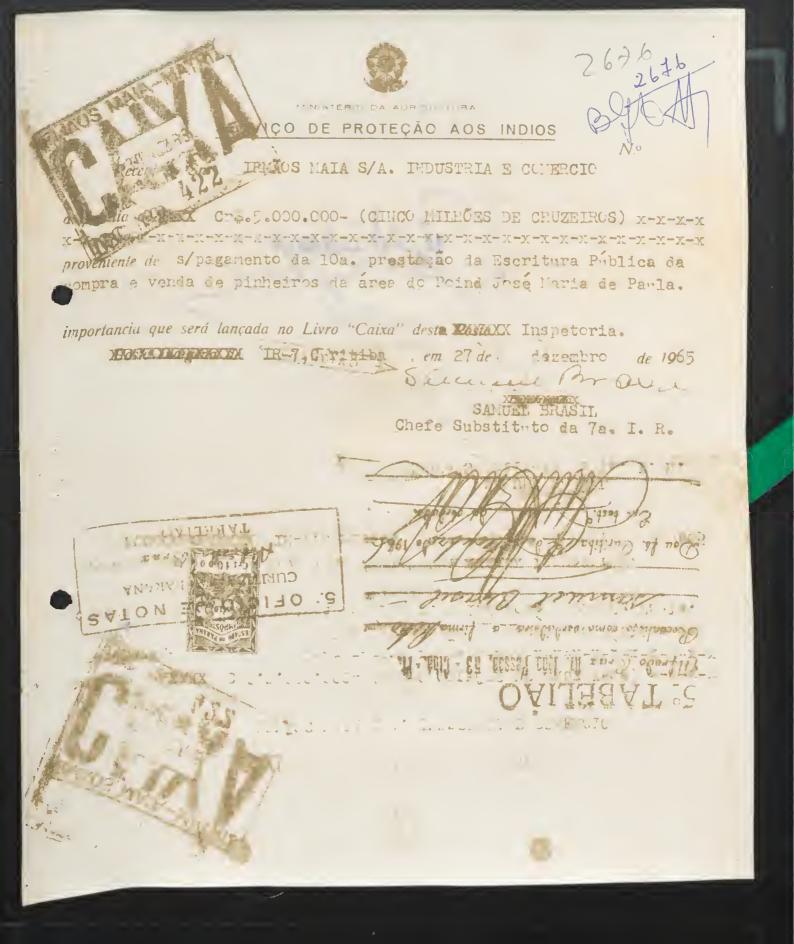
OS MAIA-MATRI 200 2675 24 144 53 ARVICO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS IRMÃOS MAIA S/A. INDUSTRIA E CONTRCIO, proveniente de 3/ pagamento da lla (venuivel em 25/01/66) da Escritura Púlies da compre e venes de pinheiros de avec do Toine Jose laria de Pan 14, cfe. cheque n2598105, e/ @ BANCO COMERCIAL DO PAPARÁ S.A. importancia que será lançada no Livro "Caixa" deste Mant Incombonida. de 1966 SAMUEL ERASIL Ch fe Gubstitu to de 7a. I.R. haporlance of Ails Went at O N COO.COO- (CIKCL FILL CER JEKAUS HALA S//. INDUSTRIA SVIÇO DE PROTEÇÃO AOS

- HELIOFOTO -

A presente fotocopia a reprodução fiel do documento apresentade meste restorio, no data,

Cartette 12/5 et eur 10,66





10.º TAPELIAO



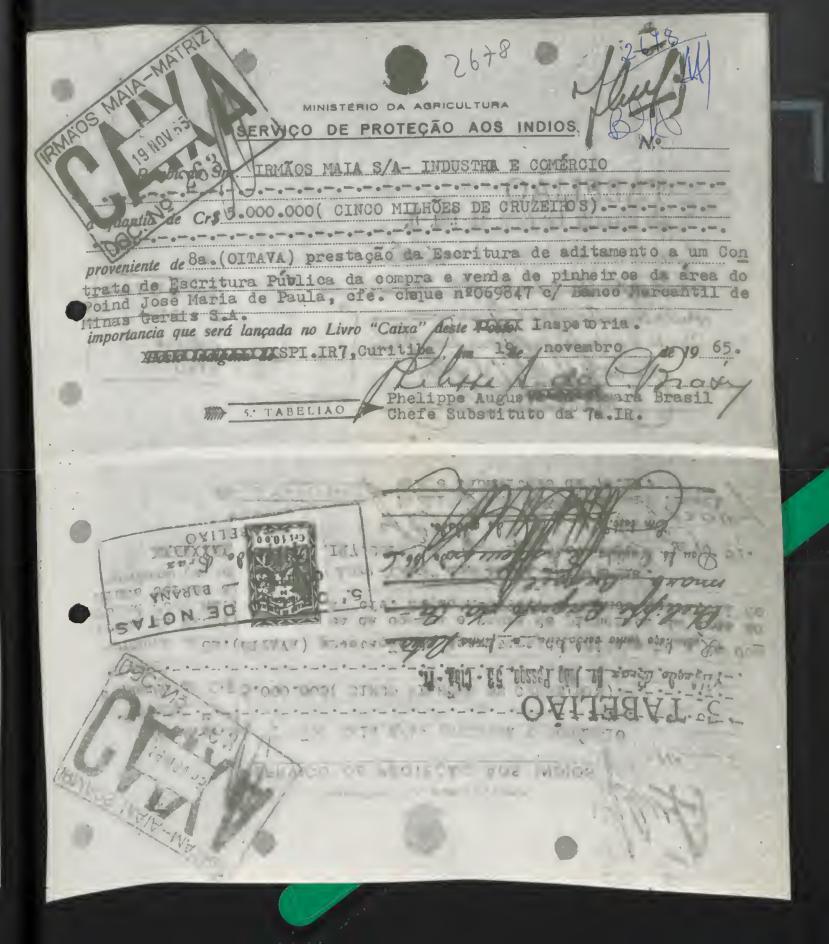
OS MAIA MINISTERIO DA AGRICU SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS Recebi de Sar IRI TOS MAIA S/A I IDUSTRIA E COMERCIO Contia de Cras .000.000 (CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS) .-. proveniente de 9a.(NONA) prestaç o Escritura de aditamento a um Contr to de Escritura Públic da co pra e venda de pinheiros da ire do oind Jo Faria de Paula, cfe. cheque nº 118514, contre de Jeo Jercan importancia que será lançada no Livro "Caixa" deste Post. Inspetoria resexuações de 19.65. Jo & respect to Cruz- her de Impetoria real to found asida STUNISO OF INDIE

10. TABELIAO

- HELIOFOTO -

A presente forocopia pepredução fiel do cocumento apr curiópio, nya





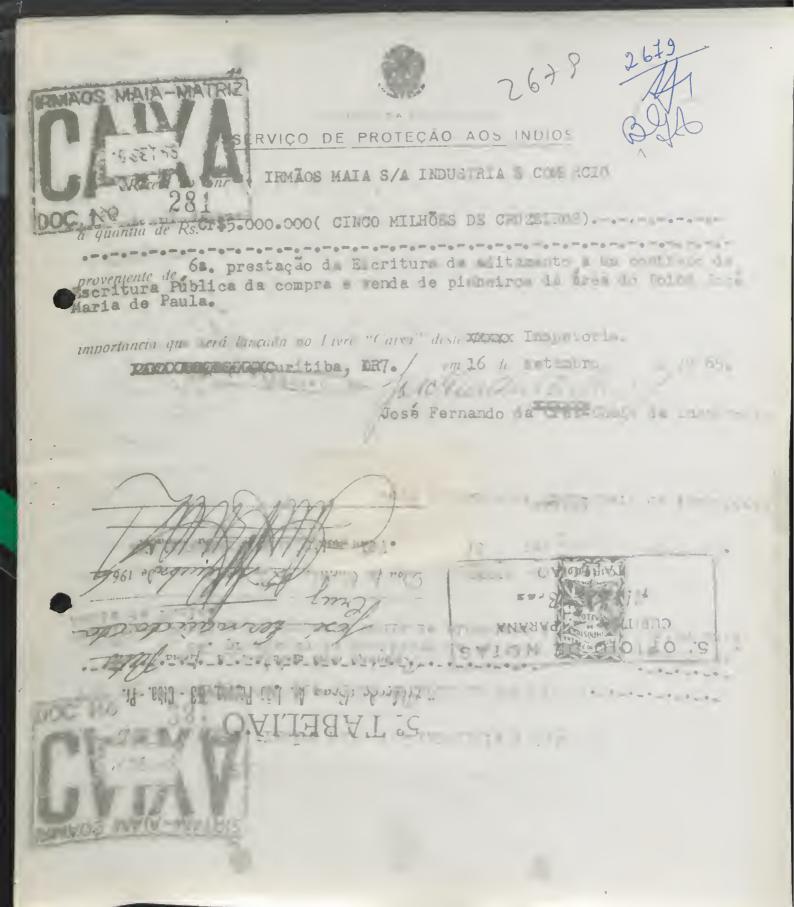


A presente fotocôpia é reprodução fel co documento apresentedo neste e roro, no data.

Curinta, 1906



23"



## JOSÉ BENTO MARQUES 10.° TABELIAO

- HELIOFOTO -

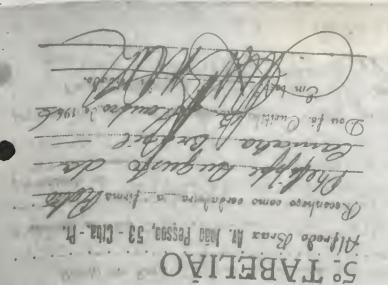
A presente fotocópia é reprodução la la documento apresentationes la la decumento apresentation neste c r sero, no, dutal.



SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

2680

BENACO AT ENOTECYO FOR INDIO





10.º TABELIAO

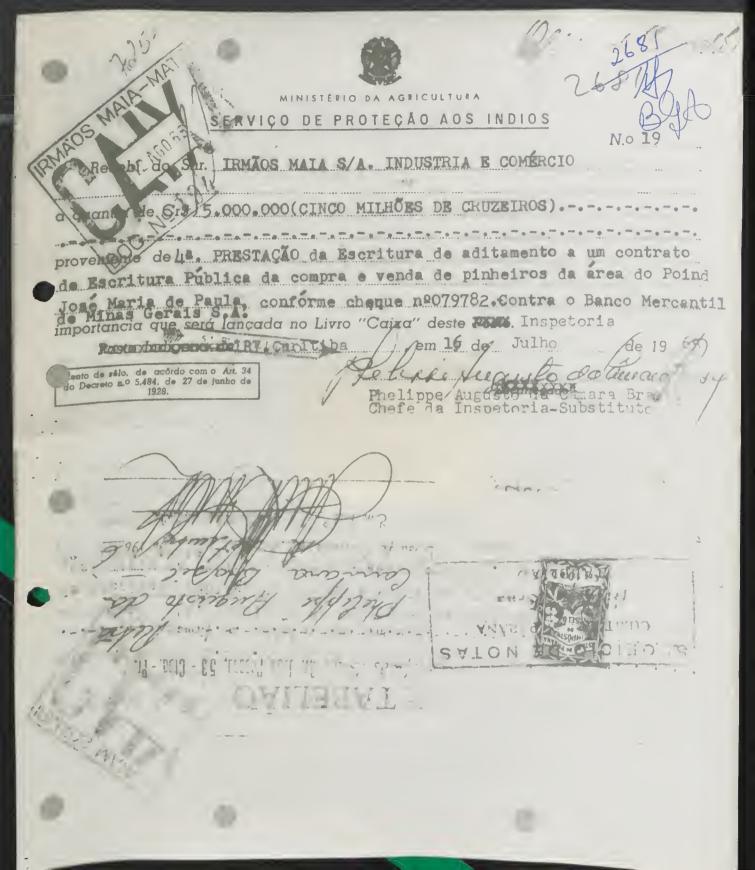
- HELIOFOTO -

A presente fotocópiq é reprodução
fiel do documento apresentado neste
c r.or.o. ny d.ta.

Curitibal

19





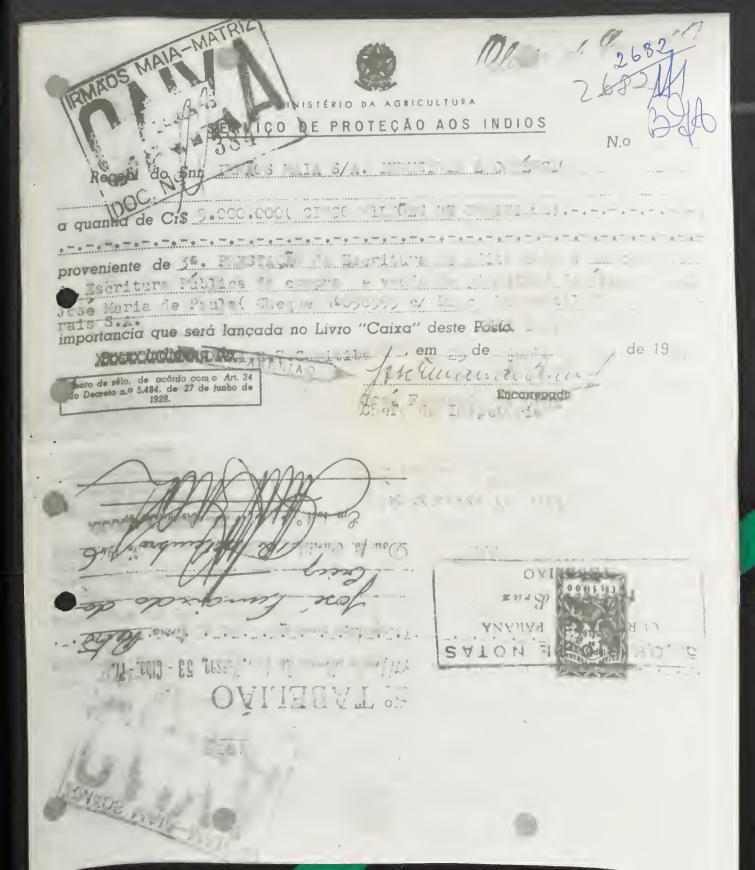
10.º TABELIAO
- HELIOFOTO =

A presente fotocofia e reprodução
fiel do documento de produción neste
cartório, ne data.

Curitiba

1966



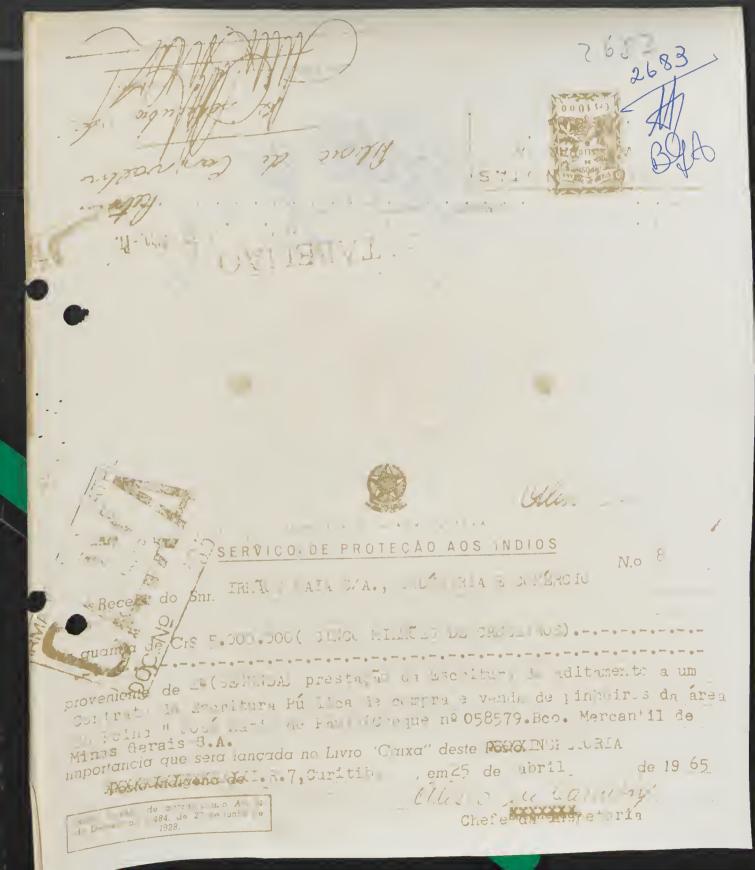


- HELIOFOTO -

A presente pordesina a represenção pelo do documento apresentação mase co restina al pasta.

Cuitiba 1 41 X





10. TABELIAO - HELIOFOTO -

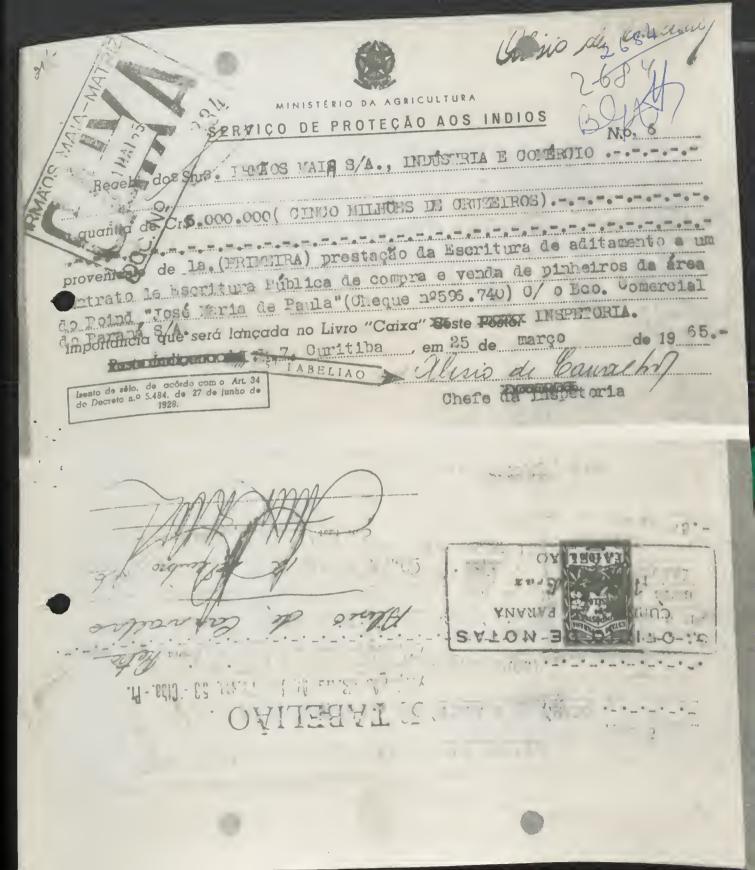
A pr sense staconia é reprodução fiel ao conficio o opresentado neste carário, não ta.

10° OF BOOK MOTAS

103É

Crs 10.00

Custon - Fr.



PRIMEIRA. - As árvores acima mencionadas serão indicadas ao outorgado ou a seu representante pelo outorgante ou seu representante, com a qudiência do representante do Serviço Florestal que for designado, devendo nessaccasião serem medidas para determinação do seu diâmetro e marcadas para o corte. SEGUNDA. O outorgado comprador receberá as árvores nas condições acima em pé, no pinhal ou no mato, cor--rendo por sua conta exclusiva as despesas com o corte e arraste e condução das mesmas, el bem assim, de abertura de carreadores e caminhos è estradas para a condução das tóras para a Serraria e da madeira serrada, que tiver de ser retirada do Posto. TERCEIRA. A abertura das vias de comunicação acima será feita sempre de acôrdo para não prejudicar ambas as partes e com prévio conhecimento do encarregado do Posto. QUARTA. Os lótes de pinheiros e cedros a ser entregues para o corte, serão contados, marcados e remarcados, de cada vez, nao será inferior a mil (1.000) árvores, podendo entretanto ser acima deste limite mediante acôrdo entre as partes. QUINTA. Umavez entregue as árvores ao outorgado comprador, na forma das condições primeiras e quarta deste contrato, o referido comprador efetuará ao encar--regado do Posto o respectivo pagamento em moeda corrente, dentro do prazo máximo de quarenta e oito horas. SEXTA. Ficam estipulados os seguintes preços para as árvores em pe no mato, para pinheiros e cedros vinte cruzeiros (20,00) por unidade respectivamente de diâmetro acima de cincoenta (50) e sessenta e cinco (65) metros no pé, sendo que é de comum acôrdo entre as partes poderao ser aproveitadas as árvores caídas ou prejudicadas na sua vitalidade, as de diametro menor serao computadas a razao de duas árvores, valendo por uma, para efeito do cálculo do preço. SÉTIMA. Desde que esteja marcado pelo comprador o pinheiro e cedro desvitalizado o que se verificará pelar contra marca nas árvores, esta não poderá ser recusada pelo compr dor, sob nenhum pretexto. OIPAWA.O comprador deverá abater e retirar dentro do prazo de 3(três) anos a contar da data da assinatura dêste contrato, todos os lótes de pinheiros e cedros já marcados, pagos e entregues pelo S.P.I. remer acoutorgado salvo prorrogação prevista na clausula 16a., que nêste caso o corte e retirada dos pinheiros e cedros será automaticamente prorrogado, por igual prazo. NONA. O S.P.I. reserva-se o direito de utilizar exclusivamente para seus serviços, qualquer madeira existente na área indigena, inclusive si fôr necessário algumas das que já estiverem marcadas para o contra, tante comprador; nêste caso restituir-lhe-a imediatamente a importância, já recebida pelos xxx pinheiros e cedros marcados de que se utilizar. DECIMA. Para os serviços construções do Posto Indígena, este sempre terá preferência para a q aquisição de táboas e madeiramento do material serrado pela serraria do outorgado ELIAS ABDO BITMAR, devendo tais madeiras, serem cedidas ao pôsto com o abatimento de vinte (20) por cento sobre os preços correntes na ocasiao, podendo o pagamento ser feito pelo pôsto em Pinheiros e Cedros de valor equivalente nas bases estabelecidas nêste contrato. DECIMA-PRIMEIRA O comprador, para utilização de madeira em questão poderá montar uma ou mais serrarias dentro da reservar do Posto Indígena, mediante autorização do Chefe da Inspetoria Regional em Curitiba, correndo porém por exclusiva conta do dito comprador e sob sua responsabilidade todas as despesas, custeio e riscos das citadas serrarias na vigência do referido e ntrato; podendo o citado comprador, findo o prazo c ntratual, retirar os maquinismos da serraria ou serrarias que instalar bem assim os seus veículos e animais de serviços, ficando porém para o S.P.I., as edificações, cercados, potreiros e demais benfeitorias que fizeram no terreno da área indígena. - DECIMA-SEGUN-DA .- No caso de instalação de serraria a que se refere a clausula decima primeira terá o outergado comprador o prazo de 6 (seis) meses a contar da data da assinatura do presente contrato, para te-la instalada e em funcionamento salvo caso de força maior, devidamen e cons tatado pelo Encarregado do Posto. DECIMA TERCEIRA. - A serraria a que se refere a chausula antecedente terá a capacidade mínima para ser--rar dez (10) dúzias de táboas do tipo padrão ou seu equivalente, num dia de trab lho normal. DECIMA-QUARTA. - Terminada a serragem das madeiras a que se refere o presente contrato, obriga-se o outorgado comprador a retirar do local a sua serraria ou serrarias e respectivos pertences, exceto os imóveis que ficam pertencendo ao Posto Indigena, sem onus ou obrigação de espécie alguma para o outorgante, dentro do prazo de seis (6) meses a contar da data da terminação dos mencionados trabalhos. DECIMA QUINTA .- obriga-so o referido outorgado a cumprir e fazer cumprir rigorosamente pelos seus prepostos, empregados e operários, todas as normas, ordens e instruções regulamentares vigentes nos Postos Indigenas, dêste Serviço, constituindo o ina dimplemento desta condição-, motivo para a rescisão imediata do contrato, que se processará de acôrdo e pela forma das clausulas 19a. e 20a. sujeitando-se outrossim, a qualquer fiscalização por parte do Posto. Indigena ou da Inspetoria Regional do mencionado Serviço ou ainda, do Serviço Florestal; DECIMA SEXTA: O contratante compra dor para a garantia das clausulas do pres n'e contrato, depositará na CAIXA ECONOMICA a importância de Ca 100.000,00 (cem mil cruzeiros) a qual m será restituída findo o contrato após o cumprimento de todas as obrigações ou xã perda total da aludida caução no caso de infração de qualquer das clausulas dêste contrato. DECIMA SETIMA .-A vigência do presente contrato é pelo prazo de (três) 3 anos a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual prazo, mediante acordo das partew contratantes, no termino do prazo primitivo, sendo que, qualquer modificação nas clausulas do mesmo acaso acordada posteriormente entre as partes contratantes deverá constar de termo aditivo a este instrumento, dependendo tal xx aditamente de autorização expressa do Diretor do Serviço de Proteção aos Indios. DECIMA OITAVA\_

DECIMA OITAVA. - O preço estabelecido na clausula serta, vigorará obrigatoriamente em todo o primeiro ano de vigência do c n'rato. podendo dito preço ser modificado para mais ou para menos e para vigorar em cada ano mas seguinte caso se verifiquem na regiao flutuações muito acentuadas no preço de madeira, serrada ou toras. no começo de cada ano da vigência do contrato; desendo esta alteração de preço ser propostas e motivada pela parte interessada. dentro do ultimo trimestre e até a primeira quinzena de Dezembro do ano imediatamente precedente aquele em que deva vigorar o novo preço. DECIMA NONA. O inadimplemento de qualquer das condições do presente contrato porparte de qualquer das partes contratantes a juizo do Chefe da Inspetoria e com recurso para o Diretor do Serviço de Proteção aos Indios, importará na imediata reseisão do mesmo, independente de interpelação judicial ou não; salvo motivo de força maior devidamente comprovada em qualquer caso, sem que caiba a nanhuma - das citadas partes direito algum a indenização de qualquer espécie, reservado porém, a obrigação da clausula desima sexta. nêste caso considerando-se como findo o prazo deste contrato, para os efeitos no mesmo estipulados. VIGESSIMA. Qualquer divergência entre as partes no decorrer do contrato será resolvida pelo arbitramento, mediante composição amigável .- VIGESIMA PRIMEIRA. O contratante comprador obrigar-se-a ao reflorestamento com pinheiros e cedros a serem plantados em proporçao dupla dos pinheirose cedros que forem abatidos, obrigando-se para isso a manter na regiao em local conveniente um viveiro de mudas de pinheiros e cedros suficiente para esse reflorestamento, tudo na forma do Codigo Florestal em vigor. VIGESSIMA SEGUNDA .- O S.P.I., obriga-se durante a vigencia do presente contrato. a nao preceder a nenhuma outra concessao semelhante na area da reserva indigena acima mencionada. VIGESSIMA TERCEIRA. Obriga-se o outorgado comprador a construir e manter em funcionamento a sua mante custa, durante a vigência do contrato e suas prorrogações, uma enfermaria paraos indios localizados no Posto já mencionado, no com capacidade para quinze (15) leitos e mais duas escolas primárias, destinadas a educação dos filhos dos indios e alfabetização dos adultos, devendo entregar tais benfeitorias, findo o prazo do contrato ao S.P.I., sem qual quer onus. Outrossim, fica estipulado que a renda decorrente da venda dos Pinheiros do presente contrato, será depositada no Banco do Brasil, como Renda do Patrimonio Indigena. O presente contrato lavredo por mii, Escrevente Juramentado depois de lido e achado confórme, pelas partes contratantes que declaram-se conformar com as suas condições e sujeitarem-se aos efeitos deles decorrentes e assinados pelos referidos contratantes, pelas testemunhas a tudo presente. Estando imento de selos, impostos e taxas de qualquer espécie, em virtude do disposto no artigo trinta e quatro (34) do Decreto 5484 (cinco mil quatrocentos e oitenta e quatro ) de 27 de Junho de 1928 (mil novecentos e vinte e oito) visto tratar-se de legitimo interesse sos Indios do menciorado

2699 Posto Indigena "Antonio Estigarribia". Em seguida me apresentaram 12) Bilhete do teôr seguinte: - Newton Laporte, 4º Tabelião de Nótas pede a distribuição da seguinte escritura. Título. Compra e Venda. Outorgante. - Serviço de Proteção aos Indios. Outorgado. Elias Abdo Bitter. Velor Cr\$ 100.000,00. Distribuido sob número 483 ao 4º tabeliao. Curitiba, 3 de dezembro de 1948. (a) Henrique G. Almeida (legalmente selada). E de como assim o disseram, dou fé, lhes lavrei este instrumento por me ser pedido e distribuido que lido as partes e testemunhas senhores Alfredo O. Munhoz e Orlando Francisco Saboia e achado conforme, aceitaram e assinam com as mesmas testemunhas, perante mim Paulino Laporte, Escrevente Juramentado que o escrevi. Eu, Newton Laporte, 4º Tabeliao subscrevi. Curitiba, 3 de Dezembro de 1948. (a.a.) .- LOURIVAL DA MOTTA CABRAL .- ELIAS ABDO BITTAR .- Alfredo Oliveira Munhoz e Orlando Francisco Saboia. TRASLADADA POR CERTIDÃO .-Esta conforme ao seu original ao qual me repórto e dou fé. E eu, NEWTON LAPORTE, 4º Tabeliao, a conferí, subscrevo e assino nesta cidade de Curitiba, Capital do Paraná, aos tres (3) dias do mês de JUNHO do ano de mil novecentos e quanta quarenta e nove(1949). (a) NEWTON LAPORTE
4º Tabeliao CARIMBO 4º Tabeliao s) ... Cr\$ 8. s) ... Cr\$ 6.s) ... Cr\$ 28.20.s) ... Cr\$ 8.80.s) firmas Cr\$ ----Total..Cr\$ 57.00 SELOS CARIMBO 4º Tabeliao

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(Emblema da Repúllica)

Estado do Paraná

Curitiba

Rua Marechal Floriano Peixoto, 115

ARQUIVO EM CASA FO TE

fone. 758.

2696

Curitiba, 9 de JANEIRO de 1953

NEWTON LAPORTE

4º Tabelião Vitalício da Cidade de Curitiba
Capital do Estado do Parená, etc.

A.S.C.

ADEODATO ARNALDO VOLPI

Oficial Major

C.E.R.T.I.FiI.C.O .- atendendo a pedido verbal de pessoa interessada que dos livros de Notas existentes neste Cartorio no de número 237 (DUZENTOS E TRINTA E SETE) as folhas 144v. (CENTO E QUARENTA E QUATRO VARSO) consta a escritura do teor seguinte:- Escritura Pública de Venda e Compra de PINHEIROS, que entre si fazem ELIAS ABDO BITTAR e IRTÃOS MATA, ne forma abaixo declarada. Saibamquantos esta escritura virem que aos nove (9) dias do mes de Janeiro do ano de mil movecentos e cincoenta e tres, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, em Cartório, compareceram pa tes entre si justas e contratadas. de um lado, como Outorgante ELIAS ABDO BITTAR, industrial brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e , de outro lado. como Outorgados IRMÃOS MAIA, pessoa jurídica, com séde em Ponta Gros--sa, deste Estado, neste ato representado pelo seu sócio e Gerente. JORGE MIGUEL MAIA, brasileiro, casado, industrial residente em Ponte-Grossa, neste Estado, aqui de passagem; os presentes reconhecidos pelos próprios de mim, Escrevente Juramentada, do Tabeliao que subscreve esta e das duas testemunhas no fim nomeadas e assinadas, do que dou fé, perante as quais, pelo Outorgante Vendedor ELIAS ABDO BITTAR. foi dito que acordos comos Outorgados Compradores IRMÃOS MAIA , a venda de 25 40.000 (QUARENTA MIL) PINHEIROS de sua propriedade, com os diâmetros de 0,50 (CINCOENTA CENTIMETROS) para cima, situados na área do posto Indigena Antonio Estigarribia, por ele adquiridos do SE VIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, conforme escritura pública lavrada a 3 de Dezembro de 1948, nas notas deste Cartorio, as fils. 106 do livro número 133; que para a avenda contratada comos Outorgados Compradores está ele Outorgante devi damente autorizado pelo referido SERVIÇO DE PROTE-ÇÃO AOS INDIOS, conforme Ofício número 12, de 14 de Jeneiro de 1952, da 7a. Inspetoria Regional; que a venda ora feita de 40.000 (QUARENTA MIL) PINHEIROS, nas condições acima referida é feita pelo preço de

Cr\$ 20.00 (VINTE CRUZEIROS) por pinheiro, perfazendo o total de 6 800.000,00 (OITOCEN OS MIL CRUZEIROS), que serao paros pelos Compradores a contar desta data, em quatro prestações de C\$200.000,00 (DUZENTOS MIL CRUZEIROS) cada uma, representadas em quatro letras de Câmbio, vencíveis em 30 de Setembro do corrente ano; 30 de Outubro do Corrente ano; 30 de Novembro e 30 de Dezembro do corrente ano, respe tivamente, sacadas nesta data pelo Outorgante e aceita pelo Outorgado que os Outorgados Compradores se obrigam a abster e retirar os pinheiros que ora lhes são vendidos dentro do prazo concedido ao Outorgante pelo SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS de acôrdo com o Oficio número 89 de 10 de Março de 1952, bem como a não embaraçara o cumprimento do contrato que o Outorgante mantem com o referido SERVIÇO, conforme as clausulas da referida escritura de 3 de Dezembro de 1948; que o inediamento de qualquer das clausulas de presente escritura importará na sua rescisão de pleno direito, independentemente de interpelação judicial; que os Outorgados Compradores poderão desde já, abater e retira os pinheiros ora vendidos que se encontram com a Marta do Outorgante; que o Outorgante Vendedor comprometa-se por efeito desta escritura a fazer a presente venda boa, e valisse respondendo ainda pela evicção; que o Ortorgante Vendedor continue a ser o unico resporsavel, junto ao SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, pelas clausulas con ratuais da escritura lavrada a 3 de Dezembro de 1948, nestas notas; que o Outorgado-Comprador, por efeito desta escritura, fica desde já, au orizado a instalar uma ou mais Serrarias na área onde estão situados os menci nados pinheiros, podendo também para a retirada dos pinheiros construir pontes, pontilhoes, fazer estradas e carreadores, construir estaleiros e utilizar madeira para os fins acima descritos. Pelo Outorgado, ante as mencionadas testemunhas, foi dito que aceita es a escritura como nela se contem por estar de acôrdo com o seu ajuste. Em seguida apresentaram. - 1º) Bilhete seguinte: - NEWTON LAPORTE. 4º Tabelião de Notas, rede a distribuição da seguinteme escritura:-Titulo:- Venda e Compra de Pinheiros. Outorgante.- ELIAS BITTAR Ou orgado:- IRMÃOS MAIA. Valor CA\$ 800.000,00. Distribuido sob número 3618 ao 4º Tabelião. Curitiba, 9 de Janeiro de 1953. (a) Henrique G. Almeida. (Legalmente selado). - 2º) O selo estadual de folhas que com um da taxa educação e saude vai abaixo colado, deixando de parro selo federal, visto como me foram apresentadas devi amente seladas as letras de Karak Câmbio acima referidas. E de como assim o disseram, dou fé, lhes lavrei este instrumento por me ser pedido e distribuido que lido as partes e testemunhas senhores Adyr Buchi e Rubens Plácido Correa e achado o nforme aceitarom e assinam com as mesmas testemunhas e ante mim Silva Correia Alves de Araujo, Escretente Juramentada que escrevi. Eu NEWTON LAPORTE 4º Tabelião subscrevi. Curi iba, 9 de Janeiro de 1953 (a.a.) ELIAS ABDO BITTAR. - JORGE MIGUEL MAIA. - Adyr Buchi - Rubens Placido - Correa (Legalmente selada com Cr\$ 10,00 estaduais e Cr\$ 1,50 da taxa educação e saude devidamente

inutilizados). TRASLADADA POR CERTIDÃO. Está conforme so seu origi ao qual me reporto e dou fé. E eu (a) NEWTON LAPORTE 4º Tabelião a conferi, subscrevo e assino nesta data de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos nove (9) dias do mas de Janeiro do ano de mil novecentos e cincoenta e três (1953)- .-.-------D- 8.-R-21.50-(a) NEWTON LAPORTE S- 9.50-CARIMBO 4º Tabeliao SELOS

ESTADO DA GUANABARA

20º OFÍCIO DE NOTAS

Dr. Generoso Ponce Filho

TABELIÃO

WILSON MONCORVO DE ARAÚJO

SUBSTITUTO

Avenida Rio Branco, 114 - 2º Andar

2693

TRASLADO

RIO DE JANEIRO

Livro Nº 931 à Folha 44vº Em 25 de Janeiro de 1965

#### ESCRITURA

#### "SAIBAM"

quantos esta virem que no ano de 1965, "Ano do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro", aos 25 (Vinte e cinco) dias do mês - de Janeiro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado - da Guanabara, em meu cartório e perante mim Tabelião do 20º Ofício de Notas, por me haver sido esta escritura hoje distribuída

da clausula 23ª do contrato original, ficando as demais cláusulas. do mesmo contrato original não modificadas por êste aditivo, em plêno vigôr .- Finalmente por todos os contratantes, me foi dito que aceitam esta escritura em todos os seus têrmos - Paga de sêlo-61.920.000(hum milhão, novecentos e vinte mil cruzeiros), por verba à Recebedoria Federal no Estado da Guanabara, tendo sido entregues aos outorgados as vias "A", "B" e "D" da guia número 026, expedida por êste cartório. - A S S I M o disseram e me pediram lavrasse em minhas notas esta escritura, que lhes sendo lida e as testemunhas, PEDRO BATISTA DO NASCIMENTO e BILBERTO TOUTOUNDJI, outorgaram, aceitaram e com as mesmas testemunhas assinam .- Eu, -JOÃO CASADO LIMA, escrevente juramentado, a escrevi.- E eu, GENERO SO PONCE FILHO, Tabelião, a subscrevo.- (assinados) =LUIZ VINIAS NEVES - VALDEMAR MAIA - PEDRO BATISTA DO NASCIMENTO - GILBERTO TOU TOUNDJI - TRASLADADA NA MESMA DATA .- Eu, (ilegível) escrevente au xiliar a datilografei .- d eu, (iligível) Tabelião a subscrevo e as sino em público e raso .-

"EM TESTEMUNHO DA VERDADE" (assinatura ilegível) (carimbo do 20º Ofício de Notas)

CERTIFICO que o sêlo devido pela presente escritura, no valôr de 61.920.000(hum milhão, novecentos e vinte mil cruzeiros), foi recolhida à Recebedoria Federal no Estado da Guanabara em 25/1/65, pela guia nº 026, expedida ppor êste cartório, cujo carimbo e autenticação mecânica de pagamento são dos teôres seguintes: Em carimbo: Recebedoria Federal no Estado da Guanabara 25 JAN 10 1 (asterisco) 68 00282 - Serviço de Arrecadação - Autenticação mecânica do pagamento: 25-JAN-65 RDF 5809 15A (asteriscos) -- IRX1.920.000, 00. - 0 referido é verdade e dou fé. - Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1965.- E eu, (ilegível) Tabelião a subscrevo e assino.-

(assinatura ilegível)
(carimbo do 20º Ofício de Notas)

267657

do contrato original, de 61.854,280 (hum milhão, oitocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e oitenta cruzeiros), correspondente aos recibos na posse dos outorgados compradores, fica reajustado o prêço para o remanescente dos pinheiros, marcados pelos outorga ddos compradores, para mais a quantia em dinheiro de @160.000.000( (cento e sessenta milhões de cruzeiros), - quantia essa a ser paga pela outorgada compradora IRNÃOS MAIA S/A INDUSTRIA E COMÉRCIO, em moeda corrente e nacional, na 7º Inspetoria Regional do S.P.I., com séde em Curitiba, Capital do Estado do Paraná, em 32 (trinta e du as) prestações iguais e mensais de 65.000.000(cinco milhões de cruzeiros), vencendo-se a primeira prestação sessenta dias após a data deste compromisso, isto é, no dia 25 do mes de março do corrente ano e as demais nos mesmos dias 25 dos mêses subsequentes, até completar-se o total do prêço reajustado. 4º) A falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas, acarretará a rescisão do presente aditivo de contrato de paeno direito. 5º) A outorgada compradora IRMÃOS MAIA S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, entra na posso efetiva das arvores de pinheiros marcadas, como de fato entrou, nêste ato, podendo abatê-las, retirá-las e industrializa-las na forma do contrato original, renunciando o outorgado comprador - -ELIAS ABDO BITTAR, em favor de IRMÃOS MAIA S/A, INDUSTRIA E CO-MERCIO, os seus direitos sobre o referido contrato. 6º) Fica fixado o prazo para a retirada das arvores para eito anos, a contar desta data, e findo êsse prazo não havendo sido retiradas,ficará obrigada a outorgada compradora a fazer digo a pagar ao - -S.P.I., o arrendamento anual, por arvore remanescente de sua propriedade, 6150(cento e cinquenta cruzeiros). - 7º) A outorgada compradora IRMÃOS MAIA S/A, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, fica obrigada a construir 50 (cinquenta) casas de maderra de pinho, com quatro compartimentos e 30ms2 no Posto Indígena "Antônio Estigarribia", ficando por sua conta, além do serviço de mão de obra, todo o material a ser usado, com exclusão, apenas, da matéria prima de madeira, que lhe será entregue em árvores em pé, na quantidade neces sária, para a extração da madeira a ser usada.- Parágrafo Único: a outorgada compradora entregará no mínimo 3 (três) casas por mês, a partir de sessenta dias da data do presente contrato, ficando o en carregado do Pôsto Indígena autorizado a entregar-lhe as árvores necessárias e receber as casas quando prontas. - 8º) Inclue-se no ppêço pago por êste aditivo as obrigações constantes da clausula -

# JOSE BENIC & MALLING

la presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, ni data.

Curitiba, 30/ maryo / 19 6





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

701 R

268

### OFICE No 1

Poind. "José Maria de Paula" Em 29 de Março de 1966.-

Do Enc rreg do do Poind. "José Maria de Paula"

Ao Sr. Victor Ludovico Loss - Gerente da Serraria Irmãos Maia S/A Industria e Comércio.

Alsunte determinação do Sr. Chefe da I.R.7-S.P.I. (Comunica).

Cumprindo determinação do Sr. Chefe da 7a. Inspetoria Regional do S.P.I., recebida em data de 28/3/66, comunico a V.S. que está suspenso o corte de pinheiros dentro desta área indígena até ulterior deliberação.

Nestas condições, solicito de V.S. o fiél cumprimento da determinação em questão.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.S. os meus protestos de estima e consideração.

Dival Obse de Souza

Encarregado do Poind. "José María de Paula"

52 TABELIÃO

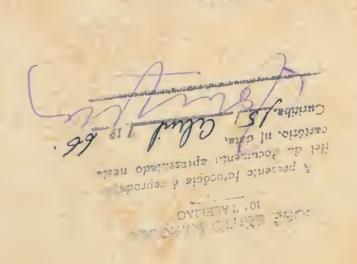
1 fredo Braz M. 1 11 1: 311, 53 - Clba - Pr.

de Dissal Jone la la

Dou to Variaba, Jeff May cop 1966

Em tool de certado.







Barre de



#### MINISTERIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 7.º 1: R.

CURITIBA, PR.

OF. Nº 121

Em 15 DE ABRIL DE 1966

Do CHEFE DA 78. INSPETORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Á FIRMA IRMÃOS MAIA S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Assunto: COMUNICAÇÃO (FAZ)

SENHORES:

COMUNICO-VOS QUE RECEBI ORDEM DO REPRESENTANTE DO EXMQ. SR.

WINISTRO DA AGRICULTURA, CANCELANDO A PROIBIÇÃO DE CORTE DE PINHEIROS POR ESSA
FIRMA NA ÁREA DO PÔSTO INDÍGENA "JOSÉ MARIA DE PAULA", MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA.

NESTA CONDIÇÕES, FICA ESSA FIRMA AUTORIZADA, A PROSSEGUIR A

EXPLORAÇÃO DE PINHEIROS DA ALUDIDA ÁREA INDÍGENA.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES

SAUDAÇÕES

DANTO! PINHEIRO MACHADO
MAJOR CHEFE DA INSPETORIA

Danton Picelana Machaelo Don to Curitiba, Francis de vadas de vada



## JOSÉ BENTO MARQUES

10.º TABELIAO

- HELIOFOTO -

A presente succépia é reprodução fiel do cocamento apresentado neste cartôre, niversa.

Curitiba. 19 19 19

10° ( ) JOSE MA Salaria I



#### MINISTERIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS 7° I R.

2697 2697

OF. Nº 138

E. 1. D Juli 3.

Assunto: COMPARECIMENTO (SOLICITA)

SENHOR GERENTE,

ATENDENDO O QUE FOI DETERMINADO PELO SR. DIRETOR DESTE STIVIÇII,

ATRAVÉS DA ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 59, DE 27 DE MAIO DO CORRENTE ANO, SI

LICITO O COMPARECIMENTO DE V. Sª, NA SEDE DESTA INSPETORIA, PARA FILIS DE REA

JUSTAMENTO DO CONTPATO, FIRMADO ENTRE O S.P.I. E ESSA FIRMA, PARA EXTRA-ÃO /

DE MADEIRA DE PINHO, NA ÁREA DO PÔSTO INDÍGENA "JOSÉ NARIA DE PAULA", ""

PIO DE GUARAPUAVA, NESTE ESTADO, UNIDADE SOB À JURISDIÇÃO DESTA RE-1 HII.

AGUARDANDO O COMPARECIMENTO ORA SOLICITADO, PARA FILANIA
EXPOSTOS, APROVEITO O ENSEJO PARA APRESENTAR A V. Sª OS MEUS POLE TEL DE
ESTIMA E CONSIDERAÇÃO: TABELIAO

DIVAL JOSÉ DE SOUZA CHEFE DA INSPETORIA

DUS/SLS

5.° OFICIONAS

CURIT B

COSTO

COSTO

D

5° TABELIÀO

11. fredo Braz AV. 122. 1:3511, 53 Ctta. - Pt.

Bural for de Souga

Dou fo. Curitiba (2 decembre) 306

Em test / Majoroads.

Curitiba, 24 de junho de 1.966



Assunto:
REAJUSTAMENTO DE CONTRATO

### SENHOR CHEFE DA INSPETORIA:

- Im atenção ao oficio dessa I.R., de nº.188, de 16 deste, que trata da ORDEM DE SENVIÇO INTERNA de nº.59, de 27 de maio de corrente ano, do Sr.DIRETOR DO S.F.I., sobre reajustamento de contrato, ratificando o que foi por asta figma expôsto a V.S., solicito, respeitosamente, seja remetido o expeliente anexo ao Exmo.Sr.Cél.DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, como defesa apresentada por esta requerente / I MÃOS MAIA S/A, INDUSTRIA E COMERCIO.

- Reitero a V.S. os meus protestos de alta es tima e distinta consideração.

IRMÃOS MAIA S.A. Indústria e Comércio

Jorge W. "aia Diretor Superintendente

At Ilmo.Sr.

DIVAL JOSÉ DE COUZA.

DL.CHEFT DA 7ª. INSTETORIA REGIONAL DO S.I.I.

W.Capital.



Jurídica de direito privado, com séde na cidade de Ponta Crossa, Rua Carlos Cavalcanti,853, Faraná, - por seu Diretor Superintendente infra assinado, - tendo em vista o oficio da 7º I.R., de / nº.188, de 16 do corrente mês, que trata da Ordem Interna de nº. 59, de 27 de maio do corrente ano, dessa Diretoria, vez, respeitosamente, perante V.Excia., afim de expor e requerer o seguinte:

### 19 - O DIREITO DA RECUERENTE:

- A requerente exerce o ramo indústrial de extração e benefício de madeiras; através de contratos de compra e ven da de pinheiros, a requerente adquiriu, por escrituras públicas, a matéria prima para a sua indústria dêsse SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS;
- para redimir quaisquer dúvidas que porventura houvesse recentemente, em 25 de janeiro de 1.965 (após a revolução de março/abril), em escritura de aditamento as escrituras públicas já lavradas, ratificou, esse Serviço, as vendas feitas, me diante compensação em dinheiro de 03160.000.000, que está sendo paga em prestações mensais de 035.000.000, além de estar construindo (em fase final) 50 casas de moradia para os indígenas;
  - nesse aditamento reza o seguinte:
- "- 12 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, resolve considerar boas, firmes e valiosas as vendas feitas dos pinheiros, contrato feito entre êle outorgante vendedor, e o comprador/ELIAS AEDO BITTAR, bem como as vendas feitas por êste último à /firma IRMÃOS MAIA S.A., INDÚSTRIA E COMERCIO."
- "-22 As árvores consideradas vendidas e de /
  propriedade dos outorgados compradores são aquelas já marcadas e
  entregues pelo outorgante vendedor e se constituem no remanescente do adquirido pelo contrato citado e os recibos firmados pelo /
  SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS."

" - 5º - A outorgada compradora IRMÃOS MAIS S/A, IEDUSTRIA E COMERCIO; entra na posse efetiva das árvores de pinheiros marcadas, como de fato entrou, nêste ato, podendo abate-las, retira-las e industrializa-las na forma do contrato original, renunciando o outorgado comprador ELIAS ABDO BITTAR, em favor de IRMÃOS MAIA S.A., INDÚSTRIA E COMÉRCIO, os seus direitos/ sobre o referido contrato". - Assim: A venda foi efetuada por esse SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (item 1º); as árvores marcadas e entregues a re querente, também por esse S.P.I. (1tem 2"); e a requerente IRMÃOS / MAIA S.A., INDÚSTRIA E COMÉRCIO entrou na posse efetiva das árvores de pinheiros marcadas, com direito a abate-las, retira-las e industrializa-las (item 5º), tudo de acôrdo com a escritura pública lavrada no 20º Oficio de Notas, livro 931, fls.44 vº, em 25 de janeiro de 1.965, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. - A transação foi feita e acabada, os pinheiros / que foram desse SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, são, presentemente, da requerente IRMÃOS MAIA S.A., INDÚSTRIA E COMERCIO, por ato solene, de venda feita pelo S.P.I. para a requerente que é possuidora / e proprietária, com amplo domínio da coisa, que se constitue, para sí, em DIREITO LÍQUIDO E CERTO; - DATA VENIA, não procede reajustamento no contrato. - Istospôsto, - Pede e requer a V. Excia. que se digne aceitar as razões expostas, mandando oficiar ao Sr. CHEFE DO SERVIÇO DE PROTE-ÇÃO AOS ÍNDIOS, 7º. I.R. no sentido de ser excluida a requerente do ról das firmas sujeitas ao reajustamento de contrato. P.Deferimento Ponta Grossa, 24 de junho de 1966 IRMÃOS MAIR S.A. Indústria e Comércio Jorge M. Maia Diretor Superintendente.

RECEBÍ O EXPEDIENTE RETRO. Em, 27 de junho de 1966

> DIVAL JOSÉ DE SOUZA Dival José de Souza.

JOSE BENTO MARQUES

HELIOFOTO -

À presente forcesse e reprodução
liel do documento aprincisado neste
catorio, historia,
Curatba

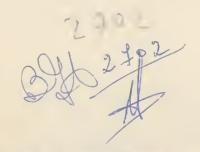


MINISTERIO DA AGRICULTI RA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS 7 I R 6 5 3 C Do /t == 7 15-15-1 A037 . 11 17 7 1 0 TA / 10 J . 1 7 +2, l'ouplipancio e l'orterio tulh into, main di to location . te, or mich s 7.34., or is  $ev^2 = 112 e^2 = 3 - 111 = 1$ foru. Programs to me a security second of the second secon 11 316 ...or energy of the state of the s Pir. a reste di la cinta de la constitución de la c PATTA", - 15: 5 is in the party of the . + C. .... v-it: a cuertuli a a tare por a r . T. ... s rotestos de estima comienação.-OKIJECK Tiv 7 J F in Scuza Alfredo Braz M. His Mish 53 - Cha- a Chefe da Ira etcria Rounting como verto a liena sectora 5. OFICIPES NOTAS Don for Curunt DJ3/sls.

## MINISTERIO DA AGRICULTURA

Portaria de 29 de julho de 1966

resolve:



O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura,

Nº.355 - Colocar, pelo prazo de um ano, à disposição da Divisão de Obras, do Departamento de Administração o Estatístico, nivel 20 - Paulo Cesar Labanca Sampaio, lotado no Serviço de Estatística da Produção do Departamento Econômico dêste Ministério.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, no uso de suas atribuições e nos têrmos do art.6º do Decreto nº. 57.722, de 2-2-66, e ainda, de acordo com a aprovação do Exmo.Sr. Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº.30, de 24-2-66, publicada no Diário Oficial de 18-3-66, resolve:

nº.357 - Designar a Assitente Jurídico Samuel Sabat, para exere cer a função de Auxiliar de Gabinete "A", no Estado da Guanabara, arbitrnado-lhe a gratificação de representação de Cr\$200.000 mensais.

o ministério de Estado dos Negócios da Agricultura, no uso de suas atribuições; e Considerando que o Ministério da Agricultura, dentro do prazo de 180 dias determinado no art.45 da Lei 4.771, de 16-9-65, promoveu pela Portaria nº.93, de 3-3-66, publica DA no Diário Oficial do dia 10 do mesmo mês, a revisão de todos os contratos, convênios, acôrdos e concessões relacionadas à exploração florestal em geral, a fim de ajustá-los às normas da mencionada Lei, marcando o prazo de 120 dias para o término dos trabalhos;

Considerando que, na conformidade do Relatório do Presidente da Comissão, até a presente data, não foram remetidos todos os contratos, convênios, acôrdos e concessões solicitadas;

Considerando que os documentos solicitados para revisão demandam de diversos Estados e Territórios do país, cujas distâncias e dificuldades de comunicação são conhecidas;

Considerando que os contratos, convênios, acôrdos e concessões exigem exames, técnicos e levantamentos locais, para o en uadramento às normas legais;

Considerando que a Lei 4.771 de 15-9-65, no seu artigo 22 estabelece expressamente a autoridade do orgão especifico do Ministério da Agricultura para a aplicação de tôdas as suas noz mas, resolve:

nº.358 - Art.lº Concelar, a partir desta data, todos os contratos firmados e autorizações concedidas, a qualquer título, em florestas e demais formas de vegetação natural, considerados de prese vação permanente pelo só efeito da Lei, situados nos locais relacionados no art.2º do Código Florestal (Lei 4.771-65);

Art.2º Cancelar, a partir desta data, todos os contratos filmados e autorizações concedidas, a qualquer título em florestas que in tegram o Patrimônio Indígena, considerados em preservação permanente pelo só efeito da Lei, nos têrmos do § 2º do art.3º do Código Florestal;

Art.3º Fica o D.R.N.R. autorizado a rever todos os contratos, con vênios, acôrdos e concessões relacionadas com a exploração florestal em geral, a fim de ajustá-los às normas adotadas pela Lei à 4.771-65, fixado o prazo de 90 dias para o exame dos documentos, a partir da sua entrega, lavrando-se um têrmo aditivo liberando, restringindo ou cancelando o contrato ou concessão;

Art.4º Nenhum contrato ou concessão poderá ser firmado ou au torizado sem o exame e prévia autorização do D.R.N.R.

Art.59 A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publi-

Diário Oficial de 8-8-1966 - Pg. 9050

Despacho exarado nos autos de Mandado de Segurança, nº 6.721, impetrado por IRMAOS MAIA S/A - INDÚSTRIA E COMERCIO. -I) Indefiro, por ora, o pedido de suspensão liminar do ato em causa, pois, relevante que possa ser o mesmo, é daqueles que tornam impraticável a reparação. Trata-se, no caso, de corte de árvores seculares, de reposição impossível, diverso de outros fatos, nos quais, os impetrantes têm condições para reparação do fato. II) Destarte, a prodência determina o indeferimento da suspensão liminar, mesmo porque, após as necessárias infor mações, conforme têm acentuado os doutrinadores, nada obsta ao juiz concede-la, antes mesmo da decisão final. III) Solicitem-se as informações de estilo, transcrevendo-se, inclusive, o inteiro teôr dêste despacho. I.

I. Curitiba, 20 de setembro de 1966.

(a) Jorge Andriguetto.

Confére com o original, do qu tudo me reporto e dou fé. Em 21 de setembro de 1966.

Nilson Ramon.

Escrevente Juramentado.

ESTADO DO PARANÁ

Of. N.º 416/66

# PODER JUDICIÁRIO

SE INO DE PROTEÇÃO AOS INTIOS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA

- CURITIBA -

Em 21 de setembro

Sr. Chefe:

Para os fins necessários, tenho a honra de passar às mãos de V.Sª as inclusas cópias de petições, documentos e despachos relativos ao Mandado de Segurança, sob nº 6.721, impetrado por IRMÃOS MAIA S/A, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Outrossim, solicito de V.Sa. as informa-

ções necessárias, dentro do prazo legal.

Valho-me da oportunidade, para apresen-

tar a V.Sa. os meus protestos de estima e consideração.

Cordiais Saudações.

(JORGE ANDRIGUETTO)

Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública.

Ilmo. Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA.

DD. Chefe do Serviço de Proteção aos Índios, da 7ª Inspetoria Regional N/CAPITAL .-

nal

53/62

### COPIA

Of. Nº 264

Curitiba, E.Paraná, 30 de setembro de 1966. A Chefe da 7a. Inspetoria Regional do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIO DOUTOR JUIZ DE DIRRITO DA 2a. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.

Informações em Mandado de Segurança (presta).
MERITISSIMO JUIZ:

Tenho a honra de, em cumprimento ao respeitável ofí sob nº 416/66, de 21 do corrente mês (Prot. nº 849/I.R./7-SPI), prestar a Vossa Excelência, no prazo legal (Lei nº 4 de 26 de junho de 1.964, art. 19), as informações cominadas no pessob nº 6.721, de Mandado de Segurança formulado por IRMAOB MAIA SINDÚSTRIA E COMERCIO.-

Com a ascensão do Sr. Gal. Ney Praga ao Ministério Agricultura, de que viria resultar a substituição do Major Av. Luís Vinhas Neves na direção do DERVIÇO DE PROTEÇÃO AO. OS, recebeu este Diretor ofício, datado de 26 de março de 1.966, Cel. R-1 Afrânio Fialho de Figueiredo, do Gabinete daquela Secret de Estado, fixando "Normas Gerais de Serviço para Cumprimento, a desta Data, pela 7a. I.R.", entre as quais as seguintes:-

"N" 1- SUSPENDER até 2a. ordem as extrações de deiras das terras dos índios para fins comerciais consequência, suspender o funcionamento das serras de Palmas e Xanxerê.

Nº 2- Os contratos e ajustes existentes sôbre ração de madeiras das terras dos índios, serão le ao Rio PARA SEREM ESTUDADAS FACE AO NOVO CODIGO F

(Doc. anexo nº 1).

B12 2 12 1 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Na realidade, a Portaria nº 93, de 3 de março de 1.966, 3. do Exmo Sr. Ministro da Agricultura, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 do mesmo mês, determinara "a revisão de todos os contratos, convênios, acordos e concessões relacionados à exploração florestal em geral, a fim de ajustá-los às normas da mencionada Lei" (v. doc. j. à inicial) .-Em virtude das referidas normas gerais de serviço, oriundas do Gabinete do Ministério da Agricultura, expediu o então Chefe desta I.R.-7, Sr. Major Danton Pinheiro Machado, a todos os Postos Indígenas da Inspetoria Regional e da Ajudancia do Sul, sob sua jurisdição, a Circular nº 80, de 28 de março de 1.966, do seguinte teor:-"DE ORDEM DO EXMO SR. MINISTRO DA AGRICULTURA FICA SUS-PENSO ATE SEGUNDA ORDEM CORTE QUALQUER ESPECIE MADEIRA VE PARA FINS COMERCIAIS vg INCLUSIVE CONTRATOS HM VIGOR pt" (Doc. anexo nº 2) Encontrando-me na época no exercício das funções de Encarre-5. gado do Posto Indígena "José Maria de Paula", em cuja área se localizam os pinheiros a que alude o contrato firmado pela impetrante, coube-me, em estrito atendimento à Circular supra transcrita, transmitir-lhe a determinação superior, através do ofício nº 1, de 29 de março de 1966, a que se referem o item 5º da inicial e documento a ela junto.-Todavia, em consequencia de gestões efetuadas pela impetran-6. te junto ao Ministério da Agricultura, remeteu o Assessor Técnico do Gabinete Ministerial, sr. Cel. R-1 Afrânio Fialho de Fiqueiredo, ao então Chefe desta I.R.-7, Sr. Major Danton Pinheiro Machado, ofício datado de 12 de abril de 1.966, deste teor:-"Fica essa Inspetoria autorizada a permitir, a partir desta data, e a título precário, que a firma IRMAOS MAIA restabeleça a exploração de pinheiros, conforme contrato existente, na região do POIND "José Maria de Paula," Municipio de Guarapuava." (Doc. nº 3 anexo). Em vista dessa excepcional permissão, recebi do mencionado 7. Chefe desta Inspetoria Regional o radiograma nº 109, de 15

- 3 - 6

do mesmo mês de abril, assim redidido:"DE ORDEM EXMO SR. MINISTRO IRMAOS
AUTORIZADOS PROSSEGUIR TRABALHOS DE CORS
AREA pt".

8.

(Doc. nº 4 anexo).

Entrementes, igual comunicação era feita impetrante através do ofício nº 121, de

de abril de 1.966, do mesmo Chefe da I.R.7, conforme documento à inicial.-

9.

Eis que, já investido das funções de Ch ta Inspetoria Regional, em substituição

Major Danton Pinheiro Machado, encaminhou-me a atual Diretor do DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro, a de Serviço Interna nº 59, de 27 de maio de 1.966, em que S.S. re

"Delegar podêres especiais ao Chefe d Inspetoria Regional, com séde em Curiti tado do Paraná, Dival José de Souza, pa justar os contratos para exploração de das firmas João B. Tonial & Filhos e Ir Maia S.A.- Indústria e Comércio, nos Po Indígenas subordinados àquela ININD, in fazendo entregas de madeiras, recebendo tâncias, dando recibos e quitações".

(Doc. anexo no 5).

10.

1-

Em respeito a essa ordem superior, diri bra impetrante o oficio nº 188, de 16 de

de 1.966, de que tratam o îtem 6º da inicial e documento que a a que respondeu a interessada por via do requerimento endereçad 24 do mesmo mês de junho, ao Sr. Diretor do SERVIÇO DE PROTEÇÃO INDIOS, de acôrdo com cópia junta à inicial.-

11.

Ocorreu, entretanto, que, em 29 de julh 1966, baixou o então Ministro da Agricu

Sr. Gal. Ney Braga, a Portaria nº 358, publicado no Diário Ofice União do dia 8 de agôsto subsequente, que, segundo cópia exibid propria impetrante, tem o semuinte teor:-"Resolve: Art. 19- Cancelar, a partir desta data, todos os contratos firmados e autorizações concedidas, a qualquer título, em florestas e demais formas de vegetação natural, considerados de preservação permanente pelo só efeito da Lei, situados nos locais relacionados no art. 2º do Código Florestal (Lei 4.771-65); Art. 29- Cancelar, a partir desta data, todos os contratos firmados e autorizações concedidas, a qualquer título, em florestas que integram o Patrimonio Indígena, considerados en preservação permanente pelo só efeito da Lei, nos têrmos do 9 2º do art. 3º do Codigo Florestal; Art. 32- Fica o D.R.N.R. autorizado a rever todos v os contratos, convênios, acôrdos e concessões relacionados com a exploração florestal em geral, a fim de ajustá-los às nomas adotadas pela Lei nº 4.771-65, fixado o prazo de 90 dias para o exame dos documentos, a partir da sua entrega, lavrando-se um têrmo aditivo liberando, restringindo ou cancelando o contrato ou concessão; Art. 40- Nennum contrato ou concessão poderá ser firmado ou autorizado sem o exame a prévia autorizacao do D.R.N.R.; Art. 50- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação." Em decorrência desse ministerial, naturalmente, 12. transmitiu-me o Sr. Diretor do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS o radiograma nº 1.012, de 22 de agôsto de 1.966, assim concebido:-"Circular - Acordo Portaria Ministerial tres cinco oito vg datada vinte nove julho último vg publicada Diário Oficial dia oito mes atual vg. foram cancelados todos contratos firmados e autorizações conce-

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SJA5 - 2710

didas vg a qualquer título vg referentes explor floresta e demais formas vegetação natural vg p tencentes Patrimônio Indígena vg consideradas pos servação permanente vg prevista Código Floresta

(Doc. Anexo nº 6).

13. En estrita obediência a tais atos dos Srs. Mini

da Apricultura e Diretor do Serviço de Proteção

Indios, é que encaminhei à óra impetrante o offcio nº 234, de 23 de agosto de 1.966, junto à inicial, através do qual me restringi a de lhe conhecimento do teor das citadas determinações superiores.

14. Mas - apesar de ciente a óra impetrante, inclus

por intermédio de seu procurador, Dr. Elias Far de que o malsinado cancelamento do contrato partira de autoridade perior; não obstante reconhecer que esse propósito é do Poder Públ simplesmente comunicado por esta Chefia (v, ítem 7º da inicial); e proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando que o Executivo Federal pretende violar ato jurídico proclamando pretende violar ato jurídico pretende violar ato jurídico pretende violar ato jurídico pretende violar ato jurídico pretende violar

15. Olvidou, todavia, a impetrante que, nos têrmos

Regimento do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS,

Chefe de Inspetoria Regional falece competência ou autoridade própara firmar compromisso de compra e venda ou contrato de alienaçã pinheiros (tanto que, de acordo com os documentos que instruem a para essinar a escritura de contrato em que era parte Elias Abdo o então Chefe desta I.R.-7 recebeu expressa delegação do Sr. Direcebel compareceu pessoalmente ao ato de aditamento celebrada a ora impetrante) e, por via de consequencia, para rescindir ou carqualquer desses contratos, mesmo porque o referido Regimento atri

privativamente ao Diretor deste S.P.I. competencia para resolver

assuntos relativos às atividades do Serviço e superintender tais

dades (art. 13, I e VI).-

16. Em tais condições, é curial que, na espécie, não

poderia esta Chefia praticar, como na verdade não praticou, qualquer ato que, importando no alegado CANCELAMENTO de contrato, pudesse vulnerar direito líquido e certo da impetrante, inexistindo qualquer fundamento na pretendida equiparação entre ato de INICIATIVA e ULTIMAÇÃO ou EXECUÇÃO e o de méra COMUNICAÇÃO ou PARTICIPAÇÃO de decisão superior.-

Razão haveria para conceituar como parte passiva do mandado de segurança esta Chefia se, na ausência de qualquer ordem ou determinação superior, me arrogasse a atribuição de declarar rescindido ou cancelado o contrato de que é titular a impetrante, porquanto, nessa hipótese, teria incorrido em excesso ou abuso de poder.-

Tôda confusão da impetrante derivou, por certo, de não haver atentado para a circunstância de que o ato do pretendido cancelamento contratual emanou do Exmº Sr. Ministro da Agricultura, da Portaria Ministerial nº 358/66, ato este self-executing, cujos efeitos decorriam da sua só publicação, dispensando posteriores atos de execução, aliás, inocorrentes, pois esta Chefia se limitou a transmitir o respectivo teor aos interessados, inclusive a óra impetrante.-

De outro lado, deixou de observar a impetrante que, na espécie, a Portaria Ministerial nº 358/66 não apresenta o cunho material de ato legislativo, isto é, não contém norma genérica e abstrata, que dependesse de ato executório para afetar direito subjetivo, mas constitui ato materialmente administrativo, individualizando, e não criando, o direito positivo, atingindo per se o patrimônio jurídico de todos quantos participem de contratos ou autorizações relacionadas com florestas e demais formas de vegetação natural, pertencentes no Patrimônio Indígena, sem necessidade de enumerar cada um dêsses participantes (v. M. Seabra Fagundes, o Contrôle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário, 3a. ed., pgs. 296 segs. Themistocles B. Cavalcanti, Do Mandado de Segurança, 4a. ed., pg. 245).
20. Para evidênciar que não me cabe a denominação de

"autoridade coatora", pelo vênia para transcrever a lição dos doutos e da jurisprudência:
"A intenção do legislador foi melhor individualizar a autoridade responsável pelo ato, NEM SEMPRE POR ELA EXECUTADO PESSOAIMENTE.

O seu AUTOR MATERIAL pode ter obedecido A

DETERMINAÇÃO DE AUTORIDADE SUPERIOR.

Nesta hipótese, CABE A ESTA VITIMA RESPON~

Nesta hipótese, CASE A ESTA ULTIMA RESPON-DER PELAS CONSEQUÊNCIAS DO ATO."

(Themistocles B. Cavalcanti, Do Mandado de Segurança, 4a. ed., pg. 245);

"Não é o ato em si, praticado por aquêle que detém qualquer parcela de poder público, que autoriza o mandado de segurança, mas O EXECUTADO EM TUNÇÃO BESSE PODER.

Para se configurar, portanto, o reclamo do instituto, é mistér que a ilegalidade ou o excesso de poder sejam praticados, efetiva ou potencialmente, por AUTORIDADE RESPONSAVEL, o que equivale a autoridade COMPETENTE ou ainda a autoridade LEGITIMA.

Noutro aspecto, por coator, no sentido que ao têrmo conferiu a lei, deve entender senão apenas a autoridade que executa o ato. AQUELE QUE ORDENA, MANDA ou TENTA EXECUTAR também se compreende agente da violação contra o direito."

(Othon Sidou, Do Mandado de Segurança, 2a. edição, pgs. 97/98);

"A autoridade coatora há de possuir poder decisório.

Nem sempre é muito fácil, porém, situar-se a autoridade coatora, assim entendida a que efetivamente é responsável pela prática do ato violador. Mesmo porque pode acontecer que o agente seja méro preposto da autoridade e exerça as

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DS-8-2113

suas funções como representante dela.

O impetrado deve ter competência para a prática do ato impugnado.

Já se viu que a autoridade coatora tem que ser sempre a COMPETENTE para a prática do ato.

Muitas vêzes, porém, principalmente quando usa o remédio preventivamente, o impetrante ajuíza a medida contra uma possível violação dos direitos por parte da autoridade, e esta, em informações, argúi sua INCOMPETÊNCIA para a prática do ato impugnadol

Em casos tais, outra saída não resta senão a denegação da orden, podendo o impetrante renovar o pedido."

(Sérgio Schione Fadel, Teoria e Prática do Mandado de Segurança, pas. 65 e 69);

"Realmente, se, por exemplo, quando um ato for ordenado pelo Presidente da República e executado por um funcionário de hierarquia bastante inferior, permitir-se ao impetrante apontar o funcionário como coator, seria subtrair o julgamento do mandado ao Supremo Tribunal Federal, único órgão competente para apreciar, por via do mandado de segurança, ato do Presidente da República, e, assim, indiretamente, recusar cumprimento do texto constitucional.

Porém, quando, sob forma de lei, regulamento ou PORTAKIA, encobre-se ato materialmente administrativo, de aplicação imediata, independentemente de executor, apto-aplicável portanto, nessa hipótese autoridade coatora será a autoridade que prodoziu aquêle ato, seja o Poder Legislativo, seja

BD -9-2714 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA o Poder Executivo ou mesmo, em caso de ato de formação complexa, os Podêres que participaram de sua elaboração. Outra hipótese a examinar é a que ocorre quando o ato é praticado por uma autoridade, POR ORDEM DIRETA DE OUTRA MAIS ELEVADA HIE-RARQUICAMENTE. Nesse caso, perece-nos que, se a ordem especifica para o caso concreto, geralmente o coator é que DETERMINA A PRA-TICA DO ATO, pois quem o efetiva é méro executor de decisão particular de SMU SUPERIOR." (Celso Agricola Barbi, Do Mandado de Segurança, 2a. ed., ns. 104, 107 e 108, pgs. 79, 80 e 81);. "Autoridade coatora é AQUELA QUE DETERMINA CERTA ORDEM, e, não, aquela que cumpre o ato emanado de seu SUPERIOR." (Ac. Trib. Just. Paraná, apud Tito Galvão Fº. Dicionário de Jurisprudência do Mandado de Segurança, pg. 41) .-Am tais condições, MM. Juiz, sendo o ato dito 21. lesivo emanado do Exmo Sr. Ministro da Agricultura, é, data venia, incompetente êste Juizo para conhecer e julgar o mandado de segurança en téla, cabendo ao Egrégio Tribunal Federal de Recursos apreciá-lo (Const. Fed., art. 104, I, b) .-No mérito, parece-me, data venia, que deve o 22. pedido de segurança ser indeferido, porquanto a- não fez desde logo a impetrante prova de estar devidamente constituida, nen a de ser o diretor que subscreve a procuração de fls. representante legal da mesma;. b- é duvidoso o pretendido cancelamento do contrato de que é parte a impetrante.-)-Na verdade, da leitura dos considerandos e d 2 3. texto da impugnada Portaria Ministerial nº

2715

358/66 remanesce a impressão de que o Exmo Sr.

Ministro da Agricultura não pretendeu, realmente, "Cancelar" ou rescindir os contratos e autorizações incidentes sobre florestas e demais formas de vegetação natural, integrantes do Patrimônio Indígena, mas tão só suspender a sua execução provisoriamento.-

Plorestal, dispôs a citada Portaria Ministerial que "fica o D.R.N.R. autorizado a REVER todos os contratos, convênios, acôrdos e concessões relacionadas com a exploração florestal em geral, a fim de ajustá-los às normas adotadas pela Lei nº 4.771/65, fixado o prazo de 90 dias para o exame dos documentos, a partir da sua entre a" (art. 3º), "considerando que os contratos, convênios, acôrdos e concessões exigem exames, técnicos e levantamentos LOCAIS, para o enquadramento às normas legais", para, SUMENTE DEPOIS DE CONCLUIDO ESSE EXAIE, lavrar-se "um têrmo aditivo, liberando, restringindo ou CANCELANDO o contrato ou concessão" (art. 3º).-

25. Ora, se todos os contratos e demais atos já estivem em em referência nem a lavratura de termo aditivo, liberando ou restrinciado os mesmos atos.-

Assim, não se vislumbra por quanto qualquer lesão a eventual direito da impetrante em decorrência do ato ministerial, que por certo se terá inspirado em respeitáveis razões ditadas pelo interêsse geral e indicadas pela Comissão encarregada da revisão dos contratos e concessões.

Isso posto, espero deste MM. Juizo o reconhecimento da procedencia das razões aduzidas, para o fim de, preliminarmente, declarar-se incompetente para processar o pedido de segurança, ou julgar, no mérito, ilíquido e incerto o alegado direito, indeferindo, portanto, a segurança.-

Na oportunidad∈, apresento a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e consideração

Exm<sup>Q</sup> Sr.

Dr. JORGE ANDRIGUETTO,

Dd. Juiz de Direito da 2a. Vara da Fazenda Pública.

N/CAPITAL.

CONFERE CO 1 O ORIGINAL

P. Mr. Brasil

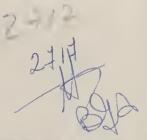
Prof. Prim. Nivel 11 -

- 11 - 2 3 7 5

Doe. nº 1

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 70 INSPETORIA REGIONAL 6.1

# CERTIDÃO



CERTIFICO, EM BREVE RELATORIO E PARA FINS DE PROVA EM JU-120, QUE, REVENDO OS ARQUIVOS DESTA 78 INSPETORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, DELES CONSTA O OFÍCIO EXPEDIDO, EM 26 DE MARGO DE 1.966, PELO EXMO SR. CEL. R1 AFRANIO FIALHO DE FIGUEIREDO, DO GABINETE DO MINISTERIO DA AGRICULTURA, AO SR. MAJOR AV. LUIS VINHAS NEVES, DIRE-TOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, CONTENDO OS SEGUINTES TÓPICOS: " "NORMAS GERAIS DE SERVIÇO PARA CUMPRIMENTO, A PARTIR DESTA DATA, PELA 78 IR: NO 1-Suspender ATE 24. ORDEM AS EXTRAÇÕES DE MADEIRAS DAS TERRAS DOS INDIOS PARA FINS COMERCIAIS; COMO CONSEQUÊNCIA SUSPENDER O FUNCIONAMENTO DAS SERRARIAS DE PALMAS E XANXERE. Nº 2-0s CONTRATOS E AJUSTES EXISTEN-TES, SOBRE EXPLORAÇÃO DE MADEIRAS DAS TERRAS DOS ÍNDIOS, SERÃO LEVADAS AO RIO PARA SEREM ESTUDADAS FACE AO NOVO CÓDIGO FLORESTAL.". ERA O QUE SE CONTINHA NO REFERIDO OFIGIO, PELO QUE, PARA CONSTAR, LAVREI A PRESEN Store fradully Osif TE CERTIDAO QUE EU, CARGO DE INSPETOR DE ÍNDIGS, CLASSE A, NÍVEL 12 (P 1801-12.A), DATILO-GRAFEI E SUBSCREVO.

CURITIBA-PR., 187-591, 26 DE SETEMBRO DE 1.966

SEBASTIAO LUCENA DA SILVA

INSPETOR DE ÍNDIOS, 12-A

JOSE BENTO MANGUES

A presente fotocópia é reprodução neste do documento apresentado neste gartória, ni data.

Guritiba, 13 Letterebu



Marine D

JOSE BENTO MARQUES 10.º TABREJAO

A presente fotocópia é reprodução fiel alo documento epresentado neste cartério, ni data.

carièric, ni data.

Guinba 13 / Lelecarlere / 19 le q



Mic de Janeiro, 12 de bril de 1966. no Sr. Major Lanton Pirheiro Muchado Ch fe d. 7ª IR -Curitibo - Paraná - " " Fica essa inspetoria autorizada a permitir, a par tir desta data, e a título pricário, que a firma Irmãos Maias, restabeleça a exploração de pinheiros, conforme contrato existente, na região de "Poind" Jo " Maria de Paula, Município de G arapuava.

10.º TABEBIAO

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste

cartório, til data.

Gurisibe 13, Lettercelus, 19 Cecy



Por. w. 4 2720 2720 . - could by 4 2 5 5-7

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 73 INSPETORIA REGIONAL Doe. nº 5

2721 Ab 0918

## CERTIDÃO

CERTIFICO, EM BREVE RELATORIO E PARA FINS DE PROVA EM JUIZO. QUE, REVENDO OS ARQUIVOS DESTA 78 INSPETORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE PRO-TEÇÃO AOS ÍNDIOS, DELES CONSTA A ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 59, EXPEDI-DA, EM 27 DE MAIO DE 1.966, PELO EXMO SR. DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, CEL. HAMILTON DE CLIVETRA CASTRO, CONTENDO O SEGUINTE TOPICO: "O DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI VIGENTE, RESCLVE-DELEGAR PODERES ESPECIAIS, AO CHEFE DA 78 INSPETORIA REGIONAL, COM SEDE EM CURITIBA, ESTADO DO PARANA, DIVAL JOSÉ DE SOUZA PARA REAJUSTAR OS CONTRATOS PARA EXPLORAÇÃO DE MADEIRAS DAS FIRMAS JOAD B. TONIAL & FILHOS E IRMADS MAIA S.A. INDUSTRIA E COMERCIO. NOS POSTOS INDIGENAS SUBORDINADOS AQUELA ININD, INGLUSIVE FAZENDO ENTRE-GAS DE MADEIRAS, RECEBENDO IMPORTÂNCIAS, DANDO RECIDOS E QUITAÇÕES". ERA O QUE SE CONTINHA NA REFERIDA ORDEM DE SERVICO INTERNA Nº 59 PELO QUE PARA CONSTAR, LAVRET A PRESENTE CERTIDÃO QUE EU, MINISTRALIMINA \_\_\_ OCUPANTE DO CARGO DE INSPETOR DE INDIOS, CLASSE A, NI-VEL 12 (P 1801-12.A), DATILOGRAFEI E SUBSCREVO.

CURITIBA-PR., IR7-8PI, 26 DE SETEMBRO DE 1.966

SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA INSPETOR DE ÍNDIOS, 12-A 10.º TABEBIAO

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste

cartório, til data.

Curitibe 23, Lete



700.00 b SERVICE OF THE CONTRACTOR HIGH OUT ONLY 19. 11. 7 HRquite- e. Providence de sons opras nº 233 e 234, de 23 8 66 Providenciale De memorando nº 46, de 23/8/66 e Leto men de Breuter nº 50, de 30/1/66. E- 30/1/64 The second

60

(Fls. 68 dos autos, sob nº 6.721, de mandado de segurança - 2a. Vara da Fazenda Pública da Capital)

(ARMAS DA REPUBLICA)
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPUBLICA NO PARANA
CURITIBA - PARANA

2723

### MANDADO DE SEGURANÇA, autos nº 6721 - 2a. Vara

IMPETRANTE: IRMÃOS MAIA S/A, INDUSTRIA E COMERCIO.

IMPETRADO: CH EFE DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS DA 7a. INSPETO RIA REGIONAL.

MM. JUIZ

Esta Procuradoria reporta-se às informações do Impetrado, de fls. 53/66 dêstes autos, por seus jurídicos fundamentos.

Curitiba, 11 de outubro de 1966.

a.) Octac**á**lio V. Arvoverde Proc. da Rep. Subst. 6.721 - m. sug.

(FB. 70) 2 + 2 h

VI IUNI

IRÃO IAI MA Indú tria e Co rcio, pessoa jurídica de lito rivido, con sede na cidade de inta rossa, nós e este do, com bale no litijo 141 e las 132, 42, 16 e 24 da orsti turido rederal, co briados col ou timos da "er 1.333, de 31 de dezem ro de 1951, i los fitos e fun i entes da inicial, integra ntes do relitório da presente declado, contrato do re C. Illino VI O la lação OS í Dim (BII), da 7a. Inspetoria, nes ta crital, que let minou a suspensão do corte de pintel os adquiridos i la injetimite de Elis de BITAL, e or "ste, do S.I. for escrituras júblicas, retiricadas e ratificadas, lostem rent, situados na írea de erras do " III Dío IA IIA-DL AULA", il prou ês e andado de sejara a.

res áblicas (115. 16 a 24), enstituem tos ericitos e caba dos, en firmados em direito aquirido, reventido, en como que neia, de liquidez e certeza, rotado plo relácio a réico.

orden cral, está sedis de resta castal. Lor e se minte, comicente é e juízo. E cumiri ento às o rigajocs as u idas sela escritura de r tificação e resificação, no so ante de sessenta e esco milhões de criz iros, ve a intrente mido as centa liades de cinco siliões de cruz er sidenta de sessenta en a la desta de cinco siliões de cruz er sidenta de serraria e san tenção de seus e reados.

A coação a viriz des disto ição do novo de digo lores—
tel ( ci nº 4.771, de 15 de set ro de 19 5), nota e en e, pê
lo su artigo 45 ue deter ina " no pro de 1 de des, a revisão de todos es contratos, e nvínios, acomos e concessos relá
ciomas en a exploração ilorestal e pral, fin de ajustá—
lo so nor as a otadas por esta lei."

or or tre de lei conterre, evidente ente, não odetingir o oficito adquirido da i etrate. ( 3º do artigo l.1 da contituião ederal).

A resentou os ocu nos ue fla. 14 a 50.

triae mir ajo de il . 53 a 6, co os ocu mos f ils. 61 a 66, de ada rea e a juris, rudicia de te juizo, e ma e a sur a e a juris, rudicia te moritas às ils. 55/59, els que, a utormane como a, que e te mou, dire Confére con a original, do qual de tudo me reporto e dou fé.
Em, 11 de novembra de 1966.

Nilson Romen Tilson Ramon

Escrevente Juramentado.

ZUARA

PODER JUDICIÁRIO (F4.79) JUÍZO DE DIREITO DA 2º VARA DA FA ESTADO DO PARANÁ - C TRITIBA -Em 11 de novembro Of. N.º472/65 Ministerio da Agricultura MERVICO DE PROTEÇÃO AOS MEMOR 1. FR. 7. Protocela la ses n.º 1067 2H con ovember 1966 Sr. Chefe: Para os necessários fins, tenho a honra de passar 's mãos de V.Exa. a inclusa cópia da sentença, proferida nos autos de Mandado de Segurança, sob nº 6.721, impetrado por IRMAOS MAIA S/A, INDÚSTRIA E COMMETO. Valho-me da oportunidade, para aprosentar a V. Exa. os meas protestos de estima e consideração. CordiaisSaudações (JORGE AMPRIGUETTO) Juiz de Direito da 2ª Vara daFazenda Pública. Exmo. Sr. Dr. DIVAL JOST DE SOUZA, DD. Chefe do Serviço de Proteção aos Indios da 7º Inspetoria Resional. N/CAPITAL .-

Mod. - 26 - Fl.

(FG. 80) de 19. A n. terio da Agricultura SERVIÇO DE PROTESÃO AOS MIDIOS

PODER JUDICIÁRIO

....CRIO DO ESTADO DO PARANÁ

JUÍZO DE DIREITO DA 28 -

Of. N.º 507/66

Em 23 de

1, 12, 7,

Protocolus ses n.º 1068 34 en Vouembro 1966

or. Chefe:

. lo presence, a in in a T. Thu. nua saucos de Ladado de Bogumo que sob 10 (.72],i potrelo or IRIMOS MAIA S/A - IUDUSIRIA I COMÉRCIO, callust ZI de munico, ótimo arcain, polo L. Dr. Juiz de Dir ius destu Jero, foi desegade enunchis i purno, u mon remerente interpô to a reco de petig : i respectivel decisio, recundo os autos er sunce-· leres, of crimio on certain contra-minuta, qui loca-- a - 1 f.is razo de 43

Tisî ; 7 iveroa 7. Tr. os nos protusto de al vale / vi a di vines consider ção.

> ga Var de Pazonda súblia... Iscrivão 1

mio. J. Dr. DI// JUST DT SUUL. D. Just to gavija de impanção es Índio 1. 7º Inapi ori. N/JAI LILL. -

- AUTOS Nº 6.721, DE MANDADO DE SEGURANÇA AGRAVANTE: IRMÃOS MAIA S/A, INDUSTRIA E COMERCIO
AGRAVADA: 72. INSPETORIA REGIONAL DO SERVIÇO DE
PROTEÇÃO AOS INDIOS.

#### CONTRA-MINUTA

Fela recorrida

#### COLENDO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS:

- Da brilhante e jurídica sentença do eminente Juízo de Direito da 2a. Vara da Fazenda Pública desta Capital, que se deu por incompetente para conhecer do pedido de segurança, agravou de petição a emprêsa impetrante.
- 2. Ao recurso negará provimento, por certo, esta Colendíssima Côrte de Justiça, porque evidentes, data venia, a fragilidade e inconsistência das alegações da agravante, ante os fundamentos de fato e de direito sustentados, pela respeitável decisão de fls. 70/71 e pela informação de fls. 53/60, aos quais, por amor à brevidade, se reporte a recorrida.-
- Na verdade, é inquestionável que os sucessivos atos e episódios narrados nos eutos sempre ema naram da deliberação e vontade de autoridade hieràrquicamente superior à éra agravada, dêsde o primitivo contrato de compra e venda de árvores de pinheiro em pé (fls. 16), o respectivo aditamento (fls. 22), até as mais recentes determinações no sentido da suspensão da extração da madeira (fls. 61/62 e 25), do restabelecimento, a título precário, às exploração de pinheiros (fls. 63/64 e 26), do reajustamento (fls. 65 e 27) e da suspensão da exploração da madeira (fls. 66 e 31/32).-
- Teso decorre, conforme se esclareceu nos ítens 15 e 16 da informação, às fls. 57, da circunstância de, por fôrça do artigo 13, I e VI do Regimento do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, competir PRIVATIVAMENTE ao respectivo Diretor, e não aos Inspetores Regionais, a superintendência das atividades dêsse órgão e a resolução dos assuntos relativos a elas, não possuindo, pois, a óra agravada qualquer autoridade própria ou atribuição nesse terreno e, muito menos, para rescindir ou cancelar atos ou contratos que envolvam oneração apu alienação de bensi

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA do patrimônio silvícola sob a administração do mencionado SERVIÇO. In casu, não modifica a situação a alegação de que a Portaria Ministerial nº 358/66 conteria 5. norma genérica e abstrata, apresentando destarte o cumbo material de ato legislativo, porquanto é mais que patente, salvo para a recor rente, que ela constitui eto MATERIALMENTE administrativo, INDIVIDUA LIZANDO o direito positivo, afetando, independentemente de ato executório, o pretendido direito subjetivo da agravante.-Com efeito, a Portaria Ministerial, ao determinar o cancelamento de todos os contratos firmados 6. e autorizações concedidas, a qualquer título, em ?lorestas que integram o Patrimônio Indígena (art. 20, 11s. 32/33), e, assim abrangendo em sua resolução, a TOTALIDADE dos contratos e atos relacionados com a exploração de madeira existente em tais florestas, não deixou, evidentemente, margem a qualquer interpretação ou opção no tocante à aplicação do ato ministerial.-De modo que, decorrendo a impugnada rescisão ou cancelamento contratual da só expedição e publi-7. cação de aludido ato ministerial, que, sendo auto-exequível, dispensa subsequentes atos de execução, torna-se manifesto que a méra comunicação ou transmissão de Porteria não poderia importar em vulneração do direito invocado pela recorrente .-Em tais condições, pede e espera a agravada seja negado provimento co recurso, para, mentida a 8. respeitável decisão do MM. Juizo a que, condenar-se a agravante nas custas processuais e na verba advocatícia, na base de 20% do valor do pedido (C61.Proc.Civ., art. 64), como é de justiga.-Curitiba, 28 de novembro de 1.966. P.p. (Kiyossi Kanayama) - Advogado. Obs.: Nos dias 26, sábaio, e 27, domingo, não houve expediente forense.-



MH-101

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SERVICO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

7.a INSPETORIA REGIONAL POSTO INDÍGENA PAULINO DE ALMEIDA

AJUDALCIA DO RIO SUL SENTINO DE PROTE

Of Nº 09

de Abril de 1.965 Em.

Do Enc. de Ajudancia de Rie Grande de Sul

Ilme. Snr. Direter de Serviçe de Preteção aos Indies Ao

Assunto: Precesse Concerrência Administrativa ( Remete )

Para es devides fins, remete-ves, anéxe, e Preges so de Concerrência Administrativa realizada na 36de desta Ajudancia. em 22 de março do corrente ano, confórmo determinação na ordem de Ser viçe, de 15 de fever-ire de 1.965.

2) Apreveite a epertunidade para aprezentar meus protestes de alta estima e elevada censideração.

Sandacoss

João Lopes Vellese

Encarremedo da Ajudancia do R.G.S.

CE fail 60

· c. Amone. Many

-UADRO COMPARATIVO DA CONCORRENCIA ADMINISTRATIVA - Nº 1-65 - DL 22 de Merçe de 1.965

Realizada pela Ajudancia de Rie Grande de Sul

No de Ordem	Nemen dem Concerrentum:	Propostas per unidade	Venceder:	Desclassificade	De intente: - Observações:
1	Silvie Redrigues Machade & Geralde Barbiere	Cr\$ 18.500			
2	Julio Manier Gamparette	0r\$ 20.000	(2)		
3	Sante Tenial	Or\$ 17.500		age de la compansión de	
4	Herminio Ticiani & Cis			(4)	PA ele-
5	Irmaës Granzette				(5)

Ajud reia de Rie Gr ne de Sul em, 22 de março de 1.965

Jose Lepes Vellese Presidente da Comissão De Concerrência Administra

tiva.

2132

OFF ARILLIOS ANILIO CARVALHO CHEFE IR7 CURITIBA PR

B 355 3 D. Lev ... DO RIO GB 13301 106 17 10

TILLO LA CANALHO SERVICO PROTECÃO LIDIOS RUA MATA MACHADO GE PT
TILLO LA CANALHO SERVICO PROTEÇÃO LIDIOS RUA MATA MACHADO GE PT
TILLO LA CANALHO SERVICO PROTEÇÃO LIDIOS RUA MATA MACHADO GE PT
TILLO LA CANALHO SERVICO FEITA ESLE SERVICO RIO REFERENTE ROUBO
LIDIO LA LA COMPANIO LA CANALHO RECEBI COMUNICAÇÃO INCENDIO POSSIVEL
LA CANALHO DE LITICOU APROVIDACIAS VIRTUDE POSSIBILIDADE DETERIORAÇÃO
LA CANALHO DE REINA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PT FIRMA INSATISFAÇÃO LOCAL VIRTUDE AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO PTORMA PROVIDA AUSENCIA EDIDAS
LA CANALHO POSTA EN CAN

Iwaldin de Jours

# MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições, K E S O L V E, designar o Agente de Proteçã aos Índi os nível 6-B, João LOPES VELLOSO DE OLIVEIRA, Chefe da Ajudân cia do Rio Grande do Sul, Enfermeiro Auxiliar nível 8, LOURI-NALDO WALDEREYS RODRIGUES VELLOSO e o Trabalhador nível 1, ERO IDES TEIXEIRA, este último Encarregado do Poind "NONOAI", para constituir a Comissão de Concorrência ADMINISTRATIVA, para pro ceder a venda de 3.000 (TRÉS MIL) pinheiros da área do Posto supracitado, no município de Nonoai - Estado do Rio Grande do Sul, sendo o primeiro Presidente e os demais vogais da referi da Comissão. Fica delegado poderes a Comissão ora designada para firmar contrato, passar recibos, requerer se preciso for, jun tar, retirar documentos e praticar tudo quanto for necessário ao cabal desempenho da presente Ordem de Serviço. DE-SE CIÊNCIA e CUMPRA-SE

Brasília-DF, 15 de fevereiro de 1 965

Mul

Luiz Vinhas Neves

Maj. Av. - Diretor do SPI

RIO DA AGRICULTURA DE PROTEÇÃO AOS INDIOS A DO RIO GRANDE DO SUL os o I digena de NONOAI De ordem do Snr. Diretor do Serviço de maior aos indios - Major-Av. Luiz Vinhas Neves —, contida na Ordem de Sérviço, de 15 de Esvereiro do corrente ano, pelo presente, terno público para o conhecimento de quem interessar possa que durante o décurso de 15 (quinze) dias contados da data da publicação do presente Edital, fica, até as dezessete (17) heras do último dia aberta a concorrencia AD-MINISTRATIVA para o recebimento das propostas 'para á venda de 3.000 (tres mil) pinheiros, na A'rea do Pôsto Indigena Noncai, situado no Municipio do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul. Os pinheiros constante do presente Edital o pertencente ao PATRIMONIO INDIGE-NA e se encontra a disposição dos interessades na A' ea Indigena do Posto acima men cianado no Municipio de Nonoai, neste Estado As propostas deverão ser entregues na As propostas deverão ser entregues na io Sede da Ajudância do Rio Grande do Sul, no Posto Indigena Paulino de Almeida, localizada no Distrito de Charrua. Municipio de Tapejara, Ria Grande ao Sul. em enveíopes fechados e lacrados em tres (3) vias, sendo o original devidamente selado, com a firma reconhecida, indicando o preço em algarismos por extenso. den re do horario do expediente da ja réferida Ajudancia Os interessados serão obrigados: Provar sua idoneidade financeira, com a testado passado por um Banco desta Reb) Fazer caução de Cr\$ 500.000 (Quinhentos mil Cruzeiros), no Banco do Brasil ou na cidade de Getulio Caixa Econômica, na cidade de Getulio Vargas - RGS, antes do encerramento da concorrencia, caução esta que sera levantada depois de aprovada péla Comis p pi são e hornologada pelo Diretor do S.P.I.; Apresentar citestado de titulo de eleitor e

Erechim, 6 de março de 1965

MARIO E MARIA CONCEIÇÃO Confirmam

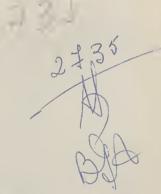
Participam e contrate de casamen-

VICOTO CUEILA e Esposa

MINISTERIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

-AJUDANCIA DO RIO GRANDE DO SUL-



#### TERMO DE AVALIAÇÃO - 1/965.

A Comissão signatária doste têrmo, designada em, 15 do Fevereiro de 1965, pela Ordem do Serviço s/n, do Ilmo. Snr. Major-Aviador - Luiz Vinhas Neves, Diretor do Serviço do Proteção aos Indios, para proceder a concerrência ADMINISTRATIVA da venda do 3.000 (três mil) peinheiros na Area do Posto Indigena NONOAI, avaliou-se em CR\$ 15.000 (quainzo mil Cruzeiros) a unidado, proço minimo para o vencedor da referida concerrência, a relisar-se no dia 22 de Março do corrente ano, na Séde Provivi seria da Ajudancia do Rie Garando do Sul.

20 de Marçe de 1965.

Jeão Lopes Vellese Presidente da Comissão

Leurinalde W. Redrigues Vellese

Enc. de POIND P. de Almeida - Vegal

Eroides Teixuira

Enc. de POIND Neneai - Vegal.

Ajudancia de Rie Grande de Sul.

Of.-Crc. Nº 4.

Of.-Crc. Nº 4

Pars es devides fins, remete-ves, anéxe ae presente uma cépia de EDITAL DE CONGORRENCIA ADMINISTRATIVA, publicada ne e jernal"A VOZ DA MARA", de Brechim, neste Estade, de Marçe de cere rente ane, em que penhe em concerrência 3.000 pinheires da área de Peste Imigena NONOAI, conférme determinação de Ilma. Sur. Direter de SPI, centida na Ordem de Serviço, S/N, de 15 de Fevereire de 965.

Casa vacas Pirms se interesse pela referida Concerrân cia selicite-ves comparecer a Cêde desta Ajudancia, ne Peste Indigena Pauline de Almeida, en Charrúa, Tapejara, neste Estade, dentre da ha ra de expediente.

Atenciesas Caudações

Jene Lepen Vellese

Chofe da Ajudencia de RGS.

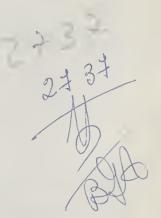
Enviade para as seguintes Firmas:

Sante Tenial
Irmães Granzette
Arminde Ticiani & Cia Ltda.
Arievalde R. Bernaden
Julie R. Gasparette
Silvie Redrigues Machade & Geralde
A. Barbiere.

MINISTERIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

-AJUDÂNCIA DO RUO GRANDE DO SUL-Ponto Indimena do N O N O A I-



#### -E D I T A L de Concernência Administrativa-

De erden de Sar. Direter de Serviça de Proteção dos Indias - Majoraiv. - Inia Vinhas Brues -, contido na Orden de Serviça, de 15 de Fevereiro de corrente ano, pelo presente, termo público para o conimolmento de quem interessar possa que durante o decurso de 15 (quinzo) dias centedos da data da publicação de presente Edital, ficu, até, as desença te (17) horas do ultimo dia aberta a concorrencia ADMENISTRATIVA para o recebimento das propostas para a venda de 3.000 (tros mil) pinheiros, un Area de Posto Indiguna Nomasi, situado no Manicipio de menso momo, Estado do Rio Grando do Sul.

Os pinheiros constante de presente Edital, é pertencente as PATRIMONIO INDIGEM e se encentram a disposição dos interessados na Área Indigena de Pesto soima mencionade, no Himicipio de Senosi, neste Estado.

As propostas deverio ser entregues na Sede da Ajudancia de -Rio Grando do Sul, no Posto Indiguma Paniino de Almaido, localisada no -Distrito de Churran, Chadphpio de Rapojara, Rio Grando do Sul, on envalopes fechados e lacuados en tros (3) vias, condo o epiginal devidamente solado, con a firma reconhecida, indicundo o propo en algerismos por extenso, dentro do herario de expediente da ja referida Ajudancia.

#### Os interessados serão ebrigados:

- a) Provar sua ideniedade financeira, con atestado passado por un Banco -desta Região;
- b) Faser caução de CR\$ 500.000 (Quinhentes mil Gruseires), no Banco de Brg.
  sil ou na Gaim Economica, na cidade de Getulio Vargus RGS, antes do encerramento da concerrência, osução esta que será levantada depois de aprovada pela Gomissão e homologada pela Diretor do S.P.I.;
- e) Apresentar atestado de título de eleitor e prova que votou mas ultimas eleições;

d) Prova de quitação com o Servico Militar; e) Preva de quitação com todos es impostes devides, Federais, Es tadeaes o Municipais, e f) Certidão de quitação de imposto de randas, As propostas serão abertas ás 14 horas do primeiro dia útil, seguinte des 15 dias da publicação deste Edital, na Sede da Ajudancia, perante a Comissae que foi designada e na presença de tedes interessados que compareceres, per si ou per sous representantes, devidamente credenciades, devence cada cencorrente, na ata da abertura das propostas, provar, mediante Guia de recolhamente da eaução acina mencionada, Ajudancia de Rie Grande de Sul em, 20 de Fevereire de 1965. Lourinaldo Waldereys Secretario. Joac Topes Vellese Presidente da Comissão.

Ministerie da Agricultura Serviçe de Preteção ses Indias Ajudancia de Rie Grande de Sul.

ORDEN DE SERVIÇO NO 5

O Chefe da Ajudancia de Rie Grande de Sul, ne ude de suas atribuições,

RESOLVE:

Demignar e Sar. Jankyr Marques da Silva, Aux. de Centader, para funcionar como Escrivão Ad-hoc, da Camissão do-Cencerrencia Administrativa, se une trata a Orden de Serviça, de 15 de Fevereire de 1965, de Ilme. Snr. Majer-Av. - Luiz Vihus Neves, Direter de Serviçe de rreteção nos indies.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Peste Ind. Pauline de Almeida, Séde da Ajudancia de Rie Grande de Sul, 22 de Marçe de 1965.

> Jena Lapan Vallose Ohofo da Ajudancia do Rio G. do Sul.

Ciente, um 22 de Marçe de 1965

Jandyr Marques da Silva Aux: de Centader.

# MINISTERIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS AJUDANCIA DO RIO GRANDE DO SUL COMISSÃO DA CONCORRENCIA ADMINISTRATIVA

2740

ATA - Nº 1 - 1965.

De livre para Concerrência ADMINISTRATIVA, da Ajudancia de Rie Grande de Sul, de Serviçe de Preteção ses Indies, com Séde previséria ne Peste Indígena Pauline de Almeida, em Charrúa, Municípie de Tapejára, ne Estade de Rie Grande de Sul, transcreve-se e seguinte: Aes vinte e deis dias de mês de marçe de ane de mil neva centes e sessenta e cince, na Secretaria da Séde de Pêste acima ci tade, reuniu-se a Cemissãe de Cencerrência ADMINISTRATIVA, nemeada pela Ordem de Serviço, de 15 de fevereire de ane de mil nevecentes e sessenta e cince (1.965), cempesta des seguintes Servideres Públices: Jeão Lopes Vellese de Oliveira, Chefe da Ajudancia de Rie -Grande de Sul e Presidente da Cemissãe de Cencerrência Administrati va; Leurinalde Waldereys Redrigues Vellese, vegal e Ereides Teixeira - vegal, servinde ceme Escrivãe ad hec, Jandyr Marques da Silva, para preceder a verificaçãe des decumentes exigides de acêrde com e EDITAL publicade ne e Jernal "A VOZ DA SERRA", da cidade de Erechim, neste Estade, ne dia sete (7) de marçe de cerrente ane. O recebimen te, abertura e leitura das prepestas apresentadas para a venda de três mil (3,000) pinheires da Area de Peind NONOAI. As 16 heras, fei aberta a sessão pelo Presidente, lide e Edital de Concerrência, para e cenhecimente des presentes. Apresentande-se quatre cencerrêntes, na seguinte erden: PRIMEIRO, - SILVIO RODRIGUES MACHADO & GERALDO BAR BIERO; SEGUNDO, - JULIO RANIERE GASPAROTTO; TERCEIRO, - SANTO TONIAL e finalmente e QUARTO, - HERMINIO TICIANI & CIA.LTDA. As dezessete he ras feram abertas a prepestas em envelepes lacrades e na presença de têdes es concerrêntes, verificande-se que as propostas satisfaziam -

en termes de Edital, constatando-se e seguinte resultade: drigues Machade & Geralde Barbiere, prêce unitarie, Dezaite mil e quinhentes cruzeires ( Cr\$ 18.500 ) ne valer tetal de Cinceenta e cince milhões a quinhentes mil cruzaires (Cr\$ 55.500,000); Julie Raniere Gasparette, preçe unitarie, Vinte mil cruzeires (Cr\$ 20.000) ne valer tetal de Segmenta milhees de cruzeirem (Cr\$ 60.000.000); -Sante Tenial, preçe unitarie, Besessete mil e quinhentes cruseires -( Or\$ 17.500 ) no valor total de Cinceenta e deis milhees e quinhentes cruzeires (CR\$ 52.500.000) e finalmente Herminie Ticiani & Cia. Ltda.. desclacificade per não ter apresentade a certidão negativa de Imposto de renda. Sendo na epertunidade declarado a venerdera a Firma Julio Raniere Gasparette, per ter apresentade a melher proposta. Apés a verificação de venceder a Cemissão expediu Oficies a Caixa 🔸 Econômica Federal e Banne de Brasil S.A. liberande as cauções. Fei expedide também eficie as Sur. Encarregade de Poste Indigena Neneai, mandande center e entregar es pinheires de que trata a presente Cencerrência, apés a assinatura de centrate. Finde, e Snr. Presidente ca municou a Pirma vencedora que o praze para o pagamente da entrada -( 40 % ) quarenta per cente, deverá ser feite dentre de preze de (48) quarenta a site heras apés a abertura das prepentas. Mada main haven de a tratar, fei pele Snr. Presidente encerrada a nonza e mandande lavrar a presente ate, que depois de lida e achada conférme vai assi nadu peles membres da Cemissão licitante per mim, . maranus cla Belva, corvindo de occrivão ad hoc.

Side da Ajudanoia de R.G.S. 22 de marge de 1.965

Jean Lepes Vellene de Oliveira Presidente da Cemissão Administrativa

Lourinaldo W. R. Vallage

aide W. R. Vellage

Buside Trixina

Breiden Teixeira

#### BANCO DO BRASIL S. A.

#### Getulie Vargas (RS), 19 de marçe de 1965

RECEBEMOS de sr. JULIO RENIER CASPAROTTO  a quantia de quinhentes mil cruzeiros -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x	2742
-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x	500.000
em "caução", de acerdo com o "Edital de Concerrência Administrativa	" de 20 de feye-
reiro de 1965, publicado em 14 do corrente no jornal "A voz da Serr	a" de Erexim(RS),
na ficha de Caixa  BANCO DO BRASIL S. A.	wht o

Mod. 01/82-I

# Banco do Brasil S.A.

TELEGRAMAS "SATELLITE"

Passo Fundo RS., 19 de morço le 1965

Declaramos, a pedido, que a firma JULIO ENTER GASPAROTTO vem demonstrando idoneidade moral e comercial nos seus negócios cor êste Banco.

Pelo BANCO DO BRASIL 8/A.- PASSO FRANCE OS LECENDO COSTAMILAN

# MINISTÉRIO DA AGRICÚLTURA Serviço de Proteção aos Índios AJUDANCIA DO RIO GRANDE DO SUL



MINISTÉRIO DA L R.
NOIE DO RESERVISTA Julio 15 17.5 PH 2010
CETIFICIDO IP 1.16946 Série -
CATEGORIA 1.6-
PUGLIO MILITAR OS
ORDANTINGTO MILITUR O'DE STRVIU 8° REGIMENTO DE INFINATARIA
TICORPANADO IO ANO DE 1957
MATURAL DE 2755400 - R. G.S
DATA DO INSCINATIO 1 / DE FEVEREIRO DE 1917
IISTRUÇÃO Viri
GRADUAÇÃO VOLOM DO

Extraído do Certificado, mediante apresentação a Comissão.

GOMANDANTE - CAR

Ajudancia do Rio Grande do Sul, 22 de Margo de 1.965

Chefe da Ljuduncia do Rio Grande do Sul.

### Snr. Coletor Federal

N/ CIDADE

COLETORIA FEDERAL
Protocolo N.º 153
de 19 / 3 /1965

Certifique-se o que constar

Mojeielsonshi =XATBR F.D.RAI

O abaixo assinado requer a V. S. para fins de Concorrância Pública

que se digne certificar ao pé dêste se JULIO R.NI.R GAS
PAROTTO, rolidante en Nonagi

acha-se quite com a Fazenda Nacional, por esta repartição.

N. Têrmos

P. Deferimento

Em, 19 de março de 196 5



M

SUR

NÃO RA

AQUIN

Σ

4

CHA

REEN

Ω,

ÃO

TENC

ORIGINAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DO IMPÓSTO DE RENDA
INSPETORIA EM PASSO FUNDO
PESSOA FÍSICA

PEDIDO DE CERTIDÃO NEGATIVA DO IMPÔSTO DE RENDA E DE SEUS ADICIONAIS

Nome comple	eto de reguerente
JULIO RENIER GASPAROTTO	
Residência: rua, n PASSO FUNDO/RS, RUA MORON N	número, bairro, cidade
Nacionalidade  BRASILEIRA	Data do Nascimento
CASADO Estado civil	Regime do casamentoUNIVERSSAL
Documento de identidade TITULO ELEITORAL	Inscrição no Imposto de Renda
	rofissão
INDUSTRIALISTA	
sabilidade do contribuinte acima ident presente a petição por êle subscrita, de to de Renda de Passo Fundo, CERTIFICO que, em nome do requeren to, débito do impôsto de renda, dos adi novembro de 1951, revigorada pela Lei	da Nacional de cobrar as dividas de respon- ificado que ventam a ser apuradas, e tendo
	carregado do lançamento e Confrôle de Arrecadação
NOTA IMPORTANTE: OUALOUER RA	SURA TORNARÁ NULO ÊSTE DOCUMENTO

R. 50 034



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA TESOURO DO ESTADO

EXATORIA DE NONOAI



#### CERTIDAO

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que JULIO RENTER GAS-
PAROTTO,
nada deve à Fazenda do Estado,
por esta repartição, até <u>esta data</u> e relativamente a
impostos de lançamento.
Exatoria Estadual, de Monoai, 19 de março de 1965  Ruby Sager /- Ascrivao shstº.

VISTO

Cota total — Crs. 360

Exator

Hermeto Edgar Hartmann

Modèlo D. F. G. - 175

Modèlo D. F. G. - 175

Modèlo D. F. G. - 175



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE NONOAI



### CERTIDÃO

E, por ser a expressão da verdade, passo a presente Certidão.

Contadoria da Prefeitura Municipal

Nonoai,	<u>19</u> d	en	arço		de	19_6	55
- 5	./	,	/ ,			•	
/-	1	127	6-6	1666	666	616	
		Con	tador	( )			

Certidão..... Cr\$

Sêlos ..... Cr\$

Visto, em data supra

Profeito

AJUDANCIA DO RIO GRAVDE DO SUL OF/07/65 23 de março -65 CHEFE DA AJUDANCIA DO RGS Ilro. Sr. GEREVIE DO BANCO DO BRASIL - Getúlio Vargas - RS (Liberação de Caução) selicita. Ilmo. senhar Gerente: É com satisfação que esta Chefia comunica à V. Sa., o resultado da Concorrencia levada a efeite na sede de Poste Indígena "Paulino de Alemida", em data de 22 do corrente, cujo encerramento apontou como vencedor o sr. JULIO RENIER GASPAROTTO, / (FIRMA DO MESMO NOME), pela melhor proporta oferecida. Outrossim, comunico-vos que o acima mencionado cidadão, está autorigado a retirar a importancia de 500.000 depositado nesse Banco, em caução, para fins de ga rantia de fundos à referida concerrência, una vez que está encerrada a concerrência. Todavia, comunico-vos que o sr. Julio Renter Gasparotto, deverá apresentar à esta Chefia, CHEQUE VISADO per esse Banco, no valor de Cr\$ 24.000.000 ( VINTE E / QUATRO MILHOES DE CHUZEIROS), importancia exigida como 40%. Nada mais havendo a tratar no momento, apreveito a opertunidade para apresentar-ves es protestes de minha alta estima e distinta consideração, Joan Lopes/Welose Presidente da Comissão Concorrencia Adm. DR. JACYR CASTILHOS Auditoria MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS AJUDANCIA DO RIO GRANDE DO SUL Pôsto Indígena de Noncais JULIO RENIER GASPAROTT, brasileiro, casado, industrialista, residente em Passo Fundo, nesto Estado do Rio Grande do Sul, em atenção ao dispôsto no — EDITAL DE CONCORRENCIA ADMINISTRATIVA, publicado no jornal " A VOZ DA SERRA ", que se edita na cid de de Erechim, neste Estado, em 7 de março de 1965, se pro poem a compra de três mil (3.000) pinheiros localizados na área do Pôsto Indijena Nonoai, sob as seguintes condições: COMPROVAÇÃO EXIGIDA DELO EDITAL DE CONCORRENCIA:-1.-Para a comprovação dos documentos exigidos no edital em referência,o interessado faz juntada dos seguintes documentos: a) - Prova de idoneidade finan eira firmado pelo Banco do Brasil 9/A, agencia em Passo Fundo; b) - Caução depositada na Agencia do Banco do Brasil S/A, em Getúlio - Titulo de Eleitor número 1748o, da 33a. zona Eleitoral; d) - Certificado De Reservista da Primeira Categoria, número 110.945; e) - Certidão Negativa da Coletoria Federal de Sarandi; Certidão Negativa do Impôsto de Renda da Inspetoria do Impôsto -Sobre a Renda em Passo Fundo; Certidão Negativa da Exatoria Estadual de Nonoai; Certidão Negativa da Prefeitura Municiapl, digo, Municipal de -Mondai. PRAZO PARA RETIRADA DOS PINHEIROS: 2 .--Compromete-se o interessado a iniciar o corte e a retirada dos pinheiros objetos da presente concorrência, lógo após firmado o con trato de compra e venda, dispondo, como efetivamente dispoem de uma serraria tissot, em pleno funcionamento, comp capacidade para serrarquinhentas a seiscentas dúzias mensalmente, localizada em Canhafé,di<u>s</u> tante do Pinhal óra em concorrência, mais ou menos vinte (2o) quilôm<u>e</u> tros, está em condições de dar cumpromento imediato ao que ora se pro poem; PRAZO PARA RETIRADA TOTAL DOS PINHEIROS:

Compromete-se o interessado a fazer a retirada total dos pinheiros, dentro do prazo máximo de trinta e seis (36) mêses a contar da data da assinatura do contrato. Por unidade de pinheiro com bitola de 0,48 centimetros acima, o interessado pagará o preço de \$20.000 ( vinte mil cruzeiros ), vada uma digo, cada um, num total de \$50.000.000 ( sessenta milhões de cruzeiros ), cujo pagamento efetuara da seguinte maneira : 40% ( quarenta por sento ), por cheque contra o Banco do Brasil 5/A, Agencia na cida de de Getúlio Vargas, no ato da assinatura do contrato de compra e venda; e o saldo restante, e duas prestações **se**mestrais, a partir da data da assinatura do contrato de compra e venda e no valor correspo<u>n</u> dente a 30% ( trinta por cento ), do valor total da compra e venda, ca a prestação. REPLANTIO: 5.-O interessado compromete-se a fazer o replantio, na proporção de três (3) arvores, digo, mudas, por arvore que for abatida, sujeitan-do-se a fiscaliz ç o na forma prevista. INDENIZAÇÃO DE DAMOS: 6 . -Compro ete-se o interessado a indenizar qualquer dano pelo qual venha a ser responsabilisado e causado e virtude da execução dos tra balhos da retir da dos pinheiros que venha a ser causado a terceirosnão so a propriedade como a pessõas.

2752

#### AJUDANCIA DO RIO GRANDE DO SUL

Of.nº 05

. 23 de marçe de 1.965

Chefe da Ajudancia de Rie Grande de Sul

Ilme. Snr. Gerente da Caixa Economica de Getúlie Vargas Liberação caução (Selicita)

Ilms. Snr. Gerente,

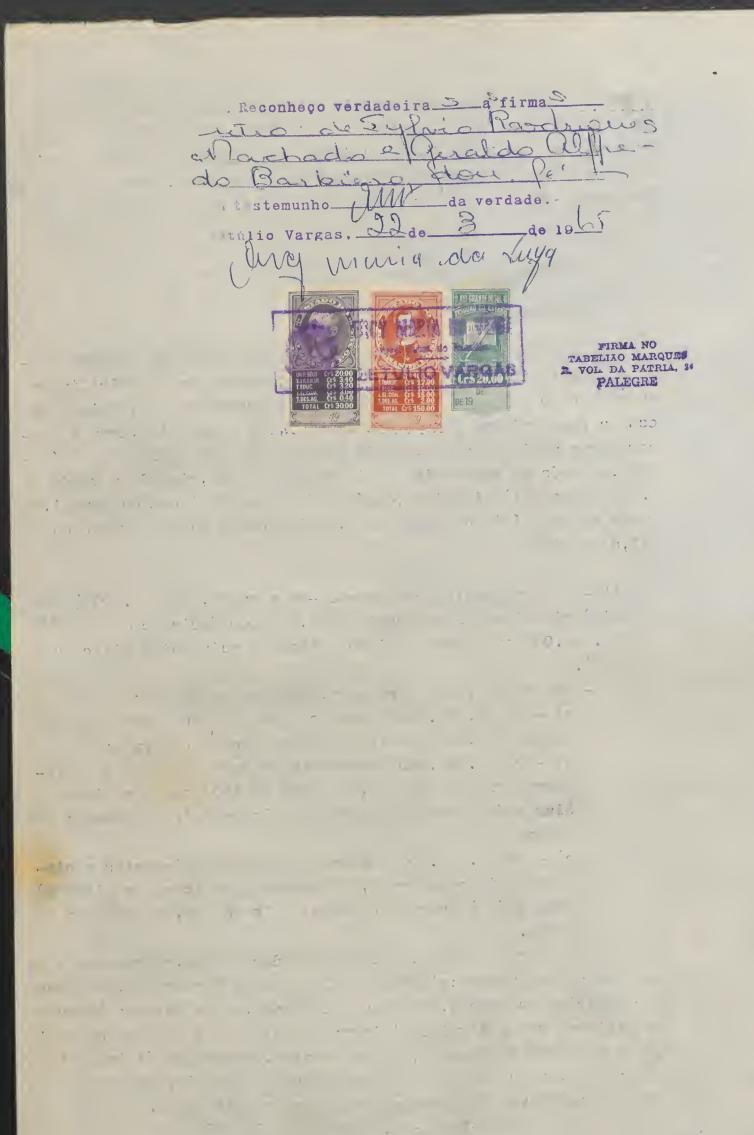
Pele presente selicite-ves liberação da caução de Cr\$ 500.000 (QUINHENTOS MIL CHUZEIROS) Nº z/n, depesitada pelas Snrs. Silvie Redrigues Machade e Geralde Alfrede Barbiere, em 22 de março de cerrente ane, conférme exigência centida no EDITAL - de ejernal " A VOZ DA SERRA " de 7 de março de cerrente ane, da cencerrência Administrativa no Peind Neneai para a venda de 3.000 pinheires.

2) Aprovei to a opertunidado para aprosentar meus protestos do al ta estima o elevada censideração.

Sandações

Jose Lepes Vellese

Chefe da Ajudarcia de R.G.S.



2753

PROPOSTA PARA A CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA, ABERTA PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, ATRAVES DA AJUDÂNCIA DO RIO GRANDE DO SUL, PARA A VENDA DE 3.000 (três mil)PINHEIROS, DA AREA DO PÔSTO INDIGENA DE NONOAI, SITUADA NO MUNICÍPIO DO MESMO NOME, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-

SILVIO RODRIGUES MACHADO e a GERALDO ALFREDO BAR-BIERO, brasileiros, casados, comerciantes, residentes e domiciliados na cidade de Nonoai, neste Estado do Rio Grande do Sul, juntando a esta a documentação abaixo relacionada, vêm apresentar, para a concorrência administrativa, aberta pelo SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS IN -DIOS, através da ajudância do Rio Grande do Sul, visando a venda de 3.000 (três mil) pinheiros, da Area do Pôsto Indígena de Nonoai, si tuada no Município do mesmo nome, neste Estado do Rio Grande do // Sul, a seguinte

#### PROPOSTA

- 1º Os proponentes comprometem-se a pagar, pelos 3.000 (três mil) pinheiros supra mencionados, a importância de Cr\$ ////// 55.500.000(cinquenta e cinco milhões e quinhentos mil cruzei ros).
- 2º As condições de pagamento, serão as seguintes:
  - a) Cr\$ 22.200.000 (vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros), no momento da assinatura do contrato;
  - b) Cr\$ 16.650.000 (dezesseis milhões seiscentos e cinquenta mil cruzeiros), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após à data mencionada na letra "a", da presente proposta:
  - c) cr\$ 16.650.000 (dezesseis milhões seiscentos e cinquenta mil cruzeiros), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após à data mencionada na latra "b", da presente proposta.

ACOMPANHA a presente, os seguintes documentos, referentes a cada um dos proponentes: a) Provas de idoneidade financeira, passadas por Agências de Bancos, de Sarandi e Nonoai, neste Estado; b) Provas de quitação com o Serviço Militar; c) Atestados de títulos de eleitores e provas de haverem, os proponentes, votado nas últimas eleições; d) Provas de quitação com os Impostos Federais, Estaduais e Municipais; e) Provas de quitação com o Impôsto de Renda.

CHARRUA-Tapejara, 22 de março de 1965

Gerald Gerald

SYLVIO RODRIZUES MACHADO

proponente

GEPALDO ALFREDO BARBIERO proponente

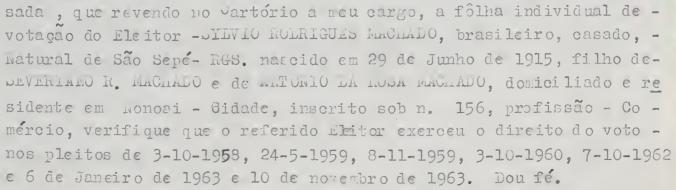


CIRCUNSCRIÇÃO ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

83a 2 ZONA DALLA DI

CERTIDÃO

toral designada desta 83a. Zona Sara di, etc. CLATIFICO. a pedido verbal de parte interes



DADA e passada nesta cidade de Sarardi, cos dezoi to ?18( dias do mest de Março del mil novecentos e sessenta e - cinco (1965). Eu, Wallande, Escrivã designada, datilografei, e assino.

L'acriva Eleitoral designada.

Mod. Z. E. n.º 6 E 80/1



CIRCUNSCRIÇÃO ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

83ª a ZONA SARANDI



#### = C E R T I D A O =

Eu, WANDA THEREZINHA SCHMITZ, Escriva Eleitoraldesignada desta 83ª Zona Sarandi, etc.

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessadaque revendo no Cartório a meu cargo, a folha individual de votação do Eleitor - GERALDO ALFREDO BARBIERO, brasileiro, casado, natural de - Getulio Vargas - RGS. Nascido em 6 de Agosto de 1.932, filho legítimo de - Julio Ricardo Barbiero e de Natalina Barbiero, domiciliado e residente em Vila Trindade, lotado na 7º Secção, inscrito sob nº 1.450, profissão - Comércio, verifiquei que o referido Elei tor exerceu o direito do voto nos pleitos realizados desde 124-51.959, 8-11-59, 3-10-1.960, 7-10-1.962, 6-1-1.963 e 10 de Novembro
de 1.963. Dou fé.

Dada e passada nesta cidade de Sarandi, aos de zoito (18) dias do mes de Março do ano de mil novecentos e sessentae cinco (1965). Eu Escriva designada, datilo
grafei e assino.

Escriva Eleitoral designada.

Mod. Z. E. n.º 6 E 80/1

da

1

# Benerelo Estado elo Rio Grande do Sal Sen. 2+56

MATRIZ EM PÔRTO ALEGRE — CAIXA POSTAL N.º 505 — ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: BANRISU

gary/ Nonoai, RS, 18 de março de 1965

Ilmº. Sr.

Silvio Rodrigues Machado

Nesta

Em razão de pedido verbal que nos foi formulado nesta data, atestamos que o sr. SILVIO RODRIGUES MACHADO desfruta do melhor conceito dentro dêste Banco, sendo ainda possuidor de idoneida de comercial e financeira.

Autorizamos a fozer desta o uso que convier à parte interessada.

Sem outro particular, subscrevemo-nos mui

BANCO DO LESTA CIDAMENTE CUL, S.A.

Waugle

CHEFT DE ESCRIPTO

rņ

0

SARANDI, 18 de MARÇO DE 1.965



#### - ATESTADO -

ATESTAMOS para os devidos fins que os sra. GERALDO ALFREDO BARBIERO e SILVIO RODRIGUES MACHADO, gozam de bom conceito e pagam seus compromissos bancários pontualmente, neste estabelecimento, nada constanto que os desabone.

p. p. Banco Industrial o Cornercial de Sul S. A.

### Bannels Extrals do RioGrande do Sul Sist

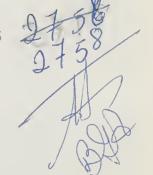
MATRIZ EM PÔRTO ALEGRE — CAIXA POSTAL N.º 505 — ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: BANRASUL

gary/ Nonoai, RS, 18 de março de 1965

Ilmº. Sr.

Geraldo Alfredo Barbiero

Nesta



Em razão de pedido verbal que nos foi formulado nesta data, ates amos, que o sr. GERALDO ALFREDO BARBIERO desfruta do melhor conceito dentro dêste Banco, sendo sinda possuidor de idoneidade comercial e financeira.

Autorizamos a fazer desta, o uso que convier à

Sem outro particular, subscrevemo-nos mui

BANCO DO ESTADO A REPORTA A TENCIOSAMENTO.

BANCO DO ESTADO A REPORTA DE SOLO S.A.

's son Stangler

parte interessada.



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE NONOAI



## CERTIDÃO

CERTIFICO, em atenção ao despacho exarado pelo Sr. Prefeito Municipal em
requerimento desta data e para os devidos fins que, revendo o fichário desta Repar-
tição, dêle constatei que GERALDO ALFREDO BARBIERO.
node deve à Fezenda Municipal

la deve a razenda municipai.

E, por ser a expressão da verdade, passo a presente Certidão.

Contadoria da Prefeitura Municipal

Nonoai, 18 de março de 1965

J. January Contador

Certidão..... Cr\$

Sêlos C

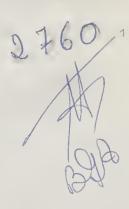
ONO.0

Visto, em data supra

7070



## PREFEITURA MUNICIPAL DE NONOAI



# CERTIDÃO

CERTIFICO, em atenção ao despacho exarado pelo Sr. Prefeito Municipal em
requerimento desta data e para os devidos fins que, revendo o fichário desta Repar-
tição, dêle constatei que SYILVIO RODRIGUES MACHADO.
**************************************
nada deve à Fazenda Municipal.

E, por ser a expressão da verdade, passo a presente Certidão.

Contadoria da Prefeitura Municipal

Nonoai, 18 de março de 1965

Contador

Certidão..... Cr\$

Sêlos ..... Cr\$



Visto, em data supra

Profesta



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA TESOURO DO ESTADO

EXATORIA DE U O N O A I



#### CERTIDAO

Exatoria Estadual, de Monoai, 18 de março de 1965 .-

Ruby Sager - Ascrivao sbst 2.

Herneto Edger Hartmann

| Harmon | Hartmann | Harmann |

Cota total — Cr\$ 360

Modêlo D. F. G. - 175

Imprensa Oficial - 28876

# Snr. Coletor Federal

N/ CIDADE

COLETORIA FEDERAL
Protocolo N.º 150
de / S / 3 /196 5

Certifique-se o que constar

Mojère houshi

O abaixo assinado requer a V. S. para fins de Concorrência Pública

Federal que se digne certificar ao pé dêste se GRALDO ALFR-DO BARBI-RO, de comírcio, residente em Município de Noncai

acha-se quite com a Fazenda Nacional, por esta repartição.

N. Têrmos

P. Deferimento

Em, /18 de 1997 ) de 1965

Jesaldo Alfreda Barliero

# Snr. Coletor Federal

N/ CIDADE

COLETORIA FEDERAL
Protocolo N.º / 5 / de / 8 / 3 / 196 5

Certifique-se o que constar

/ Dycelloust

Water Foderal

O abaixo assinado requer a V. S. para fins de Corcorrarcia Pública

Fadral que se digne certificar ao pé dêste se -SILVIO RODRIN-S MA
CHADO, d coníncio, raidanta en Noncai

acha-se quite com a Fazenda Nacional, por esta repartição.

N. Termos

P. Deferimento

Em, 18 de março de 1965

Sylves Riverses Com hard

ORIGINAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DO IMPÓSTO DE RENDA
INSPETORIA EM PASSO FUNDO
PESSOA FÍSICA

Protocolo

Protocolo

Protocolo

Procolo

Protocolo

Pr

PEDIDO DE CERTIDÃO NEGATIVA DO IMPÔSTO DE RENDA E DE SEUS ADICIONAIS

SERALDO ALFREDO BARBIERO			
Residência: rua, número, bairro, cidade			
Nacionalidade BRASILEIRA	Data do Nascimento  6 DE AGOSTO DE 1932		
CASADO CIVIL	Regime do casamento		
Documento de identidade	Inscrição no Imposto de Renda		
Profissão — Comércio			
COMERCIANTE			
Concorrência Pública Federal			

Ressalvando o direito da Fazenda Nacional de cobrar as dividas de responsabilidade do contribuinte acima identificado que venham a ser apuradas, e tendo presente a petição por êle subscrita, de ordem do Sr\_INSPETOR do Impôsto de Renda de Passo Fundo,

CERTIFICO que, em nome do requerente, até a presente data, não existe, em aberto, débito do impôsto de renda, dos adicionais instituidos pela Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, revigorada pela Lei n. 2.973, de 26 de novembro de 1956, ou do adicional de proteção à família instituído pelo Dec. n.º 3.200, de 19 de abril de 1.941



NOTA IMPORTANTE: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ÊSTE DOCUMENTO

4

ORIGINAL



(1)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DO IMPÓSTO DE RENDA

PESSOA FÍSICA

DA 2765

Protocolo

Protocol - (Para uso da Repartició / 3/1960)

PEDIDO DE CERTIDÃO NEGATIVA DO IMPÔSTO DE RENDA E DE SEUS ADICIONAIS

	eto de reguerente S MACHADO
Residência: rua, n	úmero, bairro, cidade DE <b>)</b>
NacionalidadeBRASILEIRA	Data do Nascimento 29 DE JUNHO DE 1915
CASADO Estado civil	Regime do casamento COMUNHÃO DE BENS
Documento de identidade	Inscrição no Imposto de Renda
P	rofissão
COMERCIANTE -	
Fin a que se Concorrência Pública Federal	e destina a certidão
A	

Ressalvando o direito da Fazenda Nacional de cobrar as dividas de responsabilidade do contribuinte acima identificado que venham a ser apuradas, e tendo presente a petição por êle subscrita, de ordem do Sr. Inspetor do Impôsto de Renda de Passo Fundo,

CERTIFICO que, em nome do requerente, até a presente data, não existe, em aberto, débito do impôsto de renda, dos adicionais instituidos pela Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, revigorada pela Lei n. 2.973, de 26 de novembro de 1956, ou do adicional de proteção à família instituído pelo Dec. n.º 3.200, de 19 de abril de 1.941



Passo Fundo, de MBUG de de Encarregado do lançamento e Contrôle de Arrecadação

NOTA IMPORTANTE: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ÊSTE DOCUMENTO



#### : MINISTÉRIO DA GUERRA

III EXÉRCITO

3a. REGIÃO MILITAR

10a. DELEGACIA DE RECRUTAMENTO

J. A. M. NONOAI

2766

# - D E C L A R A Q Ã Q -

Declaro a quem interessar que o Sr GERALDO ALFREDO BARBIERO, filho de Julio Ricardo Barbiero e de Natalina Barbiero, da classe de 1932, natural de Getulio Vargas RGS, comerciante, residente em Nonoai, é reservista possuidor do Certificado de Isenção de Nº 790015, fornecido pela 9º C R, em 15 de Março de 1951.

NONOAI, 18 de março de 1965

10.° C. R. ..

Dare of recharde de LiPurisa

DARÍ MACHADO DA SILVEIRA SECRETÁRIO DA JAM - NONOAI MINISTERIO DA GUERRA III EXERCITO 3a. REGIÃO MILITAR 102 CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO 14a. DELEGACIA DE RECRUTAMENTO. 2767

#### - DECLARAÇÃO -

Declaro a quem interessar que o Sr SILVIO RODRIGUES MACHADO, filho de Severino Rodrigues Machado e de Antonia Machado da Rosa, da classe de 1915, natural de São Sepé RGS, comerciante, residente em Nonoai, é reservista de 3a. categoria, possuidor do Certificado de Nº 328.956, fornecido pela 9ª C R, em 30 de outubro de 1947.

Sarandi, 18 de março de 1965.-

Alistanon Felix de Sibres

10.° C. ERNANI FELIX DA SILVA

SAMANDI-R. G. 40 SILVA

12 TEN DEL REC/ 14a. D R

Je sur def. Rec. 142 DR.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA TESOURO DO ESTADO

EXATORIA DE NONOAI



#### CERTIDAO

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que SYLVIO RODRIGUES nada deve à Fazenda do Estado, por esta repartição, até esta data ----------------- e relativamente a impostos de lançamento.

Exatoria Estadual, de Nonoai, 18 de março de 1965.-

Escrivao shsto.

Hermeto Edgar Hartmann

Cota total — Cr\$.



CALLA VNOMICA FEDERAL

DEPÓSITOS CHEQUES

## Recibo

	1(00180	10
NOME: SANTO TONIA	AI	276
CORRENTE N.º 03  Depositei a quantia de Cr\$ 5	00.000 (Qui	inhentos mil cru-
701ros)	).	arçode 19 65.
Assinatura SCHOLA FEDER	James	ECONOMIZA
Docan. RECEBI a quantia acima 22 MAR 1965	ÉMÃO	QUE NÃO

#### GUIA DE DEPÓSITO DE CAUÇÃO

2 1 70

Cr\$ 500.000

SÍLVIO RODRIGUES MACHADO e GERALDO ALFREDO BARBIERO, vão à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, na Agência de Getúlio Vargas, RS, proce der ao depósito de Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros), para servir de caução, segundo egigência estabelecida por EDITAL que regulamenta as propostas para Concorrência Administrativa efetuada pelo Serviço de Proteção aos Índios, através da Ajudância do Rio Grande do Sul, para a venda de 3.000 (três mil) pinheiros, do Pôsto Indágena de Nonoai.

GETULIO VARGAS, 22 de março de 1965

el eral do

SILVIO RODRIGUES MACHADO

GERALDO ALFREDO BARBIERO

CAIXA ECONOMICA FEDERAL DO RIO G DE DE SUL

32 MAR 1965

J.

Sananduva, 22 de março de 96

1114



-

- 4 01

1 1 1

and E /

.- - 1=1

×1-

a management of the

SANTO TONIAL

MADEIRAS - CERÂMICA - PRODUTOS COLONIAIS - LAJES 2 7 Inscrição n.º 259

SANANDUVA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

SANANDUVA, 22 de marçe de 1.965

Ilme. Sr. Jeão Lepes Velleso Presidente da Comissão da C. A. TAPEJARA (Charrúa) RGS.

Senher Presidente

Deu em meu peder e seu eficie nº 4, de 8 de marçe de cerrente ane.

2) - Leve ae vesse conhecimente que a minha Firma temeu conhecimente, também atravéz de Edital publica-de ne Jernal ( A VOZ DA SERRA), de 7 de marçe de cerrente ane, des termes da Concerrência Administrativa, a realisar-se na Séde dessa Ajudarcia, com relação a venda de 3.000 pi nheiros na área de Pêste Indígena de Neneai.

3) - A minha Firma aceita as condições impos ta ne supra citade Edital e assinar e contrate conférme as - claúsulas exigidas pelo S.P.I., e propõe a importancia de - Cr\$ 17.500 ( Desessete mil e quinhentes cruzeires ) pôr unida de, num valor de Cr\$ 52.500.000 ( Cinceenta e deis milhões e quinhentes mil cruzeires ), protificando-se também a pagar es 40 % de entrada ne ate da assinatura de contrate.

4) - Apreveite a epertunidade para apresentar es meus pretestes de elevada consideração.

Santo Tonial

SANTO TONIAL

CARBARRA

que a Firma
nanduva, Esidonea e me

#### ATESTADO

Atesto para os devidos fins, que a Firma Santo Tonial, estabelecida na cidade de Sananduva, Estado do Rio Grande do Sul, com Serraria, é idonea e me rece crédito neste Estabelecimento Bancario.

Sananduva,

Banco do Estado do Rio Grande do Sul, S.A.

CHEFE DE ESCRITÓR

# MINISTÉRIO DA AGRICÚLTURA Service de Proteção aos Índios AJUDANCIA DO RIO GRANDE DO SUL



MINISTÉRIO DA GUELTA
NOME DO RESERVISTA Santo Vonial
CERTIFICADO Nº 114950 Série -
CATEGORIA 29
região militar 32
ORGANIZAÇÃO MILITAR ONDE SERVIU 69 C.R.
200
NATURAL DE SOMONOUVA - R.G.S.
DATA DO NASCIMENTO 29-10-1918
Instrução Sum
GRADUAÇÃO Solclaclo
Extraído de Certificade, mediante apresentação a Comissão.
(ass.) ilegivel Thefe cla C.R.
Thefe cla C.R.

Ajudancia de Rio Grande de Sal, 22 de Março de 1.965

Jeao Lopes Velleso Chefe da Ajudancia de Rie Grande de Sul. Dalva Maria Beux , Tesoureiro da Prefeitura Municipal de Sananduva, etc.

#### CERTIDÃO

Certifico, a requerimento de parte interessada, que revendo o fichário de impotos desta Repartição, dele não consta ser(em) devedor(es), até a presente data, o(s) Sr(s).:

O referido é verdade e dou fé.

Tesouraria da Prefeitura Municipal de Sananduva,

Sananduva, 17 de março de 196 5

o Selo municipal foi pago por verba

Tesoureiro

PREFERENCE





# Prefeiter: Westiespal da SAVANDUVA IMPÓSTO DA LICENCAS EXERCÍCIO DE 190 5

Es		RECIBO -	N
Escriturário Em 17 / 3 /de 196 5	Santo Tonial-Cidade Selagem de certidão pago por Verba	CONTRIBUINTE E RESIDÊNCIA	
3/de 196_5		Espécie	
· Safa		Hospitalar	
13		Assist. Social	X A T.
			TAXAS ADICIONAIS
MULTA	400.	Expediente 1.1.2.12	
MULTA	f		
	£ 00.	TOTAL	

1000 TIP. NEHLS, Tareigna 1, 1 65



CIRCUNSCRIÇÃO ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

95.º ZONA SANANDUVA

2776

#### CERTIDÃO

Sananduva, 17 de março de 1.965.-

filbeto Brum Ferreira
Escrivão Eleitoral.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA TESOURO DO ESTADO

EXATORIA DE Sananduva



#### CERTIDÃO

Exatoria Estadual, em Sananduva, 17 de março de 1 965.

Décio Adelki Caron - Escrivão

September 1 Septem

Cota total — Cr\$ 360

Imprensa Oficial - 23666

ORIGINAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DO IMPÔSTO DE RENDA

INSPETORIA EM PASSO FUNDO PESSOA JURÍDICA



PEDIDO DE CERTIDÃO NEGATIVA DO IMPÔSTO DE RENDA E DE SEUS ADICIONAIS

Santo Tonial Razão Social		
	ro, bairro, cidade	
Sananduva - Av. 14 Julho - S/r		
Atividade	N.º 228	
Data do Registro na J. Com	Inscrição no Impôsto de Renda 9600	
Fim a que se d	lestina a certidão	
Ī	ica - Ministerio da Agricultura	
Ressalvando o direito da Fazenda Nacional de cobrar as dividas de responsabilidade do contribuinte acima identificado que venham a ser apuradas, e tendo presente a petição por êle subscrita, de ordem do St. Alla de Impôsto de Renda de Passo Fundo,  CERTIFICO que, em nome do requerente, até a presente data, não existe, em aberto, débito do impôsto de renda, dos adicionais instituidos pela Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, revigorada pela Lei n. 2.973, de 26 de novembro de 1956.		
Man Man	regado do lançamento e Confrôle de Arrecadação	
DE SOURO (TESOURO NACIONAL CES 200.00 CES 200.00 DE 19		
NOTA IMPORTANTE: QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ÉSTE DOCUMENTO		

2179

#### AJUDANCIA DO RIO GRANDE DO SUL

Of.nº 06

23 de marçe de 1.965

Chefe da Ajudancia de Rie Grande de Sul Ilme. Snr. Gerente da Caixa Economica de Getúlie Vargas. Liberação caução ( selicita )

Ilme. Snr. Gerente .

Pele presente selicite-ves liberação da caução de Cr\$ 500.000 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS) Nº 03, depesitada pela - Senher Sante Tenial, em 22 de março de cerrente ane, conférme exi gência centida ne Edital de e jernal "A VOZ DA SERRA" de 7 de mar çe de cerrente ane, da Concerrência Administrativa ne Peind Neneai.

2) Apreveite a epertunidade para apresentar meus pretestes de elevada estima e alta consideração.

Saudações

Jeão Lopes Vellese Chefe da Ajudancia de RGS.

Sananduva, 2 de março de 1.965 Snr. João Lopes Velloso Chefe da Ajudancia do R.G.S. Tapejára (Charrúa) RGS. Presado Senhor Comunico-vos que recebemos vosso Ofício Nº 4, de 8 de março de 1965, no qual nos comunica a Concorrência Administrativa, que se realizará na Séde dessa Ajudancia, sôbre a exple ração de 3.000 pinhairos da área do Pôsto Indígena Nonoai. 2) Nossa Firma, dado ao volume da proposta da con corrência, não se acha presentemente, em condições econômicas de concorrer a referida concorrência. 3) Agradecemos nesta oportunidade, a lembrança e confiança que foi despensada a nossa Firma. Atenciosamente reconneyo a(s) while firma(s) supra Ormas granzatto assinaladas com a flexa -- que uso. Dou fé. Em testemunho Sananduva, 22 de março de 96

#### BANCO DO BRASIL S. A.

Chapecó (SC), 22 de março de 1965

REF. - 226 - DEPÓSITOS ESPECIAIS

Herminio Tissiani & Cia. Ltda. - Con ta e Dispasição do Sr. João Lopes Veloso, Pres. Comissão de Concordenda de pinheiros do Serviço de Proteção aos Indios-Charmas-RS

para constituição de fundo à disposição do Sr. João Lopes Veloso, Presidente da Comissão de Concorrência de venda de pinheiros pertencentes ao Serviço de Proteção aos Índios, em Charnua (RS).-

O sêlo foi pago por Verba Especial



Kothin

Ajudancia do Rio Grande do Sul 23 de março de 1965 OF/04/65 Chefe da Ajudancia do Rio Grande do Sul Ilmo. Sr. Gerente do Bance do Brasil - CHAPECO-Sta. Catarina (Liberação de Caução) selicita. Ilmo. Sr. Gerente: Pelo presente solicito-vos liberação de Caução de Cr\$ 500.000 (QUINHEN-TOS MIL CRUTEIROS), NS 560046, depositado pela Firma HERMINIO TISGIANI & CIA. LTDA. para constituição de funde à concorrência de venda de pinheiros pertencentes ae Ser viço de Proteção aos Indios, realizada em data de 22 de corrente na Séde de Posto / Indígena "Paulino de Almeida", distrito de Charrua, Município de Tapejara. A selicitação em apreço, prende-se ao fato de ter sido a referida Firma aci ma mencionada desclassificada na Concorrência, por falta de apresentação de de docu mentos exigidos pelo Edital. Nada mais havendo a pratar no momento, aproveito a eportunidade, para apresentar-vos os protestos de minha alta estima e distinta consideração, Pres. da Comissão de Concorrencia Adm.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA-

CONTRATO particular de compra e venda de pinheires que entre si fazem, de um lade, ceme, vendeder, e Serviçe de Preta ção aos Indies - Ajudancia de Rie Grande de Sul, com Séde previsériano Peste Indigens Pauline de Almeida, no Distrite de Charrés, Munici-pie de Tapejára, Estade de Rie Grande de Sul, representade meste átepele Chefe da Ajudancia de Rie Grande de Sul - Snr. Jeão Lepes Vellese de Oliveira, e a Cemissão constituida pelos Sars. João Lepes Velle se de Oliveira, Presidente; Leurinalde Waldereys Redrigues Vellese, Va gal e Breides Teixmira, Vegal, tude de acêrde com a ORDEM DE SERVIÇO, de 15 de Fevereire de 1965, expedida e assinada pele Ilme. Inr. Majer Aviader - Luiz Vinhas Neves, Direter daquele Service e de eutre lade, come compradora, a vencedora da Concerrôncia Administrativa promovida pele vendeder, conférme EDITAL publicado ne Jernal "A Véz da Serra", em 7 de Marçe de 1965, da cidade de Brechim, meste Estade, a Firma---MILIO RUNIER GASPAROTTO, com Séde na cidade do Passo Fundo, Estade do Rie Grande de Sul, representade neste áte pele Sar. Julie Renier Gasparette, brasileire, casade, industrialista, residente e demiciliadena mesma cidade. O vendeder na qualidade de Senher legitime pessuider, livre e desembaraçade de quaesquer enus eu dividas judiciais, de TRES MIL (3.000) pinheires, cem diametre de 0,48 (quarenta e eite) centime tres para cima, ainda não demarcados, têdes localizades na AREA DO POS TO INDIGENA DE NONOAI, situade de Municipie de mesme neme, Estade de--Rie Grande de Sul, e assim ceme pessui, ez descrites pinheires vêm pele presente centrate e na melher forma de direite, vendê-les, ceme de-fate e na verdade vendido es tem, á compradera, Firma Firma Julie Renier Gamparette, mediante as clausulas e condições seguintes: - - -

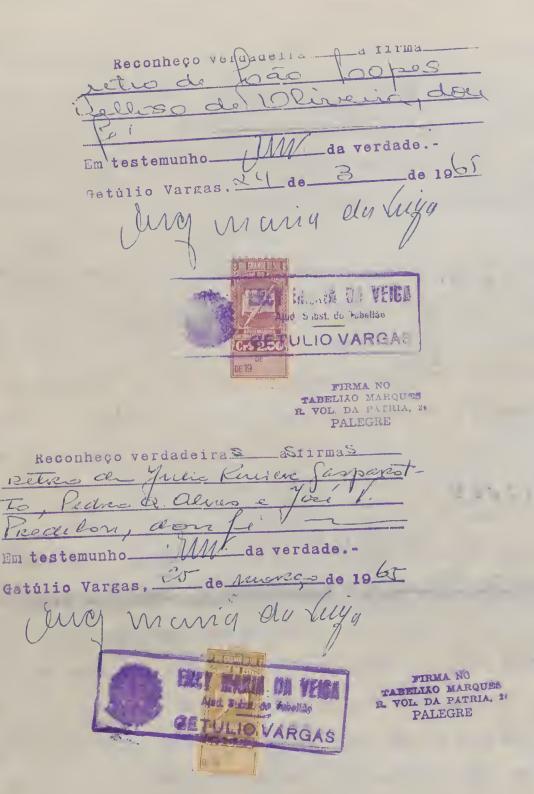
1784 32 VIII

PRIMEIRA) - A Firma compradora deverá iniciar a retirada dos pinhe res, dentre de praze de quinze (15) diaz, a centar desta data; SEGUNDA) - 0 praze para a retirada des três mil (3.000) pinheires ebjéte de presente centrate, será ne máximo de trinta e seis (36) mêses a centar, também, desta data; ---TERCHIRA) - O preçe ajustade é de acêrde cem a prepesta feita pela Firma compradora, naquela concerrência ADMINISTRATIVA, mérá de Cr\$-20,000 (VINTE MIL CRUZLIROS) per unidade de pinheires de certe, apra veitavel, cem e diametre de 0,48 (QUARENTA E OITO) centimetres para cima, medides na altura usual de tronce da árvere, efetuande neste ate a compradera diretamente a Chefia da Ajudancia de Rio Grando -de Sul, de Serviçe de Preteção ser Indies, per intermédie de Cheque Na 895239 emetide centra e Bance de Brasil S.A., Agência da cidade de Getúlie Vargas, nêste Estade, e pagamente da percela correspendente a 40 % (Quarenta per conte) de valer global des tres -mil (3.000) pinheires, devende es pagamentes subsequentes serem pra cedides dantre de prane astipulade pele presente centráte. QUARTA). A Firma compradora fica com a obrigação de replantio ma base de (3) tres mudas per cada arvere que fer abatida, ficande sujeita a fiscalizade, que será efetuada per funcionários credênciados pela --Ajudancia de R.G.S., de Serviçe de Preteção ses Indies; QUINTA) -A Firma compradora será responsável por qualquer dano, que em vir tude da execução des trabalhes da retirada des pinheires, for can sade a tercsires, não sé a prepriedade ceme a pessês; SMATA)- Os diverses trabalhes e despesas consequentes de retirada des pinhei res cerrerão per conta exclusiva da Piras campradora, não cabende saus algum as Service de Preteção aos Indias; SETIMA) - A Firma compradora se obriga, per si e seus propostos, a respeitar tedas as ordens emanadas de Serviçe de Preteção ses Indies e da LegisJuny!

2485

3= VIA A

lação que e rege; OITAVA) - A Firma compradora fica desde já invest da nes seguintes direites: a) - Livre acesse ae imével, ne local en de se encentram as árveres vendidas; h) - Abrir cerrederes, estradas ou outras vias de acesso, para exetração das téras; c)- Utilizar árveres que não sejam de lei, para ceratruir estaleires, pantes, penti lhões nescessáries as desenvolvimento das eperações de corte e extra çãe dos pinhoires vendides, independente de indenização ou outros pagamentes; d) - Conservar no imével animais, maquináries, e demais partences nescessários a extração e industrialização dos pinhoirospedende a Firma compradora, finde e praze contratual, retirar es ani mais e maquinários de sua propriedade, ficando perém, para e Serviço de Proteção ses Indias, as edificações, corcados, potreiros e demais benfaiterias que fizer no terrone da área Indigena; NONA) - A Firma compradora poderá user, gezar e livremente dispor como sous que fica sande es pinheires objétes dênte centrate, premeten e a vendedera fazer esta venda bea, firme e valiesa e igenta de dúvidas; DECIMA -Será aplicada a multa de CR\$ 500.000 (QUINHENTOS MIL CAUZBIROS).pêr infração a qualquer das cláusulas contratuais, debrande-se esta multa em caps de raincidência; DMCIMA PRIMEIRA) - A recipso de centrate com a consequento perda de pleno direito da ação ou interpolação ju dicial terá lugar quande; a) - A Firma compradora falir, entrar em concordata ou se dispolver ; b) - transferir no seu todo ou em parte e centrate sem prévia amência da Chefia da Ajudancia de R.G.S.. de Cerviçe de Preteção aos Indios; c)- Se verificar e não cumprimente de qualquer das condições de presents contrate; DECITA TAGUN-DA) - E facultado a Ajudancia do R.G.S. do Serviço do Pretecão aos -Indies alterar, aditar en reincidir e contrate para extração des pi nheires de que trata este centrate, quer per netificação de erdem -Administrativa quer per medida de erdem ecenèmica, sempre que ecer-



4.

27861

rer um des cases provietes a clausala anterjer, hão cabeade a firma compradora direito a processos centra o Serviço de Freteção aos -Indies; DECILA TERCETRA) - A Firma compracera monterá no local dos tra balhas um representante, devidamente credenciale, con quen a fiscalizução de vendeder pessus se entender; DDCINA (VARTA)- A Firas comprede ra, a critério da Chefia do Ajusancia de ...... de Corvice de ireteção ses indies e sen nen un casa para esta repartição, paderá insta lar serraries contre de fine de l'orte l'aligne fienezi, podeude retiré la quando findar o presente contrate; DESIMA (CIETA) - Constituem tam bêm, ebjête de presente contrate es pinhaires stingides per incimita, ouja extraçõe à prieritária; ....... : 0 2274) - à extraçõe des três mil -(3.000) pinheiron objetos dente cartrate, sorte faitas no praze de trinta e seie (36) meses, a partir desta data: DECIMA CATIVA)- ( prase estipulade para e pagamente dus prestuções cubasquentes será de 6em 6 meneu, a partir du assinatura deste centrate, sende duas presta ções de igual velêr 30 % ( trinta per cente ) de valer tetal; BECIMA OITAVA) - As despesas cerrespendentes se impeste de sele prepercie-nal devide sebre e valer de presente centrate, cerrerae per centa da Pirma compresera ( Art. 22 6 32 das normas Gerais de Decrete m2 -45.421, de 12 - 2 - 59 ); DNCIMA NOMA) - Ficam integrende as demais condiçãos, per ventura, emissan neste centrote, es que constam de E dital de concerrência administrativa acima referide; E. per estares justes e centratades assinam e presente em tres vias, de igual toèr. na presenza das testemunhos abaixo assinadas;

Ajudanois des R.G.S. Bu. 24 de maros de 1.965 Edler Lanes Vellene Thefe da Ajudancia de 1.60 - Prusidente de Camissão. Kenner C lastras Firma compradera. is Henier Gampafette -Tentemunha. 12 Testemanha

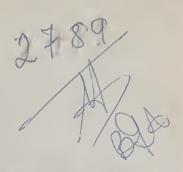


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

# SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Recebi do Snr..... a quantia de Cr\$.... proveniente de Wil Wensia simportância que será lançada no livro "Caixa" deste Posto. Posto Indigena de la Jem 2 ISENTO DE SELO, DE ACÔRDO COM O ART. 34 DO DECRETO N.º 5.484, DE 27 DE JUNHO DE 1928 Encarregado

#### MINISTERIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS AJUDANCIA DO RIO GRANDE DO SUL



Of.Nº 08

Em, 25 de março de 1.965

De Enc. du Ajudancia de Ris Grande de Sul

A. Snr. Enc. de Paste Indigena Neneai

Assundo: Comunicação (Faz)

Para es devidos fins, remete-ves, anéxe, as terceiras vias de Centrate de Cempra e Venda e a ata da Cencerrên cia Administrativa, respectivamente, realizade na Séde desta Ajudancia, relativa a venda de 3.000 ( três mil ) pinheires da área dessa Peind, a Firma Julia Renier Gamparetta.

2) Selicite desta Administração proceder a contagem e marcação des referides pinheiros e entrega-les ao Sennher acima citade, ebdercendo ao claúsulas de Centrate.

3) Apraveite a apartunidade pera apresentar maus protestas de alta estima « elevada consideração.

Incarregade da Ajudancia de R. G. S.

Of. N\$ 09 de 6/4/65 - Ajd. RGS Processo MA - 101 00841/65



Snr. Chefe da 7a.IR

Remeto, para os devidos fins, o Processo MA-101-00841/65, referente a Conc orrência Administra tiva realisada na Ex-Ajudância do Rio Grande do Sul, da venda de 3.000 pinheiros a fig ma vencedora - Julio Raniere Gaspap oto.

Em, 6 de Setembro de 1965.

João Lopes Velloso -Agente B-6 Enc. do Posto P. de Almeida.



#### ORDEN DE SERVICO INTERNA Nº 100

O Diretor do Serviço de Proteção aos Indios, no uso das atribuições que lhe confere a Lei vigente,

nonsiderando o disposto no art. 1º, itam 6, do Regimento do S.F.I., aprovado pelo Decreto nº 52 568, de 11 de outubro de 1 963,

DE CARVADAD, Chefe da 7a. Inspetoria Regional, com sede em Curitiba, Hatado do Paraná, para, em comissão a ser designada pelo referido Chefe, proceder a venda ou industrialização de madeiras dos Postes Indígenas subordinados à mesma I.R., inclusive assinar os respectivos contratos e demais expedientes necessários, obedecidas as normas e exigencias estabelecidas no Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, pelo Decreto nº 52 442, de 10 de setembro de 1 963 e o Obdigo de Contabilidade da União.

Dê-se ciência e cumpra-se

Drasilia, 24 de agôsto de 1 954
(a)

LUEZ VINHAS NEVES

Cap Av Luiz Vinhas Neves

Diretor do S.P.I.

CONFERN COM O ORIGINAL

Vivaldino de Bours Auxiliar de Pertaria nivel 700 do 3 do 8

ASS/BP

GS/

Ministério da Agricultura SERVICO DE PROTICAS AOS INDIOS 7a. Inspetoria Regional

Curitiba, Pr.

Of. nº 54

Em 18 de fevereiro de 1965

Do Chefe da 7a. Inspetoria Regional do S.P.I.

Ao Sr. Chefe da Agência do Departamento de Recursos Naturais Renováveis no Parana

Assunto

colaboração de funcionário (Solicita)

Sr. Chefe.

Condiderando que face a autorização de Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Indios farei instalar na Sede desta I.R. nesta Capital, Comissão de Concorrência destinada ao julgamento de Concorrência Pública que realizarei para a venda de sassafraz da área indígena do Pôsto Indígena "Duque de Caxias", situado no Estado de Santa Catarina e, outrossim considerando que da referida Comissão deverá fazer parte um funcionário do Departamento de Recursos Maturais Remováveis, tenho a honra de solicitar a digua colaboração de V.Ca. no sentido de extender a indicação do Sr. ITALO SAMPAIO a presente Concorrência, que será, então por mim, oficialmente, designado para membro da supracitada Concorrência.

Agradecendo a prestimesa cooperação de V.sa. para a concretização do que ora lhe solicito, valho-me dêste ensejo para reiterat a V.Sa. meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Alísio de Carvalho Chefe da Inspetoria

#### Ministério da Agricultura SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 78.INSPITORIA REGIONAL



#### PORTARIA Nº 3 de 17 DE MAVEREIRO DE 1965

de Proteção ana Indios, no uso do suas atribuições,

MARIA BEASTL, Agente de Proteção aos Indios, classe B, nível 6, ARTRIA BEASTL, Agente de Proteção aos Indios, classe B, nível 6 a ITA LO SABPATO, Genria, classe A, nível 8, os dois primeiros de lotação do Serviço de Proteção aos Indios, com exercício nesta Inspetoria e o último, lotado no Decartemento de Recursos Naturais Benováveis. / com exercício na agência do referido orgão, em Curitiba, Estado do Peraná, para sob a presidência do primeiro, constituirom a Comissão de Concorrência Administrativa, para a venda de 5.000 (Cinco mil) ma tros cúbicos de medeira - sassafraz de área do Pôsto Indígena DU - oum de Canada, situado no Município de Thirama, Estado de Santa Caterina.

Dé-es ciència e cumpre-se Unritiba, 17 de feveraire de 1965

Misto de Carmino Obefo de Inspetoria

CIMMIT:

Ammen Laute

Total augustin

#### CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

Com base na determinação do Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, expressa na Ordem de Serviço nº100 de 24/8/64 pelo presente, torno público para conhecimento de quem interessar possa que, no decurso de 15(quinze) / dias, contados da data da publicação do presente Edital, fica, até às 17 / (dezessete) horas do último dia, aberta a concorrência Administrativa, quan do serão recebidas propostas para alienação de: 5.000(cinco mil) metros de madeira - sassafraz- cortados tipo lenha. 2) - A madeira, objeto do presente Edital é pertencente ao Patrimônio Indígena, no Pôsto Indígena "DUQUE / DE CAXIAS", Municipio de Ibirama, Estado de Santa Catarina.

2194

As propostas deverão ser entregues na Sede da 7a. Inspetoria, sita à rua Ebano Pereira, 259 em Curitiba, Estado do Paraná, em envelopes fechados e lacrados, em 3 (três) vias, sendo a original, devidamente selada e com firma reconhecida, indicando o preço em algarismos, por extenso, e por unidade metro na forma acima indicada, fixando-os em Cr\$.1.000 (hum mil cruzeiros o preço básico-minimo por metro.

- 3) Os interessados ficam obrigados a:
  - a) Provar sua idoneidade financeira, com atestado passado por Banco da região onde está localizado o Posto, ou de Municípios circumvizinhos;
  - b) Fazer caução de Ora 100.000 (cem mil cruzeiros) na Caixa Reonômica Federal em Curitiba, antes do encerramento da concorrencia, caução esta que só será levantada depois de aprovada a concorrencia pela Chefia da I.R.7. e assinado o respectivo contrato:
    - e) Apresentar titulo de Eleitor e provar que votou nas últimas eleições;
    - d) Prova de quitação de todos os impostos, Federais, Estaduais e Funicipais;
    - e) Prova de quitação de imposto de Renda;
    - f) Prova de quitação com o serviço militar.
- 4) Sómente, serão consideradas as propostas que contiverem as seguintes condições minimas de pagamento:

2 a) - 40% (quarenta por cento) do valor total da proposta, ne ato da assinatura do contrato; b) - O restante do pagamento no prazo máximo de 180 (cento oitenta) dias. 5) - O licitante gambador obrigar-se-á a acetar a legislação e normas de trabalho do S.P.I., das prioridades à mão de obra do indio e a efetuar o replantio, na base a 3xl, da mesma essencia florestal ou de outra adaptada à região. 6) - As propostas serão abertas às 15 (quinze) horas do primeiro dia útil, seguintes aos 15 (quinze) da publicação deste Edital, na Sede da I.R.7, no endereço já citado, perante a Comissão para este fim designada, e na presenca de todos os interessados, devidamente oredenciados, devendo cada concorrente, na ata de abertura das propostas, a fazer / prova das exigencias contidas no item 3 (três). 7) - 0 vencedor da concorrencia obriga-se a retirar o material em licitação no prazo máximo de 2 (dois) anos, prorrogavel por um ano, provada a absoluta impossibilidade ultimação no primeiro prazo, devendo correr por sua conta todas as despesas consequentes desta operação. Ciritiba, /8 de Fevereiro de 1955 CONFERT COM O ORIGINAL Vivaldino de Souza Aux.de Portaria nível 7-A

JORNAL " A NAÇÃO " DE BLUMENAU- ESTADO DE SANTA CATARINA EDIÇÃO DO DIA 23 '02/65

# Edital

## Concorrência Administrativa

Com base na determinação do Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos findios, expressa na Ordem de Serviço nr. 100 de 24-8-64 pelo presente, torno público para conhecimento de quem interessar possa que, no decurso de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do presente Eklital, fica, até às 17 (dezessete) horas do último dia, aberta a concorrência Administrativa, quando serão recebidas propostas para alienação de: 5.000 (cinco mil) metros de madeira — sassafraz — cortados tipo lenha. 2.) — A madeira, objeto do presente Edital é pertencente ao Patrimônio Indígena, no Pôsto Indígena "DU-QUE DE CAXIAS", município de Ibirama, Estado de Santa Catarina.

As propostas deverão ser entregues na Séde da 7a. Inspetoria, sita à rua Ebano Pereira, 269 em Curitiba, Estado do Paraná, em envelopes fechados e lacrados, em 3 (três) vias, sendo a original, devidamente selada e eom firma reconhecida, indicando o preço em algarismos, por extenso, e por unidade metro na forma acima indicada, fixando-os em Cr\$ 1.000 (hum mil cruzeiros) o preço básico-mímimo por metro.

- 3) Os interessados ficam obrigados a:
  - a) Provar sua idoneidade financeira, com atestado passado por Banco da região onde está localizado o Pôsto, ou de Municípios circunvizinhos;
  - b) Fazer caução de Cr\$ 100.000 (eem mil cruzeiros) na Caixa Econômica Federal em Curitiba, antes do encerramento da concorrência, caução esta que só será levantada depois de aprovada a concorrência pela Chefia da I.R.7. e assinado o respectivo contrato;
  - c) Apresentar título de Eleitor e provar que votou nas últimas eleições;
  - d) Prova de quitação de todos os impostos, Federais, Estaduais e Municipais;
  - e) Prova de quitação de impôsto de Renda;
  - f) Prova de quitação com o serviço militar.
- 4) Somente, serão consideradas as propostas que eontiverem as seguintes condições mínimas de pagamento:
  - a) 40% (quarenta por cento) do valor total da proposta, no ato da assinatura do eontrato:
  - b) O restante do pagamento no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.
- 5) O licitante ganhador obrigar-se-à a aceitar a legislação e normas de trabalho do S.P.I., das prioridades à mão de obra do índio e a cfetuar replantio, na base a 3x1, da mesma essência florestal ou de outra adaptada à região.
- 6) As propostas serão abertas às 15 (quinze) horas do priuna cognintea sos 15 (quinze) da publicação deste Edital, na Scde da I.R.7., no endereço já citado, perante a Comissão para este fim designada, c na presença de todos os interessados, devidamente eredenciados, devendo cada coneorrente, na ata de abertura das propostas, a fazer prova das exigências contidas no item 3 (três)
- 7) O vencedor da concorrência obriga-se a retirar o material em lieitação no prazo máximo de 2 (dois) anos, prorrogável por um ano, provada a absoluta impossibilidade ultimação no primeiro prazo, devendo correr por sua conta todas as despesas consequentes desta operação.

Curitiba, 18 de fevereiro de 1965.

ALISIO DE CARVALHO - Chefe da Inspetoria



JORNAL " A NAÇÃO " de Blumenau, Estado de Santa Catarina."

PRORROGAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

EDIÇÃO DE 04-03-1965

JORNAL "A NAÇÃO " de Blumenau, Estado de Santa Catarina

PROTROGAÇÃO DE CONCORMÊNCIA ADMINISTRATIVA

EDIÇÃO DE 04-03-1965

Ministério da Agricultura
SERVICO DE PROTROGÃO AOS INDIOS
7a. Inspetoria Regional

GONDOFICACIA ADVIN STRATIVA

Por motivo de força maior, fica adiada para o dia 18(doze)

do mês corrente, a Concorrência Administrativa para venda de 5.000(
cinco mil) metros cúbicos de madeira - sassafraz - pertencente ao Pa
trimônio Indígena do Pôsto Indígena " DMQUE DM CAXIAS", situado no /
Município de Ibirama, Estado de Santa Catarina.

A presente Concorrência Administrativa, foi publicada no jornal " A Nação" de Blumenau, nos dias 23-24 e 25 do mês próximo / passado.

Ciritiba, 04 de Março de 1965

Ass. Alisio de Carvalho Chefe da Inspetoria

CONFERE COM O ORIGINAL

Vivaldino de Souza

Aux. de Portaria nivel 7-

2198

of. Nol

Ouritiba-Pro 11 de março de 1965

Chefe da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Indios. Sr. Gerente da Caixa Econômica Federal do Paraná- Matriz : Edital de Concorrência Administrativa ( Remete)

Sr. Gerentes

Encaminho a V.Sa., para os devidos fins, cópia do Edital de Concorrância Administrativa, para a venda de / 5.000(Cinco Mil) metros de madeira- sassafraz no Pôsto Indígens " Duque de Caxias" Município de Toirama, Estado de San ta Catarina, Unidade do Serviço de Proteção aos Indies, jurisdicionado à esta Regional.

Informo a V.Sa., ao ensejo de conformidade com a condição 2a. (segunda) do Edital em aprêço, deverá o propo nente depositar uma caução, nessa Agência, no montante de / Cr\$ 100.000 (CEM MIL CRUMHIROS), a qual só será liberada me diante expediente remetido a essa Caixa, pela Chefia desta Regional.

Aproveito a oportunidade, para apresentar a V. Sa., os meus elevados protestos de elevada estima e distinta consideração.

Alisto de Carvalho Chefe da Inspetoria TA. TO DA AGRICULTURA CEO AGS INDIOS

2799

## CETTA DE PRECLUMENTO

O Br. MAX WITTE

vai à Tescuraria da Ceixa Boonômica Federal do Paraná-Matriz de / Curitiba, a fim de all depositar a importância de Cré 100.000 (com MIL CREMINOS), commespañames à Caupio de que trata a condição 5 (três), alímes à de mittal de Concerrência Administrativa, publica de em e jornal "A Mação" de Blumenau, Retado de Santa Catarina, mos dias 23, 24, e 25 de fevereiro de corrente ano, ficando dest'arte / apto a participar da Concerrência Administrativa, mediante a apresentação de deposito da presente Caupão, comacante dispõe a referi da condição de suprecitado Maital da Va. Inspetoria Basional do / Berviço de Proteção aos Indios.

IN WET-Ourisiba-PR, 2 de merco de 186

Alfaio de Carvalh

JOSE BENTO PARQUES
10. TABELLAO

A presente fotocópia é reprodução fod do districto apresentado neste cartillo al cuta.

Carial of Maria 1965
Rachel Coerosy
Eser. Zur.



411-100 01-3°

JOSÉ BENTO MARQUES

A pr ente for cópia é reprodução fiel ... apresentado nesse cartó.

Carinba, 1. 196

Carinba, 1. 196

Fosen. June.



2.800 ( Cem mil cruzeiros), pela Birma " AX VEISE", para de Wit na sua c/c nº 909 "A" dep. Caucionados à favor da 7º Inspetori Regional do Serviço de Proteção ao Indios .-Pela " CAIXA ECONOMICA BED ERAL DO RARAN". Curitiba. 12 1 margo 1 1.96 .edd. set inne .Abo Chele da Partoir de Dedicto, 1.24

PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE SASSAFRAZ, DA AREA DE DO POSTO INDÍGENA " DUQUE DE CAXIAS"

do, industrial, residente e domiciliado na cidade de Ibirama, do Es tado de Santa Catarina, tendo em vista o edital de COMCORRÊNCIA AD MINISTRATIVA expedido pela Chefia da 7a. Inspetoria Regional do Ser viço de Proteção aos Indios-Ministério da Agricultura, datado de 18 de fevereiro do corrente ano e publicado no Jornal "A Nação", da ci dade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, em suas edições de 23, 24 e 25 do mesmo mês e ano, propõe-se adquirir cinco mil metros-5.000m.) de madeira de sassafraz, cortada tipo lenha, ao prêço de hum mil e Tra zentos cruzeiros) (Cra 1.300,) por metro, em pé, no mato, pertencente ao patrimônio do Pôsto Indígena "Duque de Caxias", no distrito de José Boiteux, do Município de Ibirama.

O proponente, atendendo às demais condições inscritas no edital alúdido, prontifica-se efetuar o pagamento de quaren ta por cento (40,0) do valor de sua proposta, no ato da lavratura do contrato respectivo, integralizando o pagamento nos cento e oitenta dias subsequentes, global ou parceladamente, a critério do perviço de Proteção aos Indios.

Obriga-se, outrossim, o proponente, a aceitar a legistação e normas de trabalho do Serviço de Proteção aos Indios, dan do prioridade à mão de obra dos indígenas localizados naquele Pôsto, e bem assim, efetuar o replantio da mesma essência ou outra florestal, adaptavel àquela região, da forma que o determinar o Serviço de Proteção aos Indios. Propõe-se, finalmente, extrair a madeira licita da no prazo estipulado de dois (2) anos, contados da assinatura do con trato, optando pela prorrogação por mais um (1) ano, caso sobrevenha motivo importante que o impeça fazê-lo nos dois primeiros anos.

Curitiba, em 11 de março de 1965
Ass. Max weise

CONFERE COM O ORIGINAL

### PROPOSTA PARA AQUISICÃO DE MADEIRA DE SASSAFRAZ. DA AREA DO PÔSTO INDÍGENA " BUQUE DE CAXIAS"

O infra assinado, MAX WEISE, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade de Ibirama, do Es
tado de Santa Catarina, tendo em vista o edital de CONCORRANCIA AD
MINISTRATIVA expedido pela Chefia da 7a. Inspetoria Regional do Ser
viço de Proteção aos Indios- Ministério da Agricultura, datado de 18
de fevereiro do corrente ano e publicado no Jornal " A Nação", da ci
dade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, em suas edições de 23, 24
e 25 do mesmo mês e ano, propõe-se adquirir cinco mil metris-5.000m.)
de madeira de sassafraz, cortada tipo lenha, ao prêço de hum mil e Tra
zentos cruzeiros) (Cr\$ 1.300,) por metro, em pé, no mato, pertencente
ao patrimônio do Pôsto Indígena "Duque de Caxias", no distrito de José Boiteux, do Município de Ibirama.

O proponente, atendendo às demais condições inscritas no edital altidido, prontifica-se effetuar o pagamento de quaren ta por cento (40%) do valor de sua proposta, no ato da lavratura do contrato respectivo, integralizando o pagamento nos cento e oitenta dias subsequentes, global ou parceladamente, a critério do perviço de Proteção aos Indios.

Obriga-se, outrossim, o proponente, a aceitar a legistação e normas de trabalho do Serviço de Proteção aos Indios, dan do prioridade à mão de obra dos indígenas localizados naquele Pôsto, e bem assim, efetuar o replantio da mesma essência ou outra florestal, adaptavel àquela região, da forma que o determinar o Serviço de Proteção aos Indios. Propõe-se, finalmente, extrair a madeira licita da no prazo estipulado de dois (2) anos, contados da assinatura do contrato, optando pela prorrogação por mais um (1) ano, caso sobrevenha motivo importante que o impeça fazê-lo nos dois primeiros anos.

Curitiba, em 11 de março de 1965
Ass. Max veise

CONFERE COM O ORIGINAL

## PROPOSTA PARA AQUISICAO DE MADEIRA DE SASSAFRAZ. DA AREA DO POSTO INDIGENA " BUQUE DE CAXTAS"

do, industrial, residente e domiciliado na cidade de Ibirama, do Es tado de Santa Catarina, tendo em vista o edital de CONCONRANCIA AD MINISTRATIVA expedido pela Chefia da 7a. Inspetoria Regional do Ser viço de Proteção aos Indies- Ministério da Agricultura, datado de 18 de fevereiro do corrente ano e publicado no Jornal " A Nação", da ci dade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, em suas edições de 23, 24 e 25 do mesmo mês e ano, propõe-se adquirir cinco mil metros-5.000m.) de madeira de sassafraz, cortada tipo lenha, ao prêço de hum mil e Trazentos cruzeiros) (Cr\$ 1.300,) por metro, em pé, no mato, pertencente ao patrimônio do Pôsto Indígena "Duque de Caxias", no distrito de José Boiteux, do Município de Ibirama.

O proponente, atendendo às demais condições inscritas no edital aladido, prontifica-se edetuar o pagamento de quaren ta por cento (40,0) do valor de sua proposta, no ato da lavratura do contrato respectivo, integralizando o pagamento nos cento e oitenta dias subsequentes, lobal ou parceladamente, a critério do perviço de Proteção aos Indios.

Obriga-se, outrossim, o proponente, a aceitar a legislação e normas de trabalho do Serviço de Proteção aos Indios, das do prioridade à mão de obra dos indígenas localizados naquele Pôsto, obem assim, efetuar o replantio da mesma essência ou outra florestal, adaptavel àquela região, da forma que o determinar o Serviço de Proteção aos Indios. Propõe-se, finalmente, extrair a madeira licita da no prazo estipulado de dois (2) anos, contados da assinatura do co trato, optendo pela prorrogação por mais um (1) ano, caso sobrevenha motivo importante que o impeça fazê-lo nos dois primeiros anos.

Curitiba, en 11 de março de 1965 Ass. Max weise

CONFERE COM O ORIGINAL

ATA DE ABURTURA DAS PROPOSTAS I ARA AQUISIÇÃO DE MADRIRAS - SASSÁFRAZ

DA CONCONTÂNCIA ADMINISTRAÇÃO CONTRAMES DO EXITAL PROPLICADO NO JORNAL " A MAÇÃO " DE ELIDERAS (80)

Aos doze(12) dies do sés de largo de ano de mil novementos e sessenta e cinco(1965), na Séde da 7a. Enepeturia degio nol do Serviço de Proteção aos Indres, na lina Abano reserva, nave, ne cidade de Curitiba, Capital do Ostado do Perené, presentes o Agen te de Protocko mus indios, nivel 6-34 magazità secucità la simali BRA STI, Presidento da Comació de Concerrância administrativa, agenta / de Protecão sos Indios, mirel 5-8 - ANTROS VALOS o quer la mirel 8-A-ITALO SAMBALO, on dois últimos membros, és l'Adeussia) lutte projeden se à abertura da inich proposta apresentada para a aquisição de 5.000( cinco mil) metros eguicos co sedesar sesenfraz post tentende na presen te Concorrância Administrativa, cujo Lielmante(inico) a respectiva oferta for a seguinte: Proposte inica: MAK dillet, Preço efertado por unidade:- Ord 1.300( NUM MIN H YNVERHOPOS JADIMIROS); Jondiçãos de pa gamento: 40%( OWARUNEA) por cento ào valor globel de 5.000(CINGO MIL), metros ribicas de madeira sessamos, no ato da assinativa do contrato e os pagamentos sobsenuentes no prezo de 180(OEFTO E OFFEMIA) dias. s conter de analmavors do contravos dosmançãos contra de desais conti offes remontas no biltal. Pela proposta apresenteda, foi adjudicada a o presente Comentrancia Administrativa, acudo comacamentemente notici ceda à nomercom a Seda de Va. Inspetants Megional de Surviço de Pro tecan ses incies, re R. a Thank Pereire nobe, or Jurivile, Wetado do Parana, para os providências de assimatura do respectivo contrato: A firm MAR THEM Apresentou a seguinte documenta No. a fin de partici par da presente Comecráncia Administratva: Recibo de canção de Or\$ 200.000(Jun MIL (ANJENNOS), de Calka Econômica Federal do Parená; Cer tidamonagatitva - Prefeitura Sumicipal de Dirama(So); Certidão negativa- Exatoria de Rendas Estaduais(Se); Certidão negativa - Coletoria Federal de Ibirama(Sc); Certidão negativa nº182- Delagacia Seccional

do Imposto de Renda; Atestado de idoneidade do Banco Nacional do Parana e Santa Catarina S/A; Título de eleitor nº 3208- 4a. secção e Certifica do de Reservista, 3a. categoria do 93 R.I. E, pera constar, en Maddino de Portaria, nível 7a, do quedro us l'essoal Permanente do Ministério da Agricultura, lotado no Serviço de Proteção aos Indios, Lecalizado e com exercício no Sede da suprucitada Inspetorio Regional, lavrei a prosente ATA que val assinela pelas passone nela indicadas.

IR7-byr-deritaba-br., ik de parço de 1965

Theilore Augusto de Calare Breadl Presidente da Joulesão

> ertiur san Memigro

liembro /

Curitiba, er.

of. nº 99

30 de março de 1965.

Chefe da 7a. Inspetoria Regional do S.P.I. Sr. Gerente da Caixa Econômica Rederal do Paraná - Matriz liberação de caução (solicita)

Im referência ao ofício nº 1, de 11 março do corrente ano, do pr. Presidente da Comissão, digo, do pr. Chefe da 7a. Inspetoria Regional do J.P.I. e tendo em vista a condição 3 (três) item "b", do Edital datado de 18/2/65, desta Inspetoria, publicado no jornal "A NAÇÃO", de Elumenau, edição do dia 24/2/65, de Concorrência administrativa para a venda de 5.000 (cinco mil) metros de madeira - sassafraz - , da área do Pôsto Indígena "Duque de Caxias", situado no Manicípio de Ibirama, Estado de Janta Catarina, científico-vos que fica liberada a caução do proponente MAX ÆIS.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V. Ja. meus protestos de alta estina e distinta consideração.

Alisio de Carvalho Chefe da Inspetoria

Ministerio da Agricultura SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INCHOS 1, 19, 7 Protocolede seb n.º 382 2 00 maio 00 106%

Curitiba, 2 de maio de 1.967.

Ilmo. Sr. Chefe da 7º Insp. Reg. do S.P. Indios Nesta. -

Prezado Senhor:

Tendo em vista os oferecimentos desta Inspetoria, através de editais já publicados, na cidade de Xanxerê, e divulgados através da imprensa, colocando a venda mil e quinhentas dúzias de madeira de pinho serrada, venho propo r a compra das mesmas.

Para tanto, ofereço o preço de N Cr.\$ 10,50 (dez mil eruzeiros novos e cincoenta centavos) - ou sejam dez mil e quinhentos cruzeiros antigos - por dúzia , retirando a quantia oferecida da que se encontra lá estaleirada, correndo por minha conta dita tarefa e despeza.

Outrossim, aproveita o ensejo para registrar que o proponente foi quem serrou dita madeira, tendo se conduzido de maneira correta sempre ante este Serviço, fato que mais de uma vez, registrado pelo antecessor de V. S. - sr. Chama, ainda, a atenção de V.S. que o antigo chefe havia dado prioridade ao proponente para aquisição des ta madeira, em igualdade de condições com qualquer outro ofer tante e que, se anteriormente, não se habilitou para a compra foi porque, até então, não estava em condições de fazer o pa gamento, na forma desejada por este Serviço, ou seja a vista.

Pede que seja comunicado por carta a Xanxerê, sobre a solução desta proposta. Tão logo receba a comunicação, se aceita a proposta, fará o pagamento.

Sem mais, cordialmente

Ernani Coitinho -

SEBASTIAO LUCENA DA SILVA

Chefe da Inspetoria



#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Serviço de Proteção aos Índios

### Proc. IR 7 - nº 382/67.

2809

Senhor Diretor,

Considerando as dificuldades encontradas pelo meu antecessor, na venda da madeira, objeto da presente proposta, na forma prevista em AVISO, datado de 24 de fevereiro próximo findo, publicado na última página do Periódico "IMPRENSA DO POVO", de 26 seguinte, editado na Cidade de Xanxerê - Santa Catarina e, considerando mais, ser a proposta em análise superior a apresentada pela Firma JOÃO B. To-NIAL & FILHOS, constante do apenso Processo IR 7 nº 383/67, considerando ainda, as condições da citada madeira, com tendência a maior depreciação, submetemos a presente a elevada determinação de V.Sª., opinando pela aprovação.

No tocante a pretendida prioridade aludida pelo Proponente, não levamos em consideração, por ser notória a inexistência da outorga dessa preferência por parte do meu antecessor.

Curitiba\_Pr. IR 7 - SPI - EM, 3 DE 5

SEBASTIAO LUCENA DA SILVA

Aprovo.

Curitiba-Pr. IR7-SPI, 4 de maio de 1.967.-

Cel. Hamilton de Oliveira Castro

Diretor do S.P.I.



#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

2810

CÓPIA PARA CONTROLE DE SERVIÇO

SR. ERNANI COITINHO XANXERE - SANTA CATARINA

69 03 05 67 INFORMO PARA OS DEVIDOS FINS VG
SENHOR CEL. DIRETOR SPI VG APROVOU PROPOSTA VOSSA SENHORIA
COMPRA UM MIL ET QUINHENTAS DUZIAS MADEIRA SERRADA ET ESTOCADA
POSTO INDIGENA DOUTOR SELISTRE DE CAMPOS VG SITUADO MESSE
MUNICIPIO PT MESTAS CONDIÇÕES SOLICITO SEU COMPARECIMENTO SEDE
DESTA REGIONAL VG A RUA EBANO PEREIRA VG NUMERO DUZENTOS ET
SESSENTA ET NOVE VG CURITIBA PR VG FIM INTEGRALIZAR DITA
TRANSAÇAO EFETUANDO RESPECTIVO PAGAMENTO PT SDS

SEBASTIAO LUCENA DA SILVA CHEFE IR 7 S.P.I.

JR7- Nº 382/67

Manuel

Chefe IR-7



Modêlo: 31

A

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Serviço de Proteção aos Índios Proc. IR. 7/nº382/67. 28/1/248

	×	No. d		
-				
	 			-
	 		 	-
	 · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		 	
	 	,	 	

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA CRUEN DE SERVIÇO INTERNA Nº 26 C Chefe da 78 Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Indios, usando des atribui-ções que lhe confere o Art. 11, item III, do Regimento aprovado pelo Pecreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1.963, RESCLVE, tendo em vista o que censta do despacho do Sr. Cel. HAMILTON DE CLIVEIRA CASTRO, Diretor deste Serviço, proferido no Processo I.R.-7, nº 382/67, autorizar ao Sr. ATILIO MAZAINTII, ocupante do cargo de Agente de Proteção aos Índios, classo B, nível 6 (P 1802-6.B), do Quadro de Pessoal Parte-Permanente do Ministério da Agricultura, lota do nêste Serviço, localizado e presentemente exercendo a função de Encarregado do Poind "Dr. SELISTRE DE CAMPOS", situado no Município de Kanxerê, Estado de Santa Catarina, a entregar ao Sr. Ernani Ccitinho, ou a quem pelo mesmo for autorizado, o total de 1.500 (uma mil e quinhentas) dúzias de madeira de pinho serrada e estocada na serraria do citado Pôsto. Ficando outrossim, o Encarregado ora autorizado, com a incumbência de manter rigorosa fiscalização na retirada dessa madeira, devendo comunicar a esta Chefia, tão logo sejem concluidos aqueles trabalhos. né-se ciência e cumpra-se SEBASTIAO LUCENA DA SILV SLS/ff. CIÊNTE: Para fiel cumprimento, recebi o original da presente Ordem de Serviço .-En, 8/5/1.967.tiliomarulotti Atilio MazaZotti Agente de Prot. aos Índios, 6-B.-



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Serviça de Prateçãa aas Índios 7.a Inspetaria Regianal Curitiba - Paraná

Mem. N.º 37467.-

Ilmo. Snr. Chefe da I.R.7a.60 S.P.I.-Curitiba.-

Snr. Chefe:

Ministerio da Agricultura

SERVICO DE PROTEÇÃO AOS MIDIOS

1. F2. 7.

Protocolisão pob n.º 827

The 16 decAgasta de 1067

Em 4 de agosto de 1967.-

2.813

Comunico que pelo funcionario Nereu M.da Costa, foi entregue ao Enr. Ernani Coitinho, 1.500 duzias de taboas, conforme Ordem de Serviço Interna nº.26, estocadas no pateo da serraria do Posto, conforme nota de remessa inclusa, nº.179 a 225, com escessão das notas nº.202, 205 e 210, que foram utilisadas pela firma compradora para outros fins.

Sendo o que se oferece o momento, firmo-me

Agente Enc. do Fosto.

Para ficilità au Agente Enc. do Fosto.

Processo SR7 No 382/67 DR. Ohele:

Curitiba-Pr. IR7-SPI-EM & DE 1967 Juntes ao IR-+ nº 382/67

SEBASTIAO LUCENA DA SILVA.

Chefe da Inspetoria

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

#### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

## Nota de Remessa

No 179

#### Filial:

Remete à	/ · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Inscrição Estado C	
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	тотац
94 124 18	(cca. 5.12.18 13.6.18 13.18 13.18	25.21- 25.25 36,-	

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

M	a	t	Ľ"	i	Z	?

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

## Nota de Remessa

No 180

#### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê - Remete à la colorida Ima Italy	Inscrição, / 4
na cidade de de Es	tado C.C.
Xanxerê, / 1 maio / 196 4	As seguintes mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias	P. Unitário TOTAL
150 2 + 9 + 18 173 + 13 + 13 174 + 9 + 13 115 Par	225 6 18 6 9 1ab. 259,5 21 7 1. 44 3 18 1 540,5 43/3 TC
	80
Transportador: Votal cius Vivian  Local: Remetente Se	Placa 3-60-39

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

3 6	ī	tr	ы	-	ı
W			п	1/2	į

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

## Nota de REMESSA

No 181

#### Filial:

Remete a	de de Sorto Srio En E	Inscriçã Estado <u>&amp; .</u>	0, 1. 7
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
26	1 3 1 2 1 8 B	3 78	31,50
Transpo	ortador: Janstuo Telippe	P	laca
Local:	Remetente		0,040,040,040,040,040,040,040,040,040,0

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

#### Matriz:

XANXERÈ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

## Nota de REMESSA

No 182

#### Filial:

-			
MADEI	REIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê	- Estado d	le Sta. Catarina,
Remete	à Madeirenz Ing Idg		
na cid		stado - C	
Xanxer	ê, /2 1 mais / 1967		tes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
62	Jecas 3112 118	186	1567
651	( 1 1 1 x 1 2 x 1 8	975	8 1.5
26	1 1/1 x 6 x 18	29	2 5
111-15	1 1 1 1 X 18	236	19 8
2 7 4		5.4.8,5	45 8 , V C
			\$ \\ \tag{\frac{1}{2}}
Transpo	ortador: Gorly Fost wells.	Pla	ca
	Scrain S. P. 7 Remetente	reil.	)

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

(A)	400	a	6				
II'M	70	0	中	13911	м		В
EΨ	ж.	u	a.	A.	2	6-1	В

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No. 183

#### Filial:

Remete	ade de Paris Jungan Es	Inscrição stado S	), / <del>T</del>
Xanxer	ê, /4/ maio / 1967		tes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
241	Decas 2 12 x 13  1 2 6 18  2 9 17  1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	36/	5,47 1 30 1 5 36 C
	portador: English Remetente		aca

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

#### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

## Nota de REMESSA

No 184 %

#### Filial:

MADEII Remete	à ma deneira mà dels	Inscrição	),
Xanxer	ê, 1 mais 1967	As seguin	tes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	ТОТАЬ
221	becas 2 + 12 + 18 2 + 12 + 1x	22/	3 <del>1</del> <del>7</del> <del>2</del>
	Des: CGC - 83854315		W 10.30
Transp Local:	(//, (*))	Pla	ica 73-60-50

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

#### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

## Nota de REMESSA

No 117 185

#### Filial:

MADEIREIR A	IMÁ LTDA. estabelecida em Xan	verê - Estado de	Sta Catarina
	Madeireira Lung - Tolg		13
na cidade de			1
Xanxerê,	21 mais 1 19 67		es mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
134 1/	372713 11 272713	192 60 258 518	16 5 2 <b>1</b> 6 4 <b>3</b> , 6
	106. CGC. 83854.	SIS Pla	ca 73 60-3
Local:	Remetente	and I hanfurd	***************************************

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

M	a	tr	iz	
TAT	14	LA	4 44	۰

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

## Nota de REMESSA

Nº 1 1861

#### Filial:

MADEIREI Remete à na cidade	Millering June Je	Estado S	e Sta. Catarina,
Xanxere,	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
211	3 + 12 × 13 2 × 12 × 13 1, 3 6 × 18		49, 7 0
Transpo	rtador Remetente	JANE F	Placa 4154 12

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

0 1		ı				
M	60	190	'Sra	٦	27	9
TAYY	u	8.	a.	à.	60	4

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

## Nota de Remessa

No 187

#### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxe Remete à Madeireira fina Stola na cidade de Combre Vanxerê, 13   Madeireira   1907	rê - Estado de Sta. Catarina, Inscrição, Estado As seguintes mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias	P. Unitário TOTAL
Transportador: / Dining / Remetente	Placa × 3.60.39

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

#### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 11388

#### Filial:

	IREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê	- Estado d	e Sta. Catari	na,
Remet	eà Missir Jone 3 Folis	Inscrição	0,17	
na cid	lade de Porto Juzine Es	stado 5	-l	
	rê,15 / May 0 / 1962	,	tes mercador	
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL	~
739	3+12+18	1139	349	
34	11/2-12-18	34	4 3	<
10	1/2 + 9 + 1,2	1.0	# 19	
1	1/2161018	1 12 11	(1)	·····
84	NIST A	184	40 0	
***************************************				
*********			8	3
			C C	ر فر
n				6
p+00***********************************				in
Trans	portador: JUM / July "	Pla	aca 🐪 😘	0
Local:	Remetente			

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

~ ~					
MM	~	P -971	ñ	27	8
M	u	しょ	2	LA	

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

Local: Jemos. D. Ct

## Nota de Remessa

No. 177 189

#### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê -		
Remete à Mudderia: Jimi Ltolo	Inscrição	
na cidade de Parto Ju Zem Es	tado J	<i>Y</i>
Xanxerê, 45   Mearo   1962	As seguin	tes mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
119 1/2+82+18 171 1/2+9+18 55 2+12+18 49		4/52
Transportador: Jary marin	Pl	aca23-60-3-8

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No. 190

#### Filial:

MADE	REIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê	- Estado de	e Sta. Catarina,
Remete	à Mendorine Jana Stalle	Inscrição	), <u>A</u> j
	lade de Parlo Su Eme Es	tado	£.
	rê, 15 / Mario / 1967	As seguin	tes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
250	2 - 12 - 18		
270	2 + 12 × 12	322	50,9,1c
1	11/5+6-18/		
341			
p			9.7
			8
			2
Tran	sportador: Dok Bust rolla	P	laca/11-84-57
Loca	1: Jano 5 Py Remetente	and the	***************************************

acteixeixa toma little Moto 19 191 12, 18 2, 12, 18 2, 9, 18 246405 12, 18 12 9, 18 La Can 2 48-60-50 Jose Fra Gede Jos F. Gois- Em 26-1 au 1:961 Ja Lisa on of spæssente mota en læan Mota en mutiliga la a 30

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

(3 AP						
11//	0	400	THE	8	17	
M	u	ı,	Ž.	7	4	

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

## Nota de REMESSA

No \_\_\_\_\_\_192

#### Filial:

MADE	IREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanz	xerê - Estado d	le Sta. Catarina,
Remete	e à /// 6	Inscriçã	0,
na cid	lade de <u>Cunsalo</u>	Estado /	
	rê, 16 / 1/10/0 / 19/07		tes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
222 206 488		1/3/5	36,4,16
Trans	portador:	Pl	aca 33-60-39
	: Jenice Remetente		

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No 193

#### Filial:

Remete à //	IMÁ LTDA. estabelecida em Xanx	Inscrição,
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário TOTAL
239 2 4 1 3 7 1	2.1.3	48/40,/-0
Transportador:	Remetente	Placa 33 - 6

# SEIREIRA. IMÁ. LTDA.

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

3 42						
	~	T	13/11	4		u
M	u	Ł	Z.	ı	~	

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 194

### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabeleció Remete à Maria Jana na cidade de Maria Sur Fre. Xanxerê, 18   Maria 196	Es	Inscrição,	15
Quant. Descrição das Mercado	rias	P. Unitario	ТОТАЬ
28 2+9+18 27 17:-12+13 13 17:+9+18  Getulio Batussini	216 - 224 - 44 - 435 145	540	45 1/2 =
Transportador Den & J. /.		Pla	cast1-84.5%
Local:	Remetente (*)	CA Cer	

# MADE REIRA IMA LTDA

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

(A	æ		a.		٠		
134	74	~	÷	2011	П	7	•
ΥÀ	J.	a	t.	A	1	63	

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 1195

#### Filial:

Remete		Est	Inscrição ado	
Quant.	Descrição das Mercadorias	4	P. Unitário	TOTAL
245	2 + 12 × 13		Q45	40,100
Transpo	ortador: 1/1 1/2 Remetente	(A	Ple	aca 73-60-39

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 196 %

#### Filial:

MADEIREIRA	IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê -	Estado d	e Sta.	Catarina,
Remete à	11. Carry in 1 was	Inscrição	0, //	
na cidade de	Es Tueffe Es	tado S	4	
Kanxerê, 18	1 Mosio / 1964	As seguin		
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitario	то	TAL
12 1 3 7 1 3 1 3 7 1 1 2	9 + 18 3+9 + 18 12 × 12 - 2 + 12 + 18	<b>45</b> 2	35,	<i>Q</i> . <
Transportado	r: 2 4 1 1 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2	PI	aca 73	20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 20 2

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No 1974

#### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê		
Remete à	Inscrição	0,
na cidade de Es	stado	7
Xanxerê, / / / / / / / / / / / / / / / / / / /		tes mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
739 1 2 + 12 × 18		
7 7 7 7 7 6		•••••
71 3 7. 17 1. 18	419	34,11 @
53 1/2 12 1 18		
78 1/2 1 9 + 17		
39		
1 200		2
		00
\((\)	Es	
		8
		7-1
Transportador:	Pla	ica 2006000
Local: Remetente		

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 198 1

#### Filial:

BEATOTT		13.7 A T (137)				
						e Sta. Catarina,
Remet	e à 🛶	I de Contara de	2	S. Mary	Inscrição	),
na cid	dade de	Anda i	LOCAL PARA	Est	-	***
		1 1/1/25				tes mercadorias
Quant.		Descrição	das Mercadorias	ŀ	P. Unitário	TOTAL
163	14	12 413		***************************************		
3/23	1. 1. 7	1 1 1 3			435	36,3,5
j			4			
18******	113	Market		***************************************		
***************************************			•••••••••••••••••••••••••••••••••••••••			
		a.	***************************************			
•					••••••	
	***************************************			i		1 00
***************************************				70 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0		Soft Co
************			1818 April - 1818 - 1818 - 1819 - 1819 - 1819 - 1819 - 1819 - 1819 - 1819 - 1819 - 1819 - 1819 - 1819 - 1819 -	1 & Sala - shape space star   Sala - a - a - a - a - a - a - a - a - a		(100)
				••••	•••••	
Transp	ortador:	70e - 6			Pla	cakelless
			Remeter	The Parks	11	

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

ΥЛ	~	÷	15000	9	77	
M	u	L	X.	T	6	

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 1994

#### Filial:

MADEIREIR Remete à	11:11 111	a	Inscrição	2
na cidade	de 1 1/102/10 1 19/4 L	Est	ado As seguint	es mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias		P. Unitário	TOTAL
1.12	5 + 12 + 18 15 A		420/	33, 4 C
Transporta	ador: Just Remeten	te Pui	PI	aca#3-20-20

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

	9 6	UL	61
latriz:	E	M	S

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 2000

#### Filial:

	EIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxer		
Remete à	My son france It le	Inscrição, -/	La.
	e de 1880 Juden	6	;
Xanxerê,	26 1 - Maia / 1965	As seguintes i	nercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitario	ТОТАЬ
110	2-12-118		
4/2	3 7 6 - 13	510,5 4	12 /2 1
	2 4 /2 1/2 /5		
908	VIST I		••••
			6
			$\sim$
		6	1/0
****			
	, / \. \. \. \. \. \. \. \. \. \. \. \. \.		<i>A</i> 3 = :
Transpor	tador: The Martine	Placa /	41848
Local:	Remetente		

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÉ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No 203

#### Filial:

	IMÁ LTDA. estabelecida em X	0 1	Estado de	
na cidade de Xanxerê	1 Menio / 1967	Est	tado .	tes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias		P. Unitário	TOTAL
138 3 3	12 × 18	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	411	34, 50
Transportador Local: Luis	11 1 1 1		Pla Her	ca73-60-5'c

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

M	a	tr	i	Z	
Se 2 A.0	1	Dr. 100			ь

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 204

#### Filial:

MADEIREIR <i>A</i>	A IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê	- Estado d	le Sta. Catarina,
	madeiro ino ft da	/	
	e Parto goioen		
	1 24 4 1964		ntes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
(J. 1)	12 12 355- 12 12 51,- 18 - 18 - 18 -	1/89	B9.9
Transportado	or: Dob E. Rustrolla	Pla	aca 41-24-36
Local:	Remetente /	7 1/2	

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

_	_						
N	71	~	ů.	*5415	ä	-	n
IA	a.	u	Ł	A	ž	60	ā

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone. 425

### Nota de REMESSA

No 206

### Filial:

Remete à Ill	MÁ LTDA. estabelecida em	Xanxerê - L' de Est	Inscrição	e Sta. Catarin	ia,
na cidade de Xanxerê, 30.	(an ans)			tes mercadori	ias
Quant.	Descrição das Mercadorias	No. of the state o	P. Unitário	TOTAL	reinesb
32/ J			26	3 C	
Transportador:	Molaleino Mircon	ente /	Pl	aca 🗦 3 - 8 0 3	79

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

M			ø		
EVI		THE	4	17	a
LYJ	u	L.A.	1	السكه	9

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No 207

### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em X	the second second		
Remete à Marlereira Inia	1 do.	Inscrição,	7
na cidade de Kancere	Estad	lo	C.
Xanxerê, 30 / 5 / 196 X	Λ	s seguint	es mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias		P. Unitario	TOTAL
472. 1 12 -12	v v		46,8,10
A Joan Commission of the Commi			
Transportador: hug Gangalli		Pla	ca/36025
Local: P. J. Remeter	te Adakin	firm	

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

#### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No 2008 e

#### Filial:

	REIRA IMÁ LTDA. estabelecid	a em Xanxerê -		
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	_	?
	ade de Kancerel	Est,	tado J.	
Xanxer	·ê, 50 / 5 / 196 X		As seguint	es mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadoria	ıs	P. Unitário	TOTAL
34 p. 136	7 1 1 2 1 1 B			3766
Transp	ortador: /w · da o	ila.		ca/36050
Local:		metente Adn	ni. Horan	

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

0 4	P					
M	la	÷	PEPEL	9	77	n
		а.	ă.	3.	4	۰

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 2009

#### Filial:

CURITIBA —«»— PARANÁ Inserição n.º Barra do Garigui - Rodovia Curitiba Araucaria Km. 2

IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê - Estado de Sta. Catarina, MADEIREIRA Remete à Maslereiro Jane 47 de Inscrição, Estado C. na cidade de la cercere Xanxerê, 30 · 1 5 / 196 ½ As seguintes mercadorias TOTAL P. Unitário Descrição das Mercadorias Quant.

Transportador: Luga	Samoolle'	Placay > 10 4 5
PI		
Local: / / 7	Remetente	Aclo lociro posso
	/	10000017

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

(D) 48				۰		
M	~	7	Tett	П	77	0
TAY	W	Ł	A	J.	4	8

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 2211

#### Filial:

Remete à	IMÁ LTDA. estabelecida em Xanx A deresero Jan e J A Omor	Tolor Inscrição,	
na cidade de Xanxerê, 21/	5 / 19/1		
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
140 1 239 1 Sp	X 12 X 1 B		17, / C

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

00					
M	0	Apr 18412	4	279	В
LVA	u	LA	1	4	r

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 2212

#### Filial:

Remete à	Un num	estabelecida em		Inscrição		ina,
na cidade de Xanxerê, 1	1 6	/ 196 %	Esta		es mercado	rias
Quant.	Descrição	das Mercadorias		P. Unitario	TOTAL	ANTONIA STATE OF THE STATE OF T
407	7-/12	- / >		407	33 /	
Transportador Local:	. Josus	Remeten	te Alice	Pla	ca 73.60	s <sup>o</sup>

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

#### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No. 213

#### Filial:

Remete à	IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxe	Inscrição, Estado	
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitario	TOTAL
2/1			31,3 e
Transportado	r: Remetente	Place	ca 736070

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 214

### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê Remete à Manager June June 1990 de la little Grande de la lit	Inscrição Estado <i>f 1</i>	7,
Xanxerê, 7 / 5 / 1967	As seguin	tes mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
733 3 - 12 × 10 24 1 - 12 × 12 157 10 10 × 12	757	35, 7, 5
		PO S
Transportador: Jose Ca Jatas Local: Remetente	P. P. Nia'.	laca <b> </b>

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÉ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 215

### Filial:

Remete	REIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê -  à fordeza no forde de f	Inscrição	), <u></u>
Xanxer			tes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitario	TOTAL
4-17	1 12 x / p / 4//2  1 12 x / p /	34	5 6
Transpo	ortador:  Remetente	Pla	aca 1360 f 0

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No 216

#### Filial:

MADEIREIRA I	MÁ LTDA. estabelecida em Xanx	xerê - Estado d	e Sta. Catarina,
Remete à M	rder fmaa	Inscrição	0,
na cidade de	(an re	Estado J	( -
Xanxerê, X	6 / 19 <sup>6</sup> X	As seguin	tes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
45 7 10 7 20 7 344 7 128 15/12	X · g X /X	3335 0,15 6,21 75 34 70	143 -
Transportador	Jan	A h	laca \$ 360 70
Local:	Remetente	populano d	11/241

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No 217

### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê	Estado de	e Sta. Catarina,
Remete à Macro Gosolo Este	Inscrição ado	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
na cidade de Xanxerê, / 19 / 19	Andrea	tes mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
# 12 × 14 × 14 × 15 × 14 × 15 × 15 × 15 × 15		32, 9 8
Transportador:  Local:  Remetente Achille		laca73.60.40

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÉ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No 218

### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê -	Estado de Sta. Catarina,
Remete à Myderievia Inio 21 do	Inscrição,
na cidade de XMMCCTC Est	ado S
Xanxerê, P   6   1974	As seguintes mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias	P. Unitário TOTAL
24x 7: 12-14 260 7 9 14	137 387 38, 74 C
	2 S S S S S S S S S S S S S S S S S S S
The state of the s	Placa 7360 70
Local: Remetente Johns	in : Therian

# Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

Nº 219

#### Filial:

MADEI	REIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê	- Estado d	e Sta. Catarina,
Remete	à Madrecerco Just & fol	Inscrição	0,
na cida	ade de 1000 0 go colon Es	stado	<u> </u>
Xanxer			tes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário	TOTAL
237	211214		
10.	2 · 9 × 14 3 · 6 × 12		1 8 C
4	1 12 (1) / A / A / A		9
Transp Local:	ortador: Remetente ###	Pla Cero Me	car 3 6 C

# RETRA IMÁ LTDA.

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Caturina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No 220 0

#### Filial:

MADEIREII Remete à	RA, IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxe	erê - Estado de Sta. Catarina, Inscrição,
na cidade	de Priria Xapero	Estado P
Xanxerê,	/ 19	As seguintes mercadorias
Quant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário TOTAL
240 1	1150 A NO	20, C
Transporta	ador:	Placa 7360 % O
Local:	Remetente	rbiless o Kvian

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 221

### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xa Remete à // / / / / / / / / / / / / / / / / /	Esta	Inscrição,	
Xanxerê, 70   6 / 1967	I	As seguintes	mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias		P. Unitário	TOTAL
3 pt 1 /2 /2	3 × 2	379,5	31.7.5°C
380			
			3
Transportador:  Remetente		Plac	a 73.60 X

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

0 4					
WA	0	10113/10	пI	7	۰
M	, U	LA	2	4	2

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No. 2222

### Filial:

Remete à	IMÁ LTDA. estabelecida	a a forter	Inscrição	
na cidade de	1 6 / 1967	ESU	As seguin	tes mercadorias
Xanxerê, 12	Descrição das Mercadorias	Vanasia Vanasia va	P. Unitário	тотац
271	A / Z X / P		276	2.3 C
Transportador	Adolfo Angl	metente food		aca/36/49

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de REMESSA

No 223

#### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê Remete à Macureuro Jmc & Tac	Estado de Sta. Catarina, Inscrição,
na cidade de Man Es	stado / ·
Xanxerê, / 2 / 19 / 4	As seguintes mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias	P. Unitário TOTAL
40/1 7 + /2 17	
23 1 1 12 12	3.5,3 C
	285
Transportador:	Placa 73-60 70
Remetente Adoctor	in Weream

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

### Matriz:

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone, 425

### Nota de Remessa

No 224

#### Filial:

a cidade de	1 / Lun - 0 / 19 0 7	Inscrição, Estado	
anxerê,		As seguintes merca	dori
uant.	Descrição das Mercadorias	P. Unitário TOTA	L
30 1 .	1 12.18	38, 8	2
96	·		
			C.
			16
***************************************			J

Produção Comércio e Exportação de Madeiras.

_						
200	ñ.	4004	E	a	270	۰
IA	L	$^{\circ}$	ŤX"	1	6	

XANXERÊ — Santa Catarina Inscrição n.º 17 - Cx. Postal n.º 94 Fone. 425

### Nota de Remessa

No 225

#### Filial:

MADEIREIRA IMÁ LTDA. estabelecida em Xanxerê Remete à na cidade de l'acreeira rug a Lolg La cidade de l'acreeira rug a Lo	Inscrição Estado	
Xanxerê, / 19	As seguint	es mercadorias
Quant. Descrição das Mercadorias  ecas 1.12.18	P. Unitário	TOTAL
Transportador: Local: Remetente	Pla	ca

JOÃO B. TONIAL & FILHOS

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS DE PINHO E LEI

C. POSTAL: 75 - XANXERÊ - STA. CATARINA
C. POSTAL: 1 - URUGUAIANA - R. S. - BRÁSIL

Ministerie de Agilculture

VICO DE PROTECAU AOS MONOS

1. R. 7

Protection de 1. 967

Baseados no aviso de concorrêmcia, devida—

Baseados no aviso de concorrêmcia, devida—

Regional do Servico de Prote—

Baseados no aviso de concorrêmcia, devidamente assinado pelo Chefe da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Indios SNR.DIVAL JOSÉ DE SOUZA e procurados que fomos pelo atual
chefe do Posto Indigena DR.SELISTRE DE CAMPOS, para ver o estoque de madeira que se encontra no referido Pôsto, vimos pela presente propor o seguinte:

lº)que por ocasião da verificação do estoque, constatamos que a madeira está muito carunchada, ardida e uma grande parte em estado de deterioração, acreditamos que isto seja consequência do tempo que a mesma está serrada e principalmente toras velhas;

2º)que em virtude do exposto acima, propomos o prêço de NC\$.10,00(Dez cruzciros novos) por cada 216 pés quadrados
ressalvando a madeira que não atinja 18 pés de comprimento, refugo e podre;

3º)que o pagamento efetuaremos, nesta praça de Xanxerê à vista, ao SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS com sede em Curitiba à pessõa devidamente credenciada para tal;

4º) que a presente vigorará até dia 23 de abril de 1.967, após o que ficará sem efeito.

Sendo o que se oferecia no momento e, na espectativa de um pronunciamento a respeito, firmamo-nos mui cordial e

Atenciosamente



#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

2858

#### CÓPIA PARA CONTROLE DE SERVIÇO

JANYERÊ - SANTA CATARINA-SC

55 18 4 67 OCTUNICOVOS VG PROPOSTA APPESENTADO POR ESSA
FIRMA VG COMPRA ADEIRA VG FOSTO SELISTRE DE CAMPOS VG SERÁ SUB ETIDA APRECIAÇÃO
DIRETOR S I VG CASO APROVADA VG SEGUIRÁ FUNCIONÁRIO PRÓXITOS DIAS VG CONCRETIZAR
TPERAÇÃO PT SDS

SEBASTIÃO LUCEMA DA SILVA CHEFE DA INSPETIRIA

Manuel



#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

2859

CÓPIA PARA CONTROLE DE SERVIÇO

JOAO B. TONIAL & FILHOS

CAIXA POSTAL 75 - XANXERE - SANTA CATARINA

70 03 05 67 ADITAMENTO NOSSO TELEGRAMA CINCO CINCO VG DEZOITO ABRIL PROXIMO FINDO VG COMUNICAMOS SENHOR CORONEL DIRETOR SPI REJEITOU A PROPOSTA DESSA FIRMA VG COMPRA MADEIRA SERRADA ET ESTOCADA POSTO INDIGENA DOUTOR SELISTRE DE CAMPOS VG SITUADO NESSE MUNICIPIO PI MOTIVO REJEIÇAO PRENDEUSE APROVAÇÃO PROPOSTA OFERTANDO NATOR PRE ÇO PI SDS

SEBASTIAO LUCENA DA SILVA CHEFE IR 7 8.P.I.

JR7-Nº 383/67

c kkunens

Chefe IR7



Modêlo: 31

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Serviço de Proteção aos Índios Proc. IR.7/nº383/67. 2860

Jesta Junte-se ao Mousso IR A
Nº 332/67.
Curitiba_Pr. IR 7 - SPI - EM, 3 DE 5 DE 1967
SERASTINO MICHAEL
SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA  Chefe de Inspetoria
X
Juntado ao processo IR.7/382/67.
1 Em 3/5/967.
Locaros Ferreira da Hillon.
6

# 1861

### AVISO

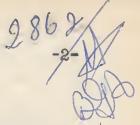
De conformidade com a Ordem de Serviço Interna nº 135, de 30 de dezembro de 1.966, do Exmº Sr. Dire tor do Serviço de Proteção aos Índios, torno público, para conhecimento dos interessados, que se acha a venda, mediante oferta escrita, a madeira abaixo discriminada, observadas as seguintes condições:

la.) - A madeira que será vendida a varrer e está depositada no pátio da serraria instalada na área
do Pôsto Indígena "Dr.SELISTRE DE CAMPOS", do Serviço de Pro
teção aos Índios, do Ministério da Agricultura, situado neste municipio de Kanxerê, onde poderá ser examinada, se constitui de:

328	Duzias	5,	de	1.	medindo	5,50x0,30	m.
23	88	,	de	1"	ti	4,50x0,30	m.
36	60	,	de	l"	88	4,60x0,30	m.
20	11	,	de	I"	19	4,60x0,20	m.
124	19	,	de	1,1/2"	42	5,50x0,30	m.
447	11	,	de	2"		5,50x0,30	m.
25	11	,	de	2"	tt	4,60x0,30	m.
4	19	,	de	2"	H-	4,60x0,20	m.
27	11	,	de	2"	19	4,50x0,30	m.
2	11	,	de	2"	19	4,50x0,20	m.
462	11	,	de	3"	18	5,50x0,30	m.
2	11	,	de	3"	H	4,00x0,30	m.
. 500	500 Duzias						

Que perfaz um total de 1.500 (hum mil e quinhentas), dúzias de tábuas de pinho serradas.





2a.) - Os proponentes deverão apresentar, em envelopes fechados, às 15(quinze) horas do dia 28(vinte e oito) do corrente, na séde do mencionado Pôsto Indígena "Dr. Selistre de Campos", suas propostas devidamente assinadas, as quais serão ato contínuo abertas na presença dos concorrentes e julgadas, considerando-se vencedora a que oferecer o maior preço.

3a.) - O pagamento do preço será efetuado, integralmente, logo em seguida ao julgamento das propostas, em moeda corrente do país ou cheque visado por estabelecimen to de crédito idôneo desta praça de Xanxerê.

4a.) - Competirá ao proponente vencedor atender, à sua exclusiva custa, à todos os encargos fiscais e
despesas oriundas da aquisição e transporte da madeira.

5a.) - A presente licitação poderá, desde que a critério da Chefia da 7a. Inspetoria Regional a proposta mais vantajosa ñao atenda ao interêsse da repartição, ser anulada e renovada, sem que a qualquer dos proponentes assista direito à reclamação ou indenização.

Pôsto Indígena "Dr.Selistra de Campos" -Xanxerê -Sc. 24 de favereiro de 1.967.-

Dival José de Souza

Chefe da 7a. Inspetoria Regional do SPI .-

fosé cle Jouza

### TAXA PAGA

oeste catarinense: maior celeiro do brasil

Xanxerê, domingo 26-2-67 (última página)

Com a aproximação dos Jogos Abertos de Santa Catarina, na cidade de Joaçaba, deverão as nossas agremiações, irem-se preparando, para que Xanxerê seja bem representada.

Hoje estampamos uma foto da representação feminina do Colegio São Jose.



# Coisas que Incomodam

«Aquele» profissional do volante andar com seu veiculo tão devagar, mas tão devagar, que atinge a noventa por hora em pleno centro da cidade.

Os engraxates continuarem com algazarras e palavrões defronte o Banco Nacional, sem 'que alguem tome providencias.

Os engraçadinhos e porque não dizer «cafagestes», que têm constantemente quebrado as lâmpadas de mercurio da cidade. Estamos na pista, cuidado que teu nome pode aparecer.

A «bronca» entre gráficos (patronos) domingo .... a noite, após o cinema, onde os ânimos foram acirrados e quasi foram para o «pesado».

### Rádio Princesa do Oeste

os melhores programas

# GRANDE TORNEIO no municipal 9 hs PATROCINADO

Mais de uma centena de agremiações de nossa cidade estarão desfilando logo mais no estadio municipal numa verdadeira maratona futebolistica.

Será um dia de grandes emoções, onde o pebol estará sendo prestigiado.

Já confirmaram sua presença as seguintes agremiações: Tabajara, Avenida, Serramalte, Gloria, Madeireira Encantado, Itagiba, Pesqueiro, Riograndense, Serrano, Ipiranga, Santos, São José, Motoristas e Independente.

Outras entidades, no entretanto, deverão dizer presente ao referido tomeio. Aos primeiros colocados serão oferecidos diversos premios, gentileza de nossas principais firmas comerciais.

Estarão funcionando: Supervisão do Presidente da LEX Copa Petronio Tavares Churrasco Cerilo Bortolon Mesario Oswaldo Lopes

## Serviço de Proteção **aos**

1a) - A madeira que será ven

dida a varrer e está depositada

no pateo da serraria instalada

na área do Pôsto Indígina "Dr.

Selistre de Campos", do Servi-

ço de Proteção aos Índios, do

Ministerio da Agricultura, situ-

do neste municipio de Xanxe-

De conformidade com a ordem de Serviço Interno nº 135 de 30 de dezembro de 1966,do Exmo. Sr. Diretor do Serviça de Proteção aos ladios terno publico, para conhecimentos dos interessados, que acha a venda, mediante oferta escrita, a madeira abaixo discriminada, observadas as seguintes condições se constitue de:

328 duzias de 1

20

447

idem

rê, onde poderá ser examinada medindo 5,50x0,30 m.  $4,50 \times 0.30$  m. 4,60x0,30 m. 4,60x0,20 m. 5,50x0,30 m. 5,50x0,30 m.  $4,60 \times 0.30$  m.  $4,60 \times 0.20$  m. 4,50x0,30 m. 4,50x0.20 m. 5,50x0,30 m.

27 462 2 4,00x0,30 m. 1.500 duzias Que perfaz um total de 1.500 (hum mil e quinhentas), duzias

2a) - Os proponentes deverão apresentar, em envelopes fecha dos, às 15 (quinze) horas do dia 28 (vinte e oito) do corrente, na sede do mencionado Pôsto Índigina "Dr. Selistre de Campos' suas propostas devidamente assinadas, as quais serão ato continuo abertas na presença dos concorrentes e julgadas, considerando se vencedora a que oferecer melhor preço.

de tabuas de pinho serradas.

3a) - O pagamento do preço será efetuado, integralmente. logo em seguida ao julgamento das propostas, em moeda corrente do país ou cheque visado por estabelecimento de credito idôneo desta praça de Xanxerê

4a) - Competirá ao proponente vencedor atender, à sua exclusiva custa, à todos os encargos fiscais e despesas oriundas da aquisição e transporte da ma-

5ª A presente licitação poderá, desde que a criterio da Chefia da 7ª Inspetoria Regional a proposta mais vantajosa não atenda ao interese da repartição. ser anulada e renovada, sem que a qualquer dos proponentes assista direito à reclamação ou idenização.

Pôsto Indígina 'Dr. Selistre de Campes" - Kantinie - SC

24 de fevereiro de 1967 ass.) Dival José de Souza Chefe da 7ª Insp. Reg. do SPI



Raul Tomazoni estará dando cobertura, diretamente do Municipal, narrando e comentando os jogos do torneio, pela Rádio Princesa do Oeste.

# Companhia Melhoramentos Oeste Catarinense COMOCA Frigorifico Ind. de óleo vegetais

(de acordo c/ deliberação da Assembléia Geral Extraordinaria de 16-7-66)

Escritorio: Avenida Brasil - Predio de Marco

DIRETORIA Diretor Presidente José Henrique Conte Diretor Superintendente (Ant-ônio Vltibeu Winchker Diretor Comercial Dr. Deluiz Monteiro Differo Diretor Administrativo Natanoel Machado Diretor Secretário Dr. Hélio Callado Caldeira Conselho Deliberativo Sady Marinho Gustavo Hach

Antero dos Santos

Ladislau Jantara

(Adolfo Ionello

Vantagens dos acionistas dêste emprendimento:

Assistencia veterinaria gratuita Fornecimento de medicamentos ao preço real de custo

Fornecimento de reprodutores e criadeiras, como parte integrante do sistema para incentivo da produção

Fornecimento de farinha de carne e tortas de óleo de soja ao preço real de

Distribuição de dividendos anualmente

área destinada ao parque industrial = 242.000 m²

Localização: na Rodovia Federal 282 - em terreno limítrofe ao futuro campo de Aviação de Xanxerê

obras em andamento e visite nossa construção

Conduções a disposição dos interessados em nossos escritorios

José Silveira Planificador e Incorporador

Subscrevendo Ações da comoca terá V. S. assegurado lucro certo com o investimento de seu capital e ao mesmo tempo estará contribuindo para

o progresso de nossa região

Xanxerê, 28 de fevereiro de 1/196 Pôsto Indigena Dr. Cilistre de Campos Xanxerê (SC) Formulamos a presente para, de conformidade com Aviso no jornal Imprensa do Povo - 26-2-67, propor a compra da mencionada madeira, pagando a importância de NA 12,20 (Doze cruzeiros nóvos e vinte centavos) a dúzia de 216 pés2 a varrer, menos o refugo. Dito pagamento, que soma a importância total de N (18.300,00 (Dezoito mil e trezentos cruzeiros novos), poderá ser efetuado por nossa firma dentro de trinta dias desta data. Sem mais, atenciosamente 202-20

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS 7a. Inspetoria Regional



### ATA

Às quinze (15) horas do dia vinte e oito (28) de fevereiro de mil novecentos e sessenta e sete (1.967), no es critório da séde do Pôsto Indígena "Dr. Selistre de Campos", do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, si tuado no municipio de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, foi, pe lo Sr. Dival José de Souza, Chefe da 7a. Inspetoria Regional do aludido Serviço, e na presença do Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, Atilio Mazalotti, Encarregado do mencionado Pôsto Indígena, do proponente e demais pessoas no fim assinadas, declarada aberta a licitação para a venda de uma mil e quinhentas (1.500) dúzias de tábuas de pinho serradas, a que se refere o Aviso de vinte e quatro (24) do corrente afixado em lugares públicos, reiteradamente transmitido pela Rádio Princesa do Oeste e publicado na edição de vinte e seis (26) do mês fluente do jornal "Imprensa do Fovo", desta localidade.

Em seguida, passou o Sr. Chefe da 7a. Inspetoria Regional a receber o envelope com a proposta apresentada pe lo único proponente, MADETRETRA IMA LTDA., com séde em Kanxerê, proposta que foi aberta e lida na presença do procurador da referida proponente e demais pessoas presentes, que a rubricaram, verificando-se que oferecia o preço de NCr\$.12,20 (doze cruzeiros novos e vinte centavos) a dúzia de tábuas de 216 pés quadra dos a varrer, no total de NCr\$.18.300,00 (dezoito mil e trezentos cruzeiros novos), pagavel dentro de trinta (30) dias desta data.

Passando ao julgamento da presente licitação, o Sr. Chefe da 7a. Inspetoria Regional do S.P.I., considerando a proposta de pagamento a prazo, contrária a uma das condiçães estipuladas, bem assim que as mil e quinhentas (1.500) dúzias



2868/-2-

de tábuas colocadas a venda, reduzidas à dúzias de 216 pés quadrados, corresponde aproximadamente a mil quirocentos e setenta e uma (1.471) dúzias, perfazendo ao preço de ....

NCT 12.20 (doze cruzeiros novos e vinte centavos), o total de NCT 17.946,20 (dezesete mil novecentos e quarenta e seis cruzeiros novos e vinte centavos), considerou a proposta in satisfatoria, por desatender ao interesse da repartição, anulando em consequência a licitação, nos têrmos da quinta - (5a.) condição do Aviso datado de vinte e quatro (24) de fe vereiro de 1.967.

Nada mais havendo a tratar, eu, \*\*\*FRANCISCO de Assis Costa Fonseca),
Auxiliar de Contabilidade, da séde da IR-7, lavrei a presente
ata, que, lida e julgada conforma, vai assinada pelo Chefe da
7a. Inspetoria Regional do S.P.I., Encarregado do Pôsto Indígena "Dr.Selistre de Campos", procurador da Firma proponente,
Helio Pissetti, por mim e demais pessoas presentes.-

Dival José de Souza
Chefe da IR-7.
\*\*Tilio Mazalotti
Encarregado do Foiad "Dr.Selistre de Campos"

Helio Pissetti

Nereu Moreira da Costa
Agente de Proteção aos Indios, 6-B

\*\*Pagalor Personi\*\*

Angelin Veroni

\*\*Ekiyossi Kanayama-Advogado IR-6

\*\*Haucieo de Ussi osta Honseca
Francisco de Assis Costa Fonseca
Auxiliar de Contabilidade.-

### Indústria de Madeiras Tozzo Ltda.

Produção, Industrialização, Exportação e Comércio de Madeiras em Geral.

Rua Barão do Rio Branco, s/n.
CHAPECÓ STA. CATARINA



Ilmo. Sr.

Representante do Serviço de Proteção aos Indios

Posto dos Indios

# INDÚSTRIA DE MADEIRAS TOZZO LTDA.

Produção, Industrialização, Exportação e Gomércio de Madeiras em Geral Rua Barão do Rio Branco, 1384 — Cx. Postal, 79 — CHAPECÓ — Santa Catarina

Chapeco, 4 de março de 1967

Ilmo. Sr. Representante do Serviço de Proteção aos Índios Posto "Dr. Selistre de Campos

Prezado Senhor,

Conforme haviamos combinado, desejo comunicar ao amigo, que apos proceder a estudos com relação a compra de madei -ra, chegamos a conclusão que nomomento não nos sera possivel principalmente por tratar-se de um pagamento a vista, cujo valor se torna demasiadamente elevadado.

Sem outro particular para o momento, firmamo-nos,

Atenciosamente.

Industria de Madeiras Tezzo Ltda.

ALCIDES TOZZO

